

[des] habitar

a cozinha:

a moradia popular entre o
gênero, a flexibilidade e o
espaço culinário

maria vitória vasconcelos teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T267[Teixeira, Maria Vitória Vasconcelos.

[des]habitar a cozinha : a moradia popular entre o gênero, a flexibilidade e o espaço culinário / Maria Vitória Vasconcelos Teixeira. - 2025.

204 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Arquitetura e Urbanismo e Design, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Me. Bruno Melo Braga.

1. moradia popular. 2. gênero. 3. flexibilidade. 4. cozinha. I. Título

CDD 720

Universidade Federal do Ceará

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Trabalho de Conclusão de Curso

[des]habitar a cozinha: a moradia popular entre o
gênero, a flexibilidade e o espaço culinário

banca examinadora

prof. me. Bruno Melo Braga

[orientador - iaud ufc]

prof. dr. Clévio Dheivas Nobre Rabelo

[professor convidado interno - iaud ufc]

prof. me. Érica Maria de Barros Martins

[professora convidada externa - pós-unifor]

Maria Vitória Vasconcelos Teixeira

Fortaleza, março de 2025

agradecimentos

ao clévio e à érica, por aceitarem contribuir para a consolidação do meu trabalho.

à bianca, que tão brevemente se tornou fundamental apoio e referência.

à amanda régia, à giovana e à lara carioca, gentis amizades que conheci na faculdade e levo para a vida.

ao Altíssimo que me guia.
à mais pura e intercessora Mãe.

à amanda, ao arthur, ao joão e ao luiz, por tantas conversas, conselhos e risadas no cotidiano de escritório.

aos meus pais, nanda e evandro júnior, pois são
incondicional abrigo. Retribuí-los é o que me faz seguir.

ao rede arquitetos, pelas incontáveis contribuições e
oportunidades, as quais moldaram minha experiência
acadêmica.

ao tales, que em tanto me completa e me permite a certeza
de que não caminho só.

aos professores do iaud-ufc e à universidade pública, pois
me possibilitaram viver a arquitetura.

ao vinícius, por ser meu primeiro amigo. Às minhas gatinhas,
cenoura, beterraba, batata e cebola, que são cura sem nem
saber.

aos que mesmo de longe se alegram por mim.

à tiari, pois sei que tem por mim amor de mãe. Ao tio dim,
por tamanha generosidade.

à mazé, que desde que me entendo por gente cuida de mim.

à júlia, à laís, à lara holanda e à mônica, que são família do
coração.

ao bruno, orientador tão preciso e paciente, arquiteto que
muito admiro.

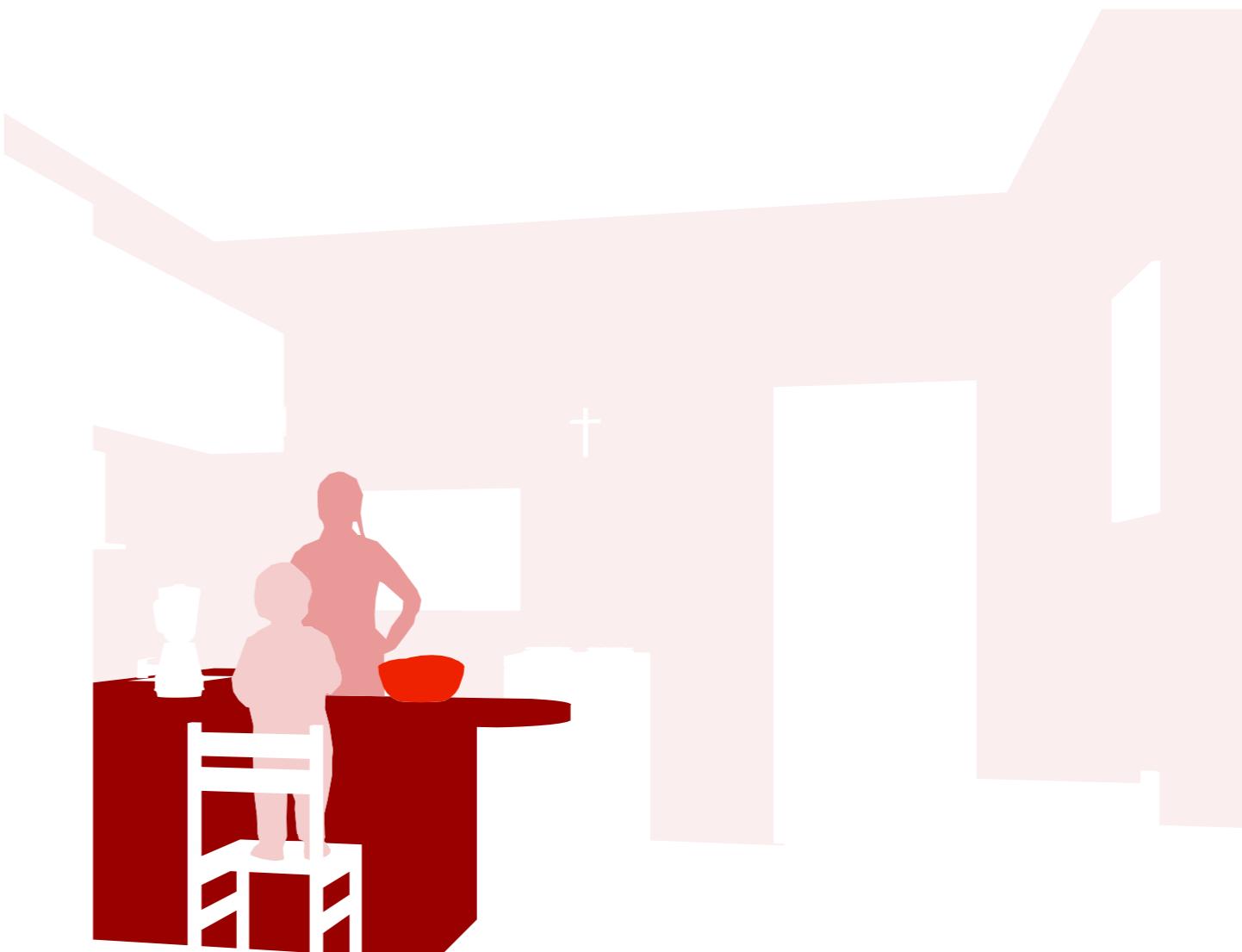
dedicatória

[...] pois a casa materna se divide em dois mundos: o térreo, onde se processa a vida presente, e o de cima, onde vive a memória [...]

A casa materna, Vinícius de Moraes

à minha mãe, nanda paiva,
que todos os dias me faz ser.

à minha avó, nonata paiva,
porque me ensinou a vida durante nossas tardes na cozinha. Tanto torceu por mim, hoje me guarda do Céu.



o que fermenta esta pesquisa

Em 1971, meus avós maternos deixaram Groaíras-CE para tentar a vida no Sudeste, onde meu avô José foi pedreiro e auxiliar de cozinha de um clube, enquanto minha avó Nonata era dona de casa. A saudade da família e as poucas oportunidades de trabalho motivaram a volta ao Ceará, e, quando se estabeleceram em Fortaleza, inauguraram a Sorveteria Mickey, que depois virou a Sorveteria Pinguim, que servia o melhor caldo de carne da Parangaba. Como os dois cozinham bem e gostavam de partilhar os momentos da alimentação, nossa família cresceu em volta da mesa e comida foi sempre a pauta mais importante. Toda tarde era motivo de bolo de cenoura, aos domingos logo cedo a churrasqueira era acesa, e ir tomar sorvete na *lan house* da esquina era passeio certo depois da novela das três.

Como era boa a casa da vovó Tatinha, a rede na sala, o chuveirão no quintal, e Ela, que estava sempre na cozinha. Foi lá onde me explicou receitas que nunca decorei, contou-me tantas histórias do seu tempo de menina, e me confidenciou como havia se tornado devota de Nossa Senhora Aparecida, prometendo que não tem nada que não se resolva depois de três Ave-Marias.

Mas um fato que eu observava em nossa rotina é que, ainda que todos gostassem da atividade culinária, minha avó era quem sentia o peso da obrigatoriedade de estar sempre disponível para preparar refeições e para desempenhar demais atividades inerentes aos cuidados com o lar.

Somando-se a isso, trago que em 2023 tive minha primeira experiência de mudar de casa enquanto estudante de Arquitetura e Urbanismo e pude perceber como as

hierarquizações e predefinições espaciais tornaram a busca pelo novo lar difícil e demorada, principalmente devido à cozinha, já que minha mãe se dedica à atividade culinária e demanda, por isso, confortável área de trabalho, e a maioria das cozinhas dos apartamentos que visitamos eram mínimas e desprivilegiadas no espaço da moradia.

Em virtude dessas experiências pessoais, interessei-me, ainda mais, pela temática das cozinhas residenciais e pelo entendimento da habitação a partir da perspectiva feminina, assim me deparando com interessantes leituras, como a tese de doutorado de Anna Puigjaner, “*Ciudad sin cocina : el Waldorf Astoria, apartamentos con servicios domésticos colectivos en Nueva York, 1871-1929*” (2014), a obra “Casa, Mulheres e Cidades” (2024), de Zaída Muxí Martinez, e o livro “Modos de Morar nos Apartamentos Duplex: Rastros de Modernidade” (2021) de Sabrina Fontenele Costa.

Durante os estudos, entendi que o espaço relacionado à atividade essencial da vida humana, a cozinha, é, desde as primeiras aglomerações pré-históricas, ambiente basilar da habitação, que se altera ao longo do tempo e na espacialidade, tornando-se, por isso, importante reflexo dos moldes sociais de cada época. Sendo importante destacar que, historicamente, a realidade ressaltada sobre a minha família, na qual a mulher, ainda que receba ajuda dos parentes ou de funcionários, é entendida como a responsável pelos serviços domésticos, repete-se desde a formação da civilização ocidental e que esse panorama se entrelaça com questões relacionadas aos papéis de gênero e a noções formadoras do ideário patriarcal. Também, a hierarquização e a segmentação da casa se refazem do antigo ao contemporâneo e têm intrínseca relação com condições excludentes que invalidam a experiência feminina.

Por isso, com o intuito de entender mais sobre a tônica que abrange assuntos que tanto me interessam, decidi, neste trabalho, debruçar-me sobre estudos que tangenciam o debate sobre condições que moldam o morar e a prática gastronômica, a partir da perspectiva das mulheres, para, então, lançar proposições que privilegiam urgências e aspirações femininas.

A partir de diferentes realidades vividas são obtidas diferentes experiências, e portanto diferentes dados de partida para abordar a resolução técnica de qualquer projeto. São experiências distintas provenientes tanto dos diferentes papéis de gênero quanto dos diferentes corpos sexuados. Reconhecer essas distinções não significa reafirmar a desigualdade, antes é reconhecer que diferentes experiências requerem diferentes maneiras de conhecer e ser no mundo, e devemos aprender a atribuir um valor igual para as diferenças.

escadas humanas: sanaa people

1

INTRODUÇÃO

2

HABITAÇÃO, GÊNERO E SOCIEDADE

3

O AMBIENTE CULINÁRIO A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA FEMININA: PRIMEIROS
DISCURSOS

4

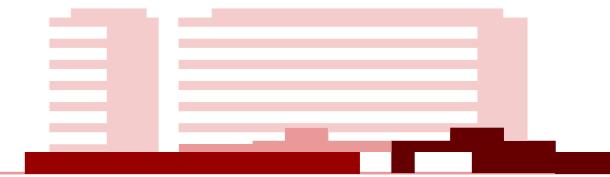
OS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO
SÉCULO XX À CONTEMPORANEIDADE:
DISCUSSÕES SOBRE COZINHA E
DOMESTICIDADE

5

DESENHANDO A MORADIA
POPULAR: REPENSAR O HABITAR A
PARTIR DA COZINHA

1

INTRODUÇÃO



1.1 Contextualização e justificativa

No artigo do LabCidade “Por que o déficit habitacional do Brasil é feminino?” (Lacerda; Guerreiro; Santoro, 2021), são apresentados dados divulgados pela Fundação João Pinheiro (FJP) a respeito do déficit habitacional no país e discutidos os resultados, que evidenciaram um insustentável panorama, no qual, entre os anos de 2016 e 2019, 60% das moradias inadequadas eram chefiadas por mulheres. A disparidade entre homens no índice, o qual considera casos de habitação precária, coabitação involuntária e ônus excessivo com aluguel, infelizmente, tonificou-se na divulgação de 2024, feita com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, elaborada em 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na qual 62,6% das residências impróprias eram de responsabilidade feminina.

Segundo os autores,

a feminização do déficit habitacional deve ser compreendida a partir de determinados processos sociais e urbanos, que vão de mudanças demográficas e dos arranjos familiares à reprodução histórica de violências de gênero que atravessam as trajetórias de vida de mulheres.

Assim, fatores como a desvalorização da mulher no mercado de trabalho, que pode, ainda, ser associado à dupla jornada com serviços do lar, machismo histórico quanto à compra de terras e episódios de violência doméstica, dificultam a realidade feminina e potencializam os casos de déficit habitacional, que se incrementa quando consideradas também questões raciais e financeiras, haja vista se mostrar ainda mais incisivo às mulheres negras e em famílias de baixa renda (Lacerda; Guerreiro; Santoro, 2021).

Adentrando a abordagem da habitação na temática do gênero, e também sabendo que envolve fatores como raça e poder aquisitivo, destaca-se a cartilha “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia” (2011), realizada pelo LabCidade, sob coordenação de Raquel Rolnik, a qual

questiona e confirma a necessidade de pensar o direito à habitação a partir da perspectiva feminina, tendo em vista que, por mais que elas tenham conquistado direitos na sociedade durante os últimos anos, a realidade ainda é muito desigual e excludente, e no contexto dos domicílios tal panorama se ratifica, conforme constatado pelos indicadores de déficit habitacional.

Nesse mesmo enfoque, para Martínez (2024, p. 35),

a moradia é ao mesmo tempo reflexo e pauta de normas. Espaço atribuído às mulheres pela divisão de papéis que, no entanto, foi construído metaforicamente e idealmente a partir da experiência passageira, externa e parcial do gênero masculino.

Decerto, em uma análise geral, tem-se que a produção arquitetônica e urbanística da sociedade ocidental é guiada por noções patriarcais, que tendem a privilegiar condições masculinas e a preterir a experiência das mulheres. Por exemplo, ainda nas casas gregas da Antiguidade se reparou mecanismos de segregação entre os cômodos feitos para homens e para mulheres, sendo estas, geralmente, restritas no espaço do lar.

Por isso,

é necessário nos posicionarmos criticamente frente a um saber universal, supostamente neutro, com o qual se vem trabalhando, já que não passa de uma verdade exclusiva e excludente que corresponde apenas à experiência masculina (Martínez, 2024, p. 26).

Na atualidade, esse cenário restritivo se acirra, principalmente, na vivência de mulheres de menor alcance financeiro, as principais afetadas pela precariedade habitacional e pela pouca possibilidade de escolha quanto à moradia.

No plano dos debates sobre habitação e gênero, há de se comentar, também, que, tradicionalmente, é atribuído às mulheres o cuidado com o lar, com destaque ao trabalho na cozinha, o qual pode ser muito prolongado e exaustivo. Nesse sentido, ainda no século XIX, verificou-se discussões e questionamentos sobre tal circunstância, advindos, sobretudo, de estudiosas que questionavam a obrigação quanto à atividade culinária e se aprofundavam na temática da cozinha, como forma de propor soluções capazes de melhorar a vida feminina. Na contemporaneidade, essa tônica ainda é constante, pois, apesar de mudanças sociais e ideológicas, às mulheres ainda pesa o fardo do serviço culinário, muitas vezes associado a intensas jornadas de trabalho fora do espaço da casa.

Desse modo, entrelaçando a temática da moradia digna às mulheres e às condições exclucentes moldadas por tendenciosas divisões de gênero, atesta-se que

[...] é preciso ficar claro que reconhecer a ligação social e cultural das mulheres com o espaço doméstico não pode significar um reforço da ideia de que “lugar de mulher é na cozinha” e de que o espaço público do mercado de trabalho, da política e das demais dimensões da vida é exclusivo dos homens. O importante é compreender que a garantia do direito à moradia adequada às mulheres é fundamental para a realização de suas atividades cotidianas e, inclusive, para a promoção da autonomia em todas as áreas de sua vida e para a efetivação de outros direitos (Rolnik, Santos, Iacovini, 2011).

Sob esse ponto de vista, sabendo da necessidade de assistir a população feminina de baixa renda, principal alvo dos indicadores de precariedade habitacional, a moradia popular pode ser importante ferramenta de mudança, atuar como artifício capaz de garantir residências dignas e acessíveis a setores da sociedade fragilizados por desigualdades e violências. Entretanto, há de se comentar que a produção atual dessas habitações, aqui se ressaltando a discussão no âmbito dos conjuntos de interesse social, tem sido pouco

efetiva no que tange a solucionar demandas por lares adequados, já que por diversas vezes são propostos em plantas rígidas, enxutas e incompatíveis com múltiplos modos de vida e com grupos que transgridem a realidade da família nuclear. Além disso, devido a entraves imobiliários, são, comumente, edificados em localizações alheias às boas condições de infraestrutura urbana.

Por isso, fica evidente a necessidade de repensar o desenho dos conjuntos habitacionais e de considerar a urgência de atender aos anseios femininos, a fim de mitigar condições exclucentes e debilidades domiciliares, além de aliviar sobrecargas com serviços domésticos, com ênfase ao esforço requisitado pela atividade na cozinha.

Sendo assim, este trabalho tem como propósito elaborar um projeto de habitação de interesse social (HIS), à luz de discussões que abordam assuntos como gênero, flexibilidade e o espaço culinário, a fim de propor moradias que consideram a multiplicidade de apropriações dos usuários e se atestam como mecanismos de valorização das trajetórias femininas.

O conjunto proposto nesta pesquisa se localiza em Fortaleza-CE, cidade que, infelizmente, segue os parâmetros de déficit habitacional verificados no Brasil. De fato, na região metropolitana fortalezense, o déficit habitacional também predomina nas moradias lideradas por mulheres (59,4%) (Fundação João Pinheiro, 2021), exibindo a conjuntura problemática que assola a capital cearense, no que tange à carência por habitações de qualidade e à importância de priorizar grupos tais quais as mulheres e as pessoas de menor renda.

Mais especificamente, a área de intervenção está situada no bairro Siqueira, que faz parte da ZEIS Bom Jardim, e foi escolhida devido ao elevado número de moradias precárias, juntamente à demanda por equipamentos capazes de promover arquitetônica e urbanisticamente o lugar. Também, o destaque dado à região se deveu à existência de mobilizada rede de Cozinhas Comunitárias, que age em prol da segurança alimentar, e possibilitou importante debate sobre gênero e cozinha.

1.2 Objetivos e metodologia

A realidade habitacional controversa e desigual que caracteriza o Brasil, bem como, especificamente a cidade de Fortaleza, atesta a necessidade de propor moradias acessíveis e livres do que condiciona a ideologia patriarcal. Por isso, este trabalho tem como objetivo **propor um conjunto habitacional de interesse social, pensado para privilegiar as trajetórias das mulheres, a partir de discussões que ressaltam a pauta do gênero, da cozinha e da importância de reconfigurar as premissas de moradia e de domesticidade.**

O trabalho se constrói a partir da elaboração de lastro teórico que embasa as discussões e que permite o lançamento de respostas condizentes com solicitações desde muito antes já evidenciadas.

Assim, tem início com a pesquisa acerca do entrelaçamento entre habitação, sociedade e gênero, a fim de **compreender, dos primórdios à contemporaneidade, de que forma as atribuições de gênero e a mentalidade patriarcal moldaram, e seguem influenciando, a vida domiciliar e as condições da existência feminina.**

Para **introduzir a temática da cozinha , investigar seu processo evolutivo durante o desenvolvimento das sociedades e pesquisar sobre prerrogativas que condicionaram a prática gastronômica ao longo do tempo**, o estudo segue com o debate acerca do ambiente culinário residencial, ressaltando discussões e propostas empreendidas por mulheres ao longo do século XIX.

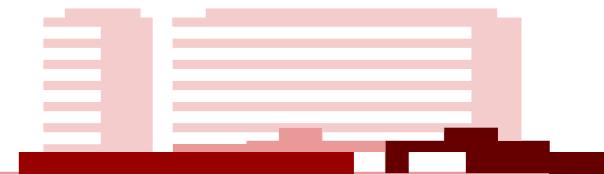
Evidenciados os primeiros discursos femininos que abordam o assunto da cozinha e se urdem com pautas relacionadas à coletivização do serviço doméstico e à necessidade de propor moradias sem hierarquias, para inibir soluções machistas e excludentes, a investigação se aproxima da tônica da produção de conjuntos habitacionais de interesse social, do surgimento à atualidade, para **discutir e ressaltar experiências, modelos e proposições relativas a HIS, em uma abordagem que envolve a temática da perspectiva feminina, do local culinário e da vida coletiva em habitações populares.**

objetivo geral

métodos	objetivos específicos
levantamento bibliográfico abordagem histórica	
levantamento bibliográfico abordagem histórica	
levantamento bibliográfico abordagem histórica	
estudo de projetos de referência	Por fim, propõe-se a ensaiar uma habitação coletiva de interesse social, que busca ressoar o que se destacou durante as etapas de formulação da base teórica, bem como se alinhar às demandas da área de intervenção, explorando decisões projetuais que viabilizam o acesso à moradia digna, que não exclui, mas promove as boas condições da vida feminina.
coleta de dados sobre a área ensaio de projeto de his	

2

HABITAÇÃO,
GÊNERO
E SOCIEDADE



2.1 Habitação: espelho social

Em Veríssimo e Bittar (1999, p. 21), tem-se que

[...] a casa é o reduto da família, e, portanto, seu próprio espelho, refletindo também, numa maneira mais abrangente, a sociedade da qual essa mesma família faz parte, ao mesmo tempo em que é sua geradora. Assim, comentar a evolução do espaço de morar é percorrer os corredores das transformações da família brasileira [...] e de uma forma particular, entrever que a mudança do papel da mulher na sociedade torna-se, de uma forma muito frequente, a alavanca dessas transformações.

Decerto, sabe-se que a casa, que, neste trabalho, em um sentido genérico significa espaço construído em que se mora, é local onde se cumpre funções básicas da vida humana, tais quais alimentação e descanso, bem como é cenário de reprodução de valores e de comportamentos coletivos. Isso se evidencia a partir do entendimento da rotina dos indivíduos, em seus horários, hábitos de consumo e conteúdos culturais de preferência, além da forma como os moradores se interrelacionam e dividem o trabalho doméstico entre homens e mulheres, por exemplo.

Do mesmo modo, para Galloni (2022),

a arquitetura e os espaços que nos permeiam, assim como a arte, a moda, a alimentação, e tantos outros aspectos que amparam a construção física e social de uma sociedade, desempenham um papel essencial na manutenção dos valores morais e culturais ali estabelecidos. Dentre os espaços construídos, talvez tenha sido a moradia quem exerceu o principal papel na produção e reprodução de relações de poder dentro e fora do âmbito privado.

Dessa forma, entende-se que estudar o ambiente doméstico é importante para assimilar sua interação com dinâmicas

sociais, isto é, para compreender como o espaço de morar e as características do modo de vida das sociedades de cada época se influenciam. Para tanto, convém, inicialmente, comentar acerca da origem da habitação e de suas principais funções.

Segundo Vasconcelos (2021, p. 11), o abrigo permanente foi um marco para humanidade, que, com o advento da Revolução Agrícola, passou a se estabelecer territorialmente, dando início aos primeiros assentamentos humanos. De fato, em um breve apanhado histórico, apreende-se que “o homem começou por se recolher em abrigos naturais como cavernas e grutas para se proteger do clima e dos animais” (Lourenço; Branco, 2012, p. 01). Ainda na Pré-História, durante o período Neolítico, que corresponde, aproximadamente, aos anos de 10.000 a.C a 4.000 a.C, houve a mencionada Revolução Agrícola, também chamada de Revolução Neolítica, marcada pelo desenvolvimento da agricultura, pelo domínio do fogo e de animais, e pelo processo de sedentarização, que culminou na “[...] fixação dos grupos humanos, [...] aumento populacional e o desenvolvimento dos primeiros núcleos familiares, além da divisão do trabalho nas comunidades” (Proença, 2011, p. 11). Com isso, o modo de viver foi alterado e se notou o estabelecimento de abrigos fixos em rudimentares construções de matéria-prima bruta e natural, como pedras, madeira e vegetais (Figura 01). Por conseguinte, com a evolução das técnicas e dos materiais, a habitação se tornou mais complexa em relação à materialidade e à função, a qual, aos poucos, deixou de significar somente abrigo contra intempéries, e se tornou também local de lazer, descanso e trabalho.

Sobre as finalidades do espaço de morar, Carlos Lemos (1999, p. 18) afirma que “os arquitetos, hoje em dia, chamam de programa de necessidades ao rol de atividades cujo exercício vai-se dar no espaço arquitetônico [...]. Ainda, para o autor, “antes de mais nada, devemos lembrar que a função básica de uma casa é a chamada função abrigo” (1996, p. 09), ou seja, a casa “deve ser entendida como um todo, uma unidade, cuja função abrigo, a função principal, tem a primazia e o resto dela decorre” (1996, p. 11).

Então, o que se entende é que o programa de necessidades das habitações, isto é, o conjunto de operações a serem realizadas no espaço doméstico, tem como foco a função de abrigo, mas se sabe que “as atuações cotidianas dentro de casas são inúmeras”



Figura 01: A cabana primitiva de Oscar Niemeyer

Fonte: Miguel, 2002. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.029/746Turismo>

(Lemos, 1996, p. 10) e que elas atestam ideologias, práticas e costumes comuns da sociedade.

Ademais,

tais atuações domésticas, que costumamos dizer ligadas aos hábitos e práticas comuns, devem se desenvolver em circunstâncias ideais e a qualidade do desempenho evidentemente está condicionada às condições oferecidas pela construção (Lemos, 1996, p. 09).

Por isso, conforme Farias (2019, p. 02),

[...] constata-se a contínua transformação dos espaços da habitação, uma vez que as transformações vivenciais e sociais do ser humano, ao longo do tempo, correspondem a uma evolução e modificação do espaço doméstico.

Assim, conclui-se que os domicílios e os seus programas de necessidades, além de amplos e diversos, também são dinâmicos no espaço e no tempo, haja vista que são reflexo da superestrutura de uma época, que guia o desenho do recinto residencial, de forma que possa cumprir às demandas da sociedade, em conformidade com os paradigmas econômicos e socioculturais vigentes.

2.2 A habitação sob a perspectiva do gênero

Conforme a arquiteta argentina Zaida Muxí Martínez (2024, p. 12),

gênero, no contexto ocidental, é a construção social e cultural dos papéis, formada historicamente, que atribui habilidades específicas, determina espaços e dá prioridades diferentes para cada sexo.

O delinear de funções e as diferenciações entre homens e mulheres, todavia, ocorrem, muitas vezes, de forma tendenciosa e prejudicial àquelas, comumente submetidas a um lugar de subordinação perante o indivíduo masculino (Martínez, 2024, pp. 12-13).

De fato, a formação da civilização ocidental foi pautada nas contribuições e nas experiências masculinas, enquanto as mulheres eram entendidas como seres subordinados e de inferior capacidade intelectual. Por exemplo, em sua obra do século IV a.C., “A Política”, Aristóteles “afirmou [que] a relação de macho para fêmea é por natureza uma relação de inferior e superior e de governante a governado” (Moura, 2019). Além disso, a universalidade dos conhecimentos, o domínio do ambiente público e o conceito de autoridade eram atribuídos aos homens, ao passo que se relegava as mulheres ao silêncio, sobretudo no interior do espaço doméstico.

Por isso, com a estudiosa argentina, apreende-se que importante cenário de reprodução dessas dinâmicas de gênero é a casa, uma vez que (Martínez, 2024, p. 28)

a moradia é o lugar da primeira socialização e também o lugar onde se desenvolvem as primeiras relações entre os gêneros. O espaço não é neutro e, portanto, a maneira que ele é dividido, articulado e hierarquizado influí diretamente no desenvolvimento das relações e das pessoas que habitam nele.

Em virtude da diferenciação entre os papéis atribuídos aos gêneros, bem como do entendimento do homem como ser superior, remonta às civilizações gregas e romanas a invisibilidade social atribuída à mulher. Tal panorama, no contexto do desenvolvimento do espaço doméstico, refletiu-se, portanto, em casas segmentadas e hierarquizadas. Por exemplo, nas casas gregas, esposas e filhas viviam em cômodos chamados *gineceu*, onde não eram vistas do exterior, e não podiam frequentar o *andron*, local onde os



Figura 02: Divisão da casa grega

Disponível em: <https://www.tumblr.com/danibado/165621514714/alienacao-da-mulher>



Figura 03: Studiolo del Duca

Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Studiolo_del_Duca_00.jpg

homens recebiam convidados (Figura 02) (Martínez, 2024, p. 37).

Durante o século XV, no período do Renascimento, a distinção entre as funções e a subordinação de gênero se acentuaram e, com isso, incentivou-se a divisão do espaço da casa, que, por sua vez, tornou-se símbolo do poder e da força da figura masculina responsável pelo lar. Nessa circunstância, surgiram, por exemplo, os *studiolos*, cômodos decorados com ícones de antepassados e de personalidades públicas representativas, para fortalecer a imagem do homem e o legado de seus antecessores, nos quais as mulheres não podiam entrar (Figura 03) (Martínez, 2024, pp. 44-45).

De acordo com Segaud (2016 apud Galloni, 2021, p. 21)

no século XIX na Europa e, consequentemente, em outras regiões ocidentais, a casa burguesa se transformou de forma a assemelhar-se cada vez mais com a que experienciamos hoje.

Nessa conjuntura, potencializou-se a divisão social dos cômodos e o corredor surgiu como elemento capaz de conceber e de condicionar os fluxos de circulação. Ademais, fortaleceu-se a segmentação espacial em áreas destinadas aos serviços e aos usos íntimos e sociais, assim como a generificação dos cômodos, favorecendo a fragmentação e a hierarquização do lar (Galloni, pp. 98-99, 2021).

Além da estratificação da moradia e do apagamento das mulheres em relação à sociedade, a mentalidade patriarcal, ao longo dos séculos, atribuiu à figura feminina o dever dos cuidados com o lar, sob a justificativa da personalidade materna, que cuida da casa e da família, e, também, haja vista o pouco prestígio atrelado a tarefas como cozinhar e limpar. Desse modo, enquanto os homens desempenhavam os trabalhos produtivos, que geravam renda, sobretudo fora do espaço da casa, as mulheres, historicamente, eram as incumbidas do serviço reprodutivo, que englobava as atividades de amparo aos membros da família, e o de

manutenção do ambiente residencial (Martínez, pp. 34-37, 2024). Nessa perspectiva, cabe comentar que, comumente,

a mulher e suas tarefas ou suas habilidades ficam invisíveis do mundo público [...] construindo o preconceito de que a mulher que está em casa não faz nada e, por outro lado, ignorando as necessidades espaciais e funcionais provenientes desses trabalhos e tarefas (Martínez, 2024, p. 46).

Assim, fomenta-se a imagem da mulher como indivíduo pertencente à casa, cujo trabalho que acontece no espaço doméstico é pouco valorizado, enquanto o ofício remunerado do homem sustenta financeiramente o lar e é reconhecido no meio público.

Para viabilizar ideários favoráveis ao apagamento da figura feminina e de sua subordinação ao homem e ao trabalho doméstico, foram, historicamente, utilizados mecanismos de comunicação como manuais, revistas e programas televisivos, a fim de difundir a imagem da mulher como ser, por dever, responsável pela manutenção das dinâmicas da família e do lar. Também, em obras pictóricas e fotográficas, a mentalidade adepta à submissão das mulheres se fez presente, representando-as como indivíduos que devem estar dentro da moradia. As pinturas holandesas do século XVII, por exemplo, “significaram uma mudança na representação dos espaços internos domésticos [...] [pois], até então, as cenas domésticas relatavam passagens religiosas ou mitológicas”, e artistas como Pieter Hooch e Johannes Vermeer evidenciavam em suas obras o recinto residencial habitado por mulheres, geralmente desempenhando tarefas domésticas (Figura 04) (Martínez, 2024, p. 46).



Figura 04: A Leiteira, Johannes Vermeer (c. 1658-1661)

Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johannes_Vermeer_-_Het_melkmeisje_-_Google_Art_Project.jpg

Também, em fotografias e desenhos de obras do moderno Le Corbusier, homens e mulheres dificilmente ocupavam o mesmo cômodo. Enquanto eles são representados em varandas, projetados para o exterior, elas estão no ambiente interno, conformando uma lógica em que “a mulher olha para o homem e o homem olha para o mundo” (Figura 05) (Colomina, 2023, p. 57).



Figura 05: Immeuble Clarté, Le Corbusier (1930)

Disponível em: <https://www.fondationlecorbusier.fr/en/work-architecture-achievements-clarte-apartment-building-geneva-switzerland-1928-1932/>

É necessário comentar, todavia, que a problemática da hierarquização da casa e da domesticidade atrelada à mulher, também envolve questões de classe, raça e paradigmas estruturais de cada tempo histórico, não devendo ser entendida realidade universal atribuível a toda pessoa do sexo feminino. Por exemplo, “na casa medieval, tudo acontece em um mesmo lugar” e há registros de mulheres que trabalhavam em associações fora do lar (Martínez, 2024, p. 39). Em Vieira Jr. (2004 apud Jucá Neto; Gonçalves, 2019, p. 39), quando trata do contexto de formação da casa cearense, tem-se que, enquanto os homens recebiam hóspedes nos alpendres de suas casas,

podia-se imaginar suas filhas e esposas olhando entre as ripas das portas, e com o olhar espremido e o ouvido atento buscavam um mundo alheio à casa. A soleira da porta aparecia como um limite onde a mulher ficava resguardada pela proximidade com o interior da morada.

Mas, conforme Jucá Neto e Gonçalves (2019, p. 39), o confinamento da mulher na casa não era regra geral, pois as moças escravas e aquelas menos abastadas precisavam desempenhar extenso trabalho fora de suas casas, como forma de garantir sustento. Por outro lado, no caso de famílias com maior poder aquisitivo, era comum que a esposa não fosse a única responsável pela manutenção do lar, mas tivesse a ajuda de empregados.

Então, é importante constatar que, apesar do desenvolvimento de ideologias patriarcais ao longo das sociedades e da criação de estereótipos relacionados à domesticidade e aos gêneros, muitas mulheres, sobretudo as que não performam as condições de famílias abastadas e heteronormativas, ultrapassaram barreiras, fazendo-se força produtiva e defendendo modos de vida alternativos, por exemplo (Galloni, 2021, pp. 21-22).

Há de se reconhecer, porém, que, ainda que se verifique a existência, ao longo da história, de mulheres ativas no espaço público e transgressoras dos papéis a elas atribuídos no

tocante à domesticidade, bem como de mulheres que não eram as únicas responsáveis pela manutenção de seus lares, mas eram auxiliadas por terceiros, a produção habitacional é notadamente fomentadora de “[...] mecanismos sociais que perpetuam as relações de poder [...]” (Martínez, 2024, p. 36), favorecendo a experiência masculina e fortalecendo dicotomias quanto ao uso do espaço em virtude do gênero.

Aproximando o debate da contemporaneidade, relata-se que, apesar de mudanças sociais quanto às questões de gênero, bem como de uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho, tem-se que, em um contexto global, as mulheres gastam 2,8h a mais que os homens no desempenho de trabalhos domésticos (Hanna et al, 2023, p. 5). No Brasil, a tendência global se repete, já que as mulheres dedicam cerca de 28h semanais ao trabalho doméstico, enquanto os homens gastam, em média, 7 horas por semana (Almeida, 2023). Infelizmente, tal situação fomenta uma disparidade no uso da casa, pois, ao passo que para homens o lar significa possibilidade de descanso, para as mulheres se torna local fomentador de uma segunda jornada de trabalho, muitas vezes pouco reconhecida e invisível.

Além disso, entrelaçando o que já foi debatido com a temática da produção de moradias sociais em massa, as quais são enfatizadas na presente pesquisa, é perceptível que ainda se privilegia a solução de programas compatíveis com os moldes da família nuclear e se perpetua a segmentação espacial e mecanismos de diferenciação na casa, priorizando, por exemplo, o quarto do casal e isolando ambientes de serviço.

Em suma, comprehende-se que o espaço doméstico produzido a partir da dualidade dos gêneros tende a priorizar a experiência masculina, tida como “neutra, objetiva, racional e universal” (Martínez, 2024, p. 12) e, com isso, secundarizar as necessidades femininas e atribuí-las ao dever de cuidar da casa. Contudo, sabe-se que essa visão em prol do masculino é prejudicial às mulheres, uma vez que as coloca em um lugar de subordinação e torna a moradia mais um método de controle social e de reprodução de condições estruturais limitantes no tocante aos papéis de gênero.

Sabendo da incidência urbana de um projeto multifamiliar de interesse social, que, conforme já explicitado é o objetivo deste trabalho e tema sobre o qual haverá posteriores discussões ao longo desta investigação, comenta-se que no plano da concepção das cidades, é fato a ênfase dada às condições masculinas e se sabe que a vivência “evidentemente não é igual para quem habita nela segundo os papéis de gênero, idade, classe, sexo, origem...” (Martínez, 2024, p. 31).

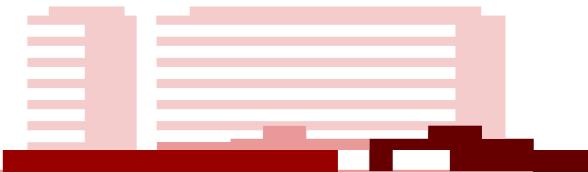
Por isso, tem-se que

o desafio é construir um espaço sem gênero nem ordem patriarcal e, portanto, sem hierarquias. Um espaço para visibilizar as diferenças, espaços de todas e todos em igualdade valorização de olhares, saberes e experiências (Martínez, 2024, p. 16).

Além da necessidade de repensar a unidade de moradia, eliminando preconceitos e artifícios excludentes a minorias dentro do universo privado da casa, ratifica-se a necessidade de pensar uma conjuntura urbana cujas “soluções possibilitem benefícios sociais às classes das minorias” (Carvalho; Santos, 2023).

3

O AMBIENTE
CULINÁRIO A
PARTIR DA
EXPERIÊNCIA
FEMININA:
PRIMEIROS
DISCURSOS



3.1 A cozinha como foco das investigações domésticas

Para Galloni (2022),

sob uma perspectiva de gênero e sexualidade, é no ambiente doméstico que percebemos de forma mais explícita o uso da arquitetura como vetor moral, auxiliando na construção de papéis específicos para as figuras feminina e masculina [...]

Como discutido no tópico anterior, sabe-se que os moldes ocidentais de habitação são produtores de uma realidade dicotômica entre os gêneros, fomentando a concepção de ambientes hierárquicos e segregadores, mesmo dentro dos limites do recinto residencial. Assim, historicamente, há registros de habitações cujas soluções espaciais privilegiavam os homens, enquanto refreavam a apropriação feminina do espaço.

Viu-se também, que tradicionalmente há a atribuição da domesticidade às mulheres, entendidas como as responsáveis pela manutenção do domicílio e da família, ainda que participem da esfera produtiva fora do lar, como afirma Martinez (2024, p. 14),

nessa divisão dual e artificial, a nós mulheres nos foi atribuído um espaço, o interior, e um mundo de trabalho, o reprodutivo. A invisibilidade do privado e a falta de reconhecimento do valor da reprodução [...] marcaram e continuam marcando as atividades realizadas pelo gênero feminino, ainda hoje majoritariamente responsabilidade e obrigação das mulheres [...] A responsabilidade reprodutiva se soma à produtiva, na qual nós mulheres fomos e continuamos sendo tão presentes como os homens [...]

Nesse contexto, a casa se faz mecanismo de ordenação social, estimulando uma realidade desigual entre os gêneros

no tocante às dinâmicas do morar, bem como se faz lugar gerador de demandas e de obrigações femininas, em vez de significar, para elas, espaço de acolhimento e descanso.

É importante comentar, que, ao longo dos séculos, estudiosos e ativistas, com destaque às mulheres, questionaram este controverso panorama, e, por isso, demandaram mudanças no desenho das habitações, seja de forma branda, para, pelo menos, melhorar suas apropriações do espaço da casa e facilitar o desempenho dos serviços do lar, seja de forma transformadora, para, de fato, alterar conjunturas excludentes. Assim, especialmente a partir do século XIX à contemporaneidade, tem-se registros de diversas iniciativas que refutavam noções patriarcais e priorizavam a experiência feminina no tocante à conformação da casa.

No que tange às atuações relacionadas à modificação do espaço doméstico em prol da apropriação das mulheres, tem-se que muitas das reflexões e solicitações se davam a respeito da cozinha, haja vista ser um cômodo geralmente atribuído à mulher e que demanda bastante trabalho no espaço da casa.

Assim, tem-se que (Galloni, 2021, p. 15)

[...] frequentemente somos lembrados de projetos que se tornaram icônicos devido a um partido que visava diminuir a carga de trabalho doméstico direcionada à figura feminina. Chamam especial atenção projetos de cozinhas como a em 1869 no protótipo Casa para a Mulher Norte Americana de Catherine Beecher, e a Cozinha de Frankfurt projetada por Margarete Schutte-Lihotzky em 1926.

Na presente investigação, em virtude da relevância da pauta, amplamente discutida em séculos passados e ainda debatida na atualidade, bem como do interesse da autora em entender as dinâmicas que modificaram o ambiente de preparo ao longo do tempo, o foco se dá em discussões acerca da cozinha, à luz do entrelaçamento entre arquitetura, sociedade e gênero, enfatizando, principalmente, proposições e reivindicações femininas. Esse estudo de referências, por sua

vez, servirá como base para a elaboração do projeto de habitação social.

Para tanto, interessa, primeiramente, tratar da história deste cômodo, intrínseco à existência humana, que foi, e continua sendo, debatido e alterado ao longo do espaço e do tempo.

3.2 Um breve histórico da cozinha

Conforme Anaxu Zabalbeascoa (2014, p. 56), “a necessidade de calor é uma questão de sobrevivência para o homem, e por isso a ideia de preservar esse calor a fim de proteger a nós próprios encontra-se na gênese da casa”. De fato, tem-se que o lar surgiu em virtude do fogo, pois os primeiros assentamentos humanos se organizavam próximo às fogueiras mantidas ao ar livre (Figura 06). Ocasionalmente, o manejo do lume fomentou o início da atividade culinária, a qual se intensificou com a prática da agricultura e a criação de gado (Zabalbeascoa, 2014, p. 56-57).

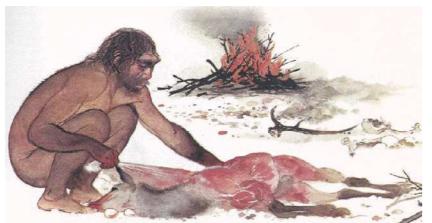


Figura 06: Fogueira pré-histórica
Disponível em: <https://pequenasvontades.blogspot.com/2010/10/e-tudo-comeca-assim.html>



Figura 07: Cozinha, Vincenzo Campi
Disponível em: <https://ritaroberts.wordpress.com/category/medieval-period/>

Em um primeiro momento posto anexo ao lar, remonta à Idade Média a iniciativa de levar o fogo para dentro das casas, como forma de proporcionar proteção ao frio. Com isso, a prática de preparo de alimentos, dependente da fonte de calor, passou a ocorrer no interior residencial. Todavia, isso não significou a concepção de um cômodo especializado, ao passo que “cozinhava-se onde se vivia, e se vivia perto da lareira, para manter-se aquecido” (Zabalbeascoa, 2014, p. 63). Devido à escassez de tecnologias de domínio das chamas e da coexistência com o resto da casa, houve muitos acidentes com o fogo, bem como proliferação de doenças, haja vista a fumaça e a contaminação com animais (Figura 07). Por isso, nas casas mais prósperas, a culinária continuou acontecendo em edificação própria, fora do lar, e a cozinha tornou-se lugar de serviço, “[...] idealmente invisível para os donos da casa” (Zabalbeascoa, 2014, p. 63). Um adento é que, em relação a tais desastres, “no século VII, o arcebispo Teodoro de Canterbury declarou as mulheres culpadas desses percalços, e desculpou os homens” (Zabalbeascoa, 2014, p. 63), ilustrando o forte imaginário patriarcal.

Também, interessa comentar que, historicamente, o recinto culinário é, na habitação, importante reflexo de questões de classe. Tomando como exemplo o caso da casa urbana brasileira, cujo espaço da cozinha, em virtude da influência portuguesa, surgiu dentro da casa, mas depois saiu devido ao calor, tem-se que as cozinhas foram indicadores de poder socioeconômico, pois nas casas das famílias abastadas eram como edículas, afastadas da habitação principal. Em alguns casos, havia, ainda, duas cozinhas, uma pequena, para preparos simples, mais próxima à casa, e uma mais afastada, no quintal, a cozinha suja, destinada a abates e à preparação de doces e carnes demoradas. Enquanto isso, as classes menos favorecidas precisavam dividir o espaço da casa com fogão (Lemos, 1989, p. 19-20).

Ambiente necessário para o desempenho de atividade essencial à vida, a cozinha, ao longo dos séculos, demandou atenção e esforço de profissionais e de estudiosos, com o fito de potencializar sua utilização. “Assim, no século XII, com a difusão do uso do fole de madeira e com o fogo vivo e constante, começou-se a cuidar do cozimento dos alimentos e melhorá-lo” (Zabalbeascoa, 2014, p. 65). Nos séculos XIX e XX, em virtude do fortalecimento da necessidade da moradia individual e de reformas sanitárias, tal cômodo progrediu consideravelmente. Nesse contexto, por exemplo, aperfeiçoaram-se importantes equipamentos facilitadores do trabalho culinário, como os fogões (Figura 08) e as geladeiras. Convém ressaltar, inclusive, que a primeira geladeira elétrica doméstica foi desenvolvida por uma mulher, a estudiosa estadunidense Florence Parpart, em 1914 (Figura 09).

Do século XIX à contemporaneidade assistiu-se a ainda mais mudanças na cozinha. O controle do fogo, a sanitização de resíduos e a compactação dos equipamentos culinários consolidaram o ambiente dedicado à gastronomia no interior da moradia e, atualmente, o surgimento e o aperfeiçoamento de eletrodomésticos é constante. Nessa perspectiva, foram potencializadas as discussões acerca de tal ambiente da casa, sobretudo no tocante à racionalização do espaço, à integração com o restante do lar, assim como à facilitação do trabalho e à busca por novos materiais. Ressalta-se que



Figura 08: O primeiro fogão doméstico a gás
Disponível em: <https://www.asarquitetasonline.com.br/a-historia-do-fogao/>



Figura 09: Florence Parpart e a primeira geladeira elétrica doméstica
Disponível em: <https://www.ambientelegal.com.br/como-a-invencao-da-geladeira-mudou-a-historia-e-a-forma-como-fazemos-comercio/>

muitos desses estudos e experimentações foram fomentados por mulheres, em virtude do histórico atrelamento da atividade na cozinha à figura feminina.

Decerto, relacionando a temática da cozinha aos debates de gênero e domesticidade, sabe-se que a histórica diferenciação entre as funções masculinas e femininas condicionou as mulheres a serem as incumbidas pelos trabalhos de cuidado, um muito relevante deles sendo o ofício na cozinha, que, em geral, demanda bastante tempo e esforço. Assim, ao longo do tempo, as mulheres foram impelidas a se apropriar do espaço gastronômico. Segundo Zabalbeascoa (2014, p. 69), no século XVIII, há registros de hierarquização no espaço da cozinha. Desse modo, as diferentes atividades relacionadas à culinária eram divididas entre as mulheres, e os lugares à mesa eram definidos conforme o sexo. A atribuição da cozinha às mulheres fez com que, inclusive, mudanças sociais relacionadas a elas significassem e demandassem mudanças nesse ambiente da habitação. A título de ilustração, tem-se que, para Veríssimo e Bittar (1999, p. 111), a abolição da escravidão, em 1888, quando a substituição da mão de obra levou mais mulheres a desempenhar serviços domésticos, bem como a chegada de água encanada, do fogão a gás e a influência de práticas estrangeiras, acarretaram alterações muito significativas no contexto da cozinha.

Assim,

a cozinha vai ocupar seu lugar determinado no organograma das novas casas, porém, dentro dela, com acesso fácil à sala de jantar das casas mais ricas ou à copa das casas de classe média. Outro fato digno de registro é a constatação da diminuição das áreas utilizadas para a cozinha, chegando mesmo na década de 1950 às *kitchenettes*, onde mal cabe um fogareiro (Veríssimo; Bittar, 1999, p. 112).

Com certeza, o ambiente culinário foi bastante alterado no tocante à conformação e à posição na casa. O processo evolutivo não foi simples, tampouco linear, na verdade, foi

complexo e diversificado ao longo do espaço e do tempo, sendo ainda, vigente e capaz de suscitar importantes debates no panorama da arquitetura contemporânea.

Conforme discutido neste tópico, a temática da cozinha transcende o debate arquitetônico essencialmente formal e funcional, pois, desde sua formação, envolve questões de classe e de gênero, por exemplo. Tal qual já explicitado, neste trabalho se enfatiza questões relacionadas à arquitetura, cozinha e gênero, sobrelevando, principalmente, discussões promovidas por mulheres, no tocante à alteração do recinto culinário em virtude da apropriação feminina. Agora, interessa se aprofundar nesses debates, a fim de assimilar as contribuições que moldaram a cozinha e impactaram a maneira de se pensar tal espaço da casa.

3.3 A cozinha por mulheres

Como visto, desde sua origem, a habitação está em constante transformação, haja vista seu entrelaçamento com paradigmas estruturantes da sociedade. Especialmente a partir do século XIX, tem-se importantes registros de investigações acerca do espaço de morar e significativa parte deles se refere ao recinto culinário, já que o cômodo diz respeito à atividade vital humana, a alimentação, e, ao longo das sociedades, suscitou interessantes alterações na casa. Por questões de papéis de gênero, diversos desses estudos e experimentações advém de mulheres, em prol da potencialização da vida feminina.

Decerto, uma das primeiras estudos acerca da temática do local domiciliar e dos serviços domésticos foi a educadora americana Catherine Beecher. Em 1841, ela publicou seu primeiro livro “A Treatise on Domestic Economy” ao longo do qual fez recomendações gerais sobre vários aspectos da vida doméstica feminina, tais como alimentação, moda, jardinagem e saúde mental. Também, a estudiosa muito se ateve à tônica da facilitação do trabalho feminino nas habitações em uma época de importantes mudanças sociais, como o fim da escravidão, ditando cinco princípios fundamentais para projetos habitacionais, sendo eles:

economia de trabalho, economia de dinheiro, economia de saúde, economia de conforto e bom gosto. (Martínez, 2024, p. 88-89).

Em 1869, junto à irmã, Harriet Beecher, Catherine publicou o livro *"The American Woman's House"*, no qual fizeram análises sobre os serviços domésticos realizados pela mulher em uma época de pleno desenvolvimento industrial e defenderam cômodos de fácil limpeza, bem como cozinhas organizadas e funcionais (Costa, 2021, p. 58). Buscando maximizar a racionalização e a economia de tempo e de trabalho, as irmãs Beecher propuseram um modelo chamado “casa cristã” (Figura 10), correspondente a um tipo de habitação reduzida em área e não-hierarquizada, por meio de pouca segmentação interna e de cômodos flexíveis, alternáveis a partir de divisórias móveis e de elementos de mobiliário (Martínez, 2024, p. 90-91).

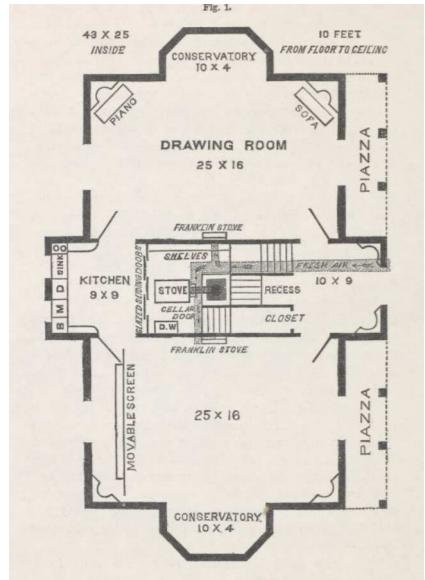


Figura 10: A casa cristã
Disponível em: <https://digitalcollections.nypl.org/items/72b1dae1-0b44-c534-e040-e00a18066a82>

Ressalta-se que as irmãs se debruçaram no estudo acerca da cozinha, pois o consideravam o ambiente da casa que mais demandava tempo e trabalho. Então, produziram dedicadas descrições sobre como deveria ser projetado o local culinário. Para as estudiosas, as cozinhas residenciais deveriam ser como cozinhas de navios, onde é fundamental a otimização espacial. Ademais, indicavam ser importantes fatores tais quais iluminação e centralidade na casa, bem como a presença adequada de zonas de armazenagem. (Martínez, 2024, p. 90-92).

Legitimando as pesquisas de Catherine e Harriet Beecher, tem-se que tópicos os quais defendiam, como flexibilidade, economia energética e centralidade da cozinha ainda são vigentes. De fato, sabe-se que, na atualidade, é constante a busca por soluções projetuais e materiais que potencializem a utilização da casa e da cozinha. Entretanto, questiona-se o pensamento das estudiosas à medida que, em seus escritos, ainda que fosse a intenção facilitar a vida das mulheres, é perceptível a noção de trabalho doméstico como obrigação feminina. Assim, apesar de ser assistida por mecanismos e dispositivos para otimização do espaço, a mulher é caracterizada como dona de casa e crucial responsável pelas tarefas do lar.

3.4 Tipologia apart-hotel: um marco para as discussões sobre cozinha e domesticidade

Ainda no panorama relacionado a habitações e cozinhas dos anos de 1800, destaca-se a popularização de edifícios multifamiliares nos Estados Unidos e a concepção de apartamentos sem cozinha e/ou com cozinhas coletivas, dinâmica que foi muito relevante para sobrelevar essa temática na conjuntura arquitetônica da época e fomentar noções transgressoras da sociedade em relação à domesticidade.

Em um breve resgate histórico, tem-se que na segunda metade do século XIX, em virtude do desenvolvimento industrial e de transportes, assistiu-se a um importante aumento populacional em Nova York. A demanda habitacional na cidade, então, cresceu e se tonificou a busca por novas soluções tipológicas, principalmente aquelas capazes de abrigar mais de uma família e inquilinos, como cortiços e pensões. Também, notou-se o princípio da produção de moradias em edifícios multifamiliares, os quais tinham inspirações nos apartamentos franceses, mas eram adaptados aos confortos e às convenções culturais novaiorquinas, como a presença de sistema de calefação e a priorização de fachadas com vista para a rua. Assim, em 1869, foi finalizado o primeiro desses edifícios, o *Stuyvesant* (Figura 11), e em 1871 aconteceu a inauguração de relevante construção à esta pesquisa, o *Haight House* (Figura 12), dos irmãos David e Richard Haight, que lançou uma lucrativa produção de moradias que promoviam a coletivização de serviços domésticos. Decerto, em uma tipologia popularizada como apart-hotel, eram propostos apartamentos com cozinhas muito reduzidas, ou mesmo sem cozinha, mas dotados de espaços culinários coletivos nas áreas comuns da edificação, os quais funcionavam como restaurantes a serem utilizados pelos moradores e, em alguns casos, eram abertos ao público em geral. Tipo habitacional difundido em localidades como Nova York e Boston, os apart-hotéis foram produzidos em múltiplas formas e materiais, a fim de contemplar diversas classes sociais e, em geral, eram apreciados pela população, na medida em que se consolidavam como uma alternativa de moradia econômica e



Figura 11: O Stuyvesant
Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Stuyvesant_Apartments



Figura 12: Haight House
Disponível em: <https://daytoninmanhattan.blogspot.com/2023/03/the-lost-richard-kip-haight-house-fifth.html>

atrativa ao viabilizar serviços e comodidades comuns a hotéis (Puigjaner, 2014, pp. 29- 50).

Do ponto de vista das questões de domesticidade e gênero e se atendo à temática da cozinha, tem-se que os apart-hotéis destacaram interessantes discussões, ao passo que, enquanto eram rentáveis aos construtores e convenientes aos moradores, pois promoviam múltiplas habitações e disponibilizavam alimentação de qualidade sem dispensar tempo na cozinha, tal forma de moradia era malvista por setores conservadores da sociedade, pois eram consideradas soluções capazes de desvirtuar as mulheres, eximindo-as de sua função dita natural, a de cuidar das tarefas do lar. Assim, a coletivização do serviço na cozinha era entendida como mecanismo que tirava as mulheres de suas obrigações com a família e que facilitava a inserção delas no mercado de trabalho, dinâmica que não era bem-vista na época. Por isso, a tipologia era incentivada, desde que se destinada a homens solteiros, por exemplo, haja vista que se dedicar a atividades como a gastronomia não era uma postura esperada para figuras masculinas (Puigjaner, 2014, pp. 42- 64).

Por outro lado, tem-se que estudiosos e entusiastas do tema defendiam amplamente a coletivização dos afazeres do lar, e, por isso, eram favoráveis a tipologias sem cozinha e a cozinhas compartilhadas, por razão que transcendia a motivação puramente mercadológica, que lucrava ao oferecer conforto e praticidade, mas contemplava a dimensão ideológica de fomentar mentalidades livres de noções patriarcais e prejudiciais às mulheres. Nesse contexto, destaca-se a atuação da ativista estadunidense Melusina Fay Peirce, defensora do sistema “coative housekeeping”. De acordo com a estudiosa, seguindo a lógica ocorrida com atividades tais quais educação e cuidados com doentes, que deixaram de ser realizadas no espaço da casa para serem promovidas em edificações especializadas, os centros educacionais e os hospitais, os serviços domésticos, por serem tarefas que também demandam aparelhos, técnicas e conhecimentos, deveriam ser redefinidos em locais específicos, fora do contexto do lar (Martínez, 2024, p. 97). Para ela, manter a mulher como dona de casa significava fomentar sua subordinação à sociedade patriarcal e, por isso,

propunha habitações sem cozinha e a organização de edifícios equipados para o desempenho de atividades domésticas, onde os colaboradores, geralmente mulheres, deveriam ser remunerados (Figura 13). Com essa coletivização e profissionalização dos serviços, propiciava-se uma conjuntura de independência financeira e de liberação do tempo das mulheres, para que enfim pudessem se dedicar a outras atividades de sua preferência (Puigjaner, 2014, p. 148).

As contribuições de Fay Peirce tiveram significativa repercussão no panorama da arquitetura e do urbanismo, sendo utilizada, por exemplo, no projeto do cooperativista Albert Owen para a cidade de Pacific City, “[...] onde as habitações dispunham de serviços domésticos coletivos e o trabalho se organizava de forma cooperativa” (Puigjaner, 2014, p. 138). Também, valendo-se da ideia de aglutinar serviços domésticos e refeitório em edifício fora do espaço do lar, Ebenezer Howard defendeu a implantação, em suas propostas de planejamento urbanístico conhecidas como cidades-jardim, dos chamados *quadrangles* (Figura 14),

que eram formados por pequenos apartamentos organizados ao redor de um pátio nos moldes de conventos, e compartilhavam pelo menos um espaço dedicado à cozinha e ao refeitório, contando, além disso, com um sistema cooperativo de manutenção [...] Finalmente, em 1909 Howard pôde realizar na cidade-jardim de Letchworth o Cooperative Quadrangle de Homesgarth, com 32 apartamentos sem cozinha [...] (Martínez, 2024, p. 101).



Figura 13: Mulheres realizando atividades em coletivo

Disponível em: <https://www.revistaad.es/decoracion/articulos/limpieza-cooperativa-rompedor-y-desconocido-movimiento-liberacion-mujer/24081>



Figura 14: Letchworth Cooperative Quadrangle

Fonte: Salles et al, 2022. Disponível em: https://www.worldgardencities.com/images/uploads/articles/Future_Societies_Lab_Report.pdf

Do mesmo modo, encontra-se apoio à coletivização dos afazeres da casa e posicionamento à favor nos escritos de Charlotte Perkins Gilman que, em sua publicação *Women and Economics* (1898), reivindicava a concepção de habitações femininas em tipos sem cozinha, conformando prédios com serviços coletivos tais quais refeitório e enfermaria.

Retomando a temática dos apart-hotéis novaiorquinos, tem-se que em uma situação quase paradoxal, eles promoveram um

novo tipo de cozinha, a *kitchenette*. De acordo com a pesquisadora Anna Puigjaner (2014), no início do século XX se assistiu à proliferação de pequenas áreas de preparo nos apartamentos, que surgiam como espaços de apoio, onde os moradores poderiam aprontar refeições simplificadas, seja quando desejavam diminuir gastos nos restaurantes, seja quando preferiam comer na privacidade de suas casas. Bem como, nesse contexto em que cozinhar não era obrigatoriedade, foi verificada sua solidificação enquanto *hobby*. Incitada pela crescente demanda por esses reduzidos locais de preparo e influenciada pelas melhorias relacionadas à cozinha, como a incorporação de gás e de eletricidade, a busca por apartamentos com diminutas cozinhas cresceu e, junto a ela, assistiu-se a interessantes alterações no mercado e nas condições de consumo. Haja vista a necessidade de atender às enxutas medidas das *kitchenettes*, fomentou-se a comercialização de alimentos em porções menores e mais fáceis de serem preparadas. Além disso, foi intensa a produção de mobiliários compactos e multifuncionais, que continham os elementos necessários para cozinhar (Figura 15) (Puigjaner, 2014, p. 217- 236).

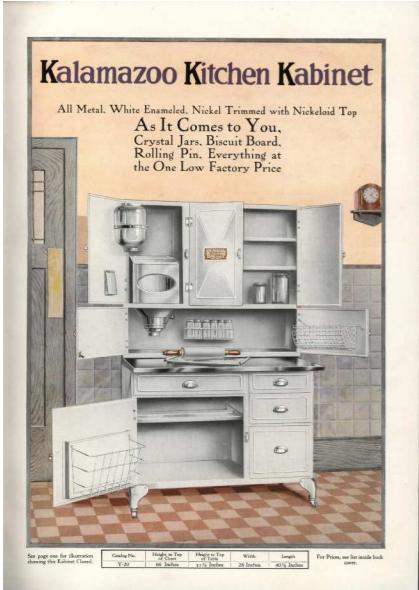


Figura 15: Kalamazoo Kitchen Kabinet

Disponível em: https://www.architectmagazine.com/practice/revisiting-kitchen-designs-of-the-early-20th-century_o

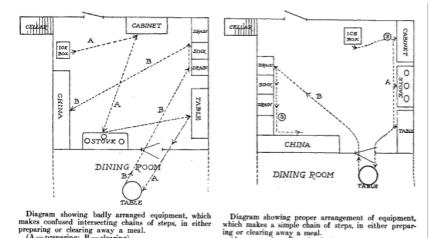


Figura 16: Diagramas de distribuição de mobiliário de Christine Frederick

Disponível em: <https://na-spain.com/en/blog/news/they-designed-your-kitchen.htm>

A estudiosa propôs o condensamento da cozinha em um cômodo único, eliminando a despensa, a fim de minorar movimentações, e o uso de prateleiras, para facilitar o alcance aos utensílios utilizados. Além disso, Christine apontou a necessidade de conectar visualmente a cozinha aos demais cômodos da casa, a partir do uso de esquadrias em vidro, com o fito de possibilitar que as donas de casa estivessem a par da vida em andamento no restante do lar. (Zabalbeascoa, 2014, p. 77-79). Conforme Zabalbeascoa (2014, p. 80),

os estudos de Frederick abriram um precedente em favor da organização arquitetônica da cozinha. Injetaram lógica na distribuição e localização dos novos eletrodomésticos.

Em seus escritos, ela explicitava suas motivações pessoais ao estudar e ao buscar maneiras de facilitar o trabalho doméstico, ressaltando suas sobrecargas enquanto mãe e esposa, e demonstrava entender a mulher como a encarregada a cuidar do lar (Martínez, 2024, p.105).

Na mesma linha de pensamento taylorista, ressalta-se a atuação da psicóloga e engenheira Lilian Gilbreth, que inclusive escreveu junto à Frederick, apoiadora da profissionalização das tarefas domésticas e da boa remuneração de tal tipo de serviço. A estudiosa defendia que o trabalho no lar deveria ser compartilhado com toda a família, podendo ainda ser terceirizado, e acreditava que o espaço de morar não deveria ser muito especializado ou predeterminado (Martínez, 2024, p. 105- 109).

3.5 Reconfiguração da domesticidade x A mulher como gestora do lar

Conforme apresentado, entre meados do século XIX e o início do XX, houve um interessante afloramento de investigações relacionadas às cozinhas residenciais, muitas delas decorrentes da vivência feminina. De acordo com Anna

Puigjaner (2014, p. 257, tradução nossa), na década de 1870 já existiam Cooking Schools, e

a progressiva mecanização doméstica obrigou a estabelecer estudos específicos tanto para manter a qualidade dos lares, quanto para impulsionar que o âmbito doméstico se beneficiasse desse progresso.

Os estudos e as experimentações sobre a cozinha proporcionaram melhorias espaciais, aprimoramento de eletrodomésticos e maiores condições de higiene, por exemplo, à luz de conceitos como flexibilidade e racionalidade.

Também, nesse contexto, tem-se que foram impulsionadas discussões sobre as condições de domesticidade e o desempenho de serviços do lar, notabilizando-se uma interessante polarização. Havia aqueles que defendiam a necessidade de otimizar o local culinário e de torná-lo um espaço racionalizado, dotado de equipamentos especializados, a fim de facilitar o trabalho, o qual deveria ser realizado pelas mulheres, ditas responsáveis por organizar a vida no lar. Enquanto isso, outro grupo de estudiosos propunha a profissionalização e a coletivização dos tarefas domésticas, como modo de aliviar a figura feminina dessa obrigatoriedade e de alterar mentalidades patriarcas (Puigjaner, 2014, p. 257).

Em suma, tem-se, segundo Locke (1867 apud Puigjaner 2014, p. 257, tradução nossa),

assim, enquanto no livro de 1869 *The American Woman's Home*, Catherine e Harriet Beecher proclamavam que as mulheres deveriam receber educação para elevar as condições do trabalho doméstico e manter seus valores, no mesmo ano Melusina Fay Peirce fundava a *Cambridge Cooperative Housekeeping Association* para promover a profissionalização das tarefas do lar, remuneradas e agrupadas em centros especializados.

Essa discussão aumentou devido à ocorrência da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), pois muitas mulheres precisaram ser inseridas no mercado de trabalho por causa dos conflitos, acarretando choques entre a rotina doméstica e o serviço fora do lar (Figura 17). Nesse período, foram veiculadas muitas publicações que defendiam a coletivização dos afazeres domésticos, o uso de cozinhas comunitárias e a concepção de habitações sem o local culinário individual. Mas, conforme mencionado, havia a linha de pensadores que não concordava com a imprecisoalização dos serviços, tampouco com a retirada da cozinha do espaço do lar. Tal opinião, por sua vez, foi fortalecida após a Revolução Russa de 1917, quando se acirraram as divergências entre a postura comunista soviética e a capitalista estadunidense, aumentando a rejeição às iniciativas favoráveis à coletividade. Nessa circunstância, fortaleceu-se o ideário que considerava a figura feminina como encarregada pelas dinâmicas do lar, a qual deveria estar munida de equipamentos facilitadores desse tipo de trabalho, e a atuação doméstica tornou a significar valor da mulher perante à sociedade (Figura 18) (Puigjaner, 2014, p. 257- 268).

Há de se comentar que, infelizmente, essa mentalidade é prejudicial à liberdade feminina, bem como pode ser dita incompatível com mulheres que se afastam dos padrões heteronormativos e/ou das elevadas classes econômicas, seja porque precisam, ou desejam, trabalhar, seja porque não estão inseridas em uma família nuclear.

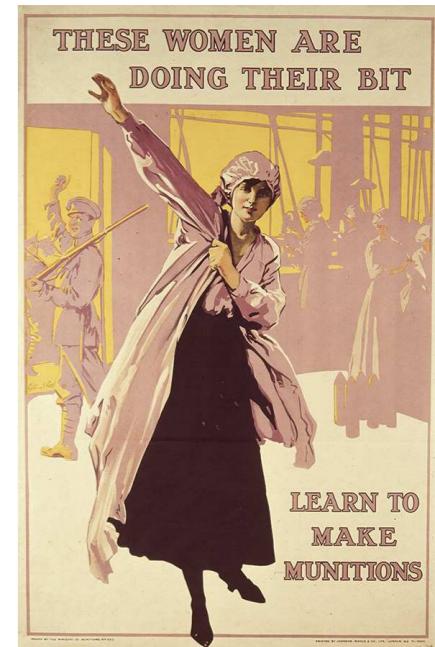


Figura 17: Cartaz "Aprenda a fazer munições"

Disponível em: <https://xadrezverbal.com/2015/11/04/economia-de-guerra-propaganda-e-arte-posteres-das-guerras-mundiais/mulher-ww1/>

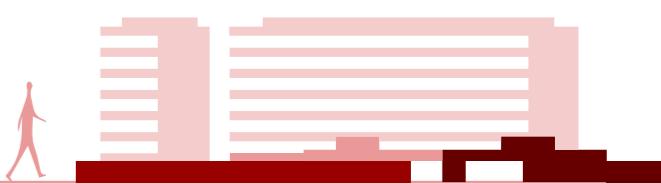


Figura 18: Anúncio "Casamentos de sucesso começam na cozinha" (1947)

Disponível em: <https://pyrex.cmog.org/content/%E2%80%9Csuccessful-marriages-start-kitchen%E2%80%9D>

4

OS CONJUNTOS
HABITACIONAIS DO
SÉCULO XX À
CONTEMPORANEIDADE:
DISCUSSÕES SOBRE
COZINHA E
DOMESTICIDADE



4.1 Sobre a habitação de interesse social

Para Moreira (2020),

a habitação de interesse social, em termos gerais, é aquela voltada à população de baixa renda que não possui acesso à moradia formal e nem condições para contratar os serviços de profissionais ligados à construção civil.

A temática da habitação popular é muito vasta e tangencia múltiplos assuntos relacionados a questões sociais, econômicas, políticas, arquitetônicas e urbanísticas e está relacionada a especificidades de cada época e localidade, não devendo ser entendida como um paradigma universal ou de desenvolvimento linear. Também, envolve inúmeros agentes, como Estado, setores privados, profissionais e usuários, podendo ser empreendida em diversas alternativas, tais quais iniciativas de melhoria habitacional a partir de assessoria técnica e construção de novas residências em conjuntos, por exemplo, em prol do esforço de viabilizar acesso à moradia digna.

No presente trabalho, sabendo do que foi discorrido previamente, as discussões se dão no plano dos conjuntos habitacionais de interesse social, à luz de argumentações relativas à tônica feminina, perspassando a relação com a cozinha e a coletivização da vida doméstica, tratando da produção em um contexto geral, com eventuais especificações locais, a fim de debater exemplos considerados importantes para a presente pesquisa.

Na atualidade, em um panorama geral, a construção dos conjuntos de interesse social costuma ser incentivada por meio de atuações governamentais, mas, muitas vezes, devido a questões econômicas, políticas e mercadológicas, são propostas soluções arquitetônicas e urbanísticas precárias e pouco pensadas para atender reais demandas dos moradores, principalmente os que desviam de padrões sociais. Então, é importante repensar o desenho dessas habitações, a fim de torná-las mais democráticas e abrangentes.

Conforme evidenciado previamente, este trabalho objetiva à elaboração de um projeto de conjunto habitacional, à guisa do entrelaçamento entre assuntos pertinentes a discussões sobre arquitetura, gênero e o local culinário, com o intuito de propor um modelo de habitação acessível que não desprestigia a vivência de minorias e dá ênfase à experiência feminina. Por isso, nos tópicos anteriores, destacou-se aspectos relacionados à formação da casa e a debates sobre cozinha e serviços domésticos, a fim de consolidar lastro teórico, capaz de viabilizar o estudo sobre conjuntos habitacionais populares uníssonos às reflexões que interessam à presente investigação.

Agora, convém entender sobre o surgimento e os desdobramentos importantes ocorridos no panorama dos conjuntos populares atrelado às discussões de gênero e cozinha.

4.2 Moradia mínima, conjuntos habitacionais: ressoar da Modernidade

Segundo Silva (2008),

a questão habitacional constitui uma problemática já antiga da história das cidades. Entretanto, foi com a revolução industrial e o processo de urbanização que essa problemática adquiriu contornos quantitativos nunca dantes delineados.

Tendo em vista a necessidade de provisão de habitações em virtude de alterações socioeconômicas, já no século XIX havia manifestações, ainda que incipientes, relacionadas à produção de moradias econômicas, geralmente de base cooperativa. Suas formas variavam a depender, por exemplo, do panorama econômico e da nacionalidade, mas, em geral, convergiam no tocante à pouca qualidade arquitetônica e urbanística, que resultava em quadros de precariedade habitacional (Silva, 2008).

Foi durante o século XX, porém, principalmente no período entreguerras, que a produção de moradias em massa aflorou, sobretudo a fim de sanar consequências do déficit habitacional causado pelas destruições dos conflitos.

Assim, segundo Costa (2018 apud Galloni 2021, p. 27- 28),

com o início do século XX, e principalmente em decorrência do arrasamento provocado pela Primeira Guerra Mundial, a Europa teve as discussões acerca de habitação amplificadas, com novas propostas que procuravam melhorar as condições de vida nos espaços urbanos. Por meio de apartamentos cada vez menores, padronizados e racionalizados, arquitetos e outros profissionais da área buscavam uma forma econômica de suprir a demanda por habitação nas metrópoles.

Sobre essa temática, tem-se que “a casa tornou-se um foco de atenção para os arquitetos modernos” (Costa, 2021, p. 28).

Isso porque (Domingues, 2016, p. 19)

[...] a Arquitetura Moderna inserida no contexto artístico e cultural do Modernismo foi produzida no início do século XX, sobretudo entre as décadas de 20 e 50, rejeitando os movimentos e estilos anteriores, como o ecletismo, rompendo os padrões antigos e propondo uma renovação arquitetônica, utilizando novos materiais, e revolução no desenho, na construção e nas formas de se ocupar o espaço, de se morar, de se viver, exaltando a função.

Decerto, o Modernismo foi um movimento artístico-cultural que se evidenciou internacionalmente no século XX, em um contexto marcado por guerras e por alterações no panorama político-econômico mundial, e que, em seu viés arquitetônico, propunha “[...] soluções racionais e novas técnicas industriais para a estabilização da sociedade no pós-guerra por meio do planejamento urbano e da arquitetura [...]” (Domingues, 2016, p. 20).

Dessa forma, profissionais da arquitetura queriam entender como deveria ser o lar moderno e compreender de que modo as soluções arquitetônicas se inter-relacionavam com a vida em um contexto marcado por “[...] modificações técnicas, sociais e culturais relacionadas com a Revolução Industrial” (Benévolo, 2001, p. 13), bem como por déficit habitacional e pela inserção da mulher no mercado de trabalho, devido à escassez de mão de obra, causados pelos conflitos internacionais (Costa, 2021, p. 28-29). Assim, em um período de rupturas e de transformações sociais, estudiosos modernistas buscavam respostas arquitetônicas capazes de fomentar reordenação e progresso, desde as habitações ao meio urbano em sua totalidade (Domingues, 2016, p. 20), uma vez que entendiam “[...] o espaço como algo a ser moldado para propósitos sociais [...]” (Harvey, 2005, p. 69 apud Domingues, 2016, p. 20).

Certamente, o interesse em investigar e em propor novos desenhos para o espaço doméstico resultou em importantes estudos e experimentações acerca da temática. Inclusive, para debater e estabelecer diretrizes de projeto, foi estruturada a realização periódica do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, o CIAM, que contou com 10 edições entre os anos de 1928 e 1956, e a cada evento eram abordados temas referentes a projetos de habitações e ao planejamento de cidades.

O segundo CIAM (1929), realizado em Frankfurt, na Alemanha, teve como temática “A Moradia para o Mínimo da Existência” (*Die Wohnung fur das Existenzminimum*) (Figura 19) e foi fundamental para guiar os rumos da produção arquitetônica da época, quando “[...] os profissionais ali reunidos discutiram como resolver o problema da demanda habitacional a partir das novas lógicas construtivas, tecnológicas e domésticas” (Costa, 2021, p. 63).

Fomentou-se, então, a ideia do *Existenzminimum*, isto é, da habitação mínima em medidas, mas adequada à vida, a qual foi amplamente aplicada nos projetos modernos, principalmente nos conjuntos multifamiliares, que se popularizaram na época, pois viabilizavam o arranjo de centenas de unidades habitacionais em áreas reduzidas.

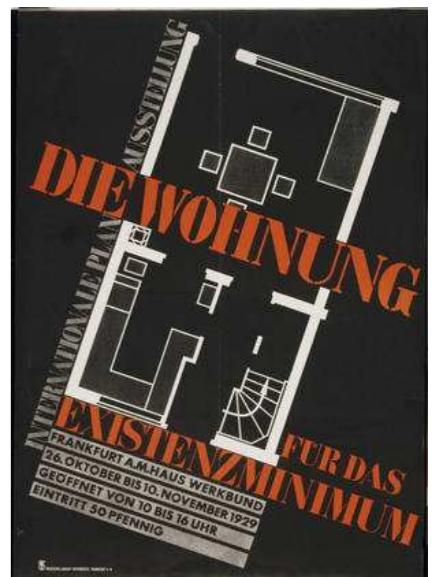


Figura 19: Cartaz do 2º CIAM

Fonte: Leistikow, 1929. Disponível em: <https://cronologiadourbanismo.ufba.br/>



Figura 20: Cartaz da exposição *Die Wohnung* (1927)

Disponível em: [https://vitrivius.com.br/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025apresentacao.php?idVerbete=1465#prettyPhoto\[inline\]/0/your-kitchen.htm](https://vitrivius.com.br/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025apresentacao.php?idVerbete=1465#prettyPhoto[inline]/0/your-kitchen.htm)

Cita-se, também, a produção da Carta de Atenas, documento resultante do quarto CIAM, que, entre outros tópicos, trata sobre o espaço de morar, denunciando a precariedade habitacional de setores urbanos da época, cujos densos bairros estavam repletos de moradias insalubres, e defendendo condições mínimas de habitabilidade, como a necessidade de superfície habitável satisfatória e a presença de luz e de vento.

Além dos CIAMs, os modernos divulgavam periódicos e realizavam palestras e exposições (Costa, 2021, p. 41), como a *Die Wohnung* (A habitação) (Figura 20), em 1927, e a *Die Wohnung Unserer Zeit* (A habitação de nossa época), em 1931, nas quais se podia discutir os rumos da produção de moradias, bem como divulgar projetos, materiais e técnicas inovadoras para a época (Ramos, 2017, p. 11).

Nas pesquisas e nas experiências projetuais modernas acerca do espaço de morar, observa-se que o papel da mulher no ambiente doméstico foi um tema bastante explorado, haja vista a comum atribuição do cuidado com o lar à figura feminina. Entrelaçando a temática da habitação social com o assunto das questões de gênero e da cozinha, já exploradas neste trabalho, tem-se, segundo Martínez (2024, p. 110), que

a influência das tratadistas domésticas do século XIX e início do XX vai ser fundamental nas modificações feitas nas moradias mínimas do início do século XX. A moradia operária teve como uma de suas principais bases a otimização do uso dos espaços mínimos.

No Brasil, uma vez que o Movimento Moderno se instaurou na arquitetura brasileira entre as décadas de 1930 e 1940 (Lemos, 1989, p. 68), arquitetos brasileiros foram inspirados pelas discussões acerca da habitação mínima que se destacavam nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, os CIAMs (Costa, 2021, p. 127), e pelas noções de racionalidade e eficiência dos serviços domésticos, e “[...] propuseram novos modelos para cozinhas residenciais, o que culminou em uma mudança dos ambientes nas plantas de apartamentos modernistas: a cozinha moderna e racional”

(Alencar; Avellar; Almeida, 2022). Por exemplo, em artigos publicados pela Revista do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), em 1938, eram sugeridas cozinhas funcionais, iluminadas e fáceis de limpar (Figura 21).

Desse modo, convém estudar sobre a produção de conjuntos no século XX, à luz das discussões relacionadas à cozinha e da perspectiva feminina.



Figura 21: Cozinha-laboratório do IDORT
Disponível em: <https://shcu2014.com.br/discurso%20profissional/262.html>

4.3 A Cozinha de Frankfurt e suas repercussões

Conforme Martínez (2024, p. 164), a Alemanha foi um importante centro de pensamento sobre as habitações em massa durante o século XX, nas quais se enfatizava a necessidade de racionalidade espacial, principalmente na cozinha. Assim,

na década de 1920, a cidade de Frankfurt era o epicentro do pensamento social e arquitetônico da Alemanha, sendo a única em que as construções eram projetadas e controladas por arquitetos modernistas. Nesse cenário, destaca-se a arquiteta racionalista Grete [Margarete] Schütte-Lihotzky (1897–2000), cujos estudos levaram à mudança do modo de pensar, projetar e utilizar as cozinhas: foi responsável pelo projeto que ficou conhecido como Cozinha de Frankfurt (Figura 22), marco do design de interiores de cozinhas no período modernista (Alencar; Avellar; Almeida, 2022).

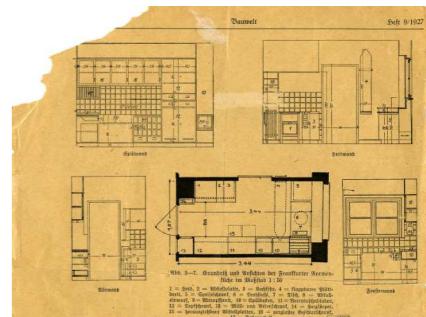


Figura 22: Desenhos da Cozinha de Frankfurt
Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/revisit-revisit-frankfurt-kitchen>

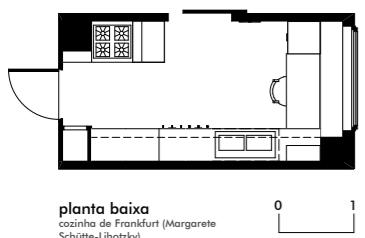
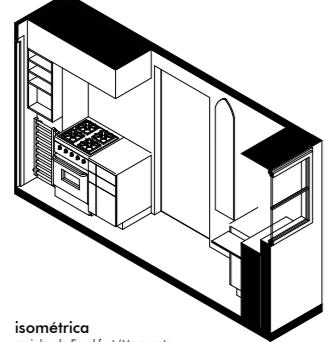
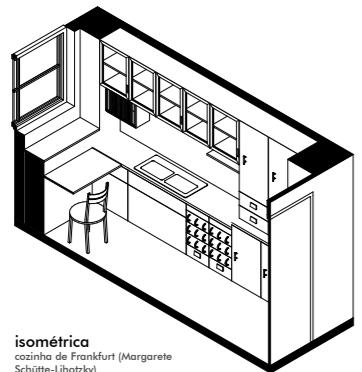


Figura 23: Modelagem digital da Cozinha de Frankfurt

Fonte: Elaborado pela autora, 2025



Figura 24: Reprodução em museu da Cozinha de Frankfurt
Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/revisit/revisit-frankfurt-kitchen>

modelo da Cozinha de Frankfurt (Martínez, 2024, p. 182 – 187).

Influenciada pelos estudos de Christine Frederick e motivada pela necessária racionalização do espaço doméstico, bem como pela intenção de aliviar os encargos dos cuidados com o lar, Margarete Schutte-Lihotzky, desenvolveu

[...] uma cozinha mínima para ser usada nos conjuntos [habitacionais]. Conhecida como Cozinha de Frankfurt, incorporava em seu desenho questões de praticidade e higiene concernentes a este cômodo da casa (Costa, 2021, p. 57).

Encomendado pelo arquiteto alemão Ernst May, para ser implantado em seus projetos de conjuntos habitacionais, o desenho da Cozinha de Frankfurt, cuja modelagem digital foi elaborada no presente trabalho (Figura 23), consiste em

[...] um ambiente de [aproximadamente] 3,50m x 1,90m, um espaço modesto, porém confortável, onde se pudesse resolver todas as atividades domésticas, apropriado para apartamentos de classe média, passível de ser reproduzido em todas as unidades (Alencar; Avellar; Almeida, 2022).

Concebida à luz da funcionalidade e proposta para otimizar o trabalho doméstico, a cozinha idealizada por Schutte-Lihotzky foi um

[...] marco de projeto para o design de interiores no começo do século 20 e culminou na mudança do pensamento sobre o espaço da cozinha na Alemanha, influenciando o mundo todo, inclusive o Brasil, uma vez que a Europa era sinônimo de modernidade (Lemos, 1989 apud Alencar; Avellar; Almeida, 2022).

O modelo funcional e ergonômico da arquiteta serviu ainda como ponto de partida para novos desenhos de cozinhas modernistas, como é o caso da Unidade de Habitação de Marselha (1952), “o projeto residencial mais conhecido do período [a Europa pós-Guerras] - e provavelmente de toda a história” (French, 2009, p. 79), de autoria de um dos expoentes da Arquitetura Moderna, o franco-suíço Le Corbusier. Conforme Pedro Fonseca Jorge (2013),

Corbusier faz perdurar este Tipo nas suas unidades de habitação, mas interpretado de modo mais aberto: o balcão fronteiro à cozinha e à sala possui uma abertura confortável e a parte superior do mesmo consiste numa prateleira de fácil acesso. Melhora-se o contato entre os convivas, no que consiste numa evolução da cozinha funcionalista: esta considera a preparação das refeições um ato único e intervalado, que antecede o consumo, enquanto Corbusier admite que a preparação faz parte do convívio, antes, durante e depois da refeição.

Inspirada no modelo de Frankfurt, mas tomando partido da integração sala-cozinha, prenunciada nos estudos de Christine Frederick, a cozinha das unidades da Habitação de Marselha era pré-fabricada, entregue em vários blocos equipados para o preparo de refeições e limpeza de louças, com móveis em madeira e bancadas em aço inox (Figura 25).



Figura 25: Reconstrução da cozinha da Unidade de Habitação de Marselha
Disponível em: https://www.inexhibit.com/case-studies/milan-expo-2015-arts-foods-exhibition-triennale/#google_vignette



Figura 26: Cozinha da Casa de Vidro

Disponível em: <https://arquitetura.vivadecora.com.br/2019/06/11/casa-de-vidro-lina-bo-bardi/>

É importante ressaltar que o projeto foi elaborado por uma mulher, a arquiteta e designer francesa Charlotte Perriand, a qual fazia parte da equipe de desenvolvimento de mobiliários de Le Corbusier (Costa, 2021, p.76).

Tamanha influência desses estudos do Modernismo internacional, a cozinha da notável Casa de Vidro (1951) (Figura 26), residência da modernista Lina Bo Bardi, “[...] equipada com tampos de aço inox, triturador, incinerador de lixo, lavadoras de louça, era inspirada na famosa Cozinha de Frankfurt, de Margarete Schutte-Lihotzky [...]” (Ferraz, 2015, p. 34). Comenta-se, também, sobre os escritos publicados por Bardi, no manual de comportamento feminino “Encyclopédia da Mulher”, nos quais a arquiteta ítalo-brasileira tratava sobre questões relacionadas ao espaço de morar moderno. Nos verbetes, exaltava “eficiência, racionalização e mecanização do espaço doméstico, abordando, especialmente, as novas casas” (Milko, 2022), e, no tocante à cozinha, defendia a mecanização para a facilitar o trabalho e manter a higiene do ambiente (Bardi, 1958). Lina atesta a repercussão das experiências modernas ao tratar especificamente do espaço culinário de apartamentos reduzidos, menciona soluções como cozinha do tipo “armário” e a cozinha integrada à casa. Além disso, exibe sua mentalidade alinhada aos estudos modernos, quando corrobora o espaço culinário como local de necessária racionalização e salubridade, para tornar agradável o trabalho da dona de casa (Bardi, 1958).

O modelo de Margarete Schutte-Lihotzky e suas reinterpretações por outros mestres da época foram fundamentais para sobrelevar a temática da cozinha, como forma de torná-la ambiente digno e salubre na casa (Costa, 2021, p.57). Vanguardista, a Cozinha de Frankfurt se atentou a questões de higiene, ergonomia e demanda energética, por exemplo, que, na atualidade, são tópicos basilares durante a concepção de cozinhas. Também, previu móveis embutidos, solução de layout funcional e se concentrou na busca de materiais resistentes ao calor e à abrasão, como pedras, alumínio e vidro temperado.

Certamente, o trabalho da austriaca, bem como o de Charlotte Perriand, são muito reconhecíveis e foram deveras

importantes no que tange à temática do projetar a casa pelo olhar feminino. Assim como as estudiosas já mencionadas do século XIX, lutaram pelo reconhecimento e pela facilitação da vida das mulheres a partir da lógica da racionalidade na cozinha e da provisão de equipamentos simplificadores do trabalho doméstico.

Entretanto, há de se comentar que

apesar do esforço realizado para desenvolver novos tipos, a moradia mínima geralmente continuou reproduzindo as hierarquias do seio da família, por meio das diferenças hierárquicas e das classificações funcionais dos espaços. É na cozinha que o trabalho da mulher é automatizado e otimizado, questionando poucas vezes seu caráter de espaço de discriminação por motivos de gênero (Martínez, 2024, p. 111).

No caso da Cozinha de Frankfurt, um dos mais célebres projetos de cozinha do século XX, ainda que proponha elementos e layout que descompliquem a realização de tarefas no recinto culinário, é perceptível que o espaço mínimo prevê que seja utilizado apenas por uma pessoa, notadamente a mulher. Por isso, o projeto é passível de questionamentos quanto à manutenção do encargo da tarefa na cozinha como atividade individual e feminina. Retoma-se, inclusive, o que já foi debatido no tópico 3.5 deste trabalho, quando se tratou da dicotomia entre propor uma reconfiguração nas condições estruturais, prevendo que a mulher deixe de ser presença obrigatória na realização das tarefas do lar, e de apenas focar na simplificação mas fomentar a gestão da casa como função feminina.

Tendo isso em vista, é importante, também, destacar iniciativas que desafiam a lógica da mulher como encarregada do lar. Assim, ainda no plano das produções do século XX, convém mencionar projetos da realidade nacional e internacional, onde se destacam tentativas de desierarquização da casa e/ou de coletivização dos serviços do lar.

4.4 As moradias sem cozinha soviéticas

Se nos Estados Unidos as moradias sem cozinha surgiram como uma demanda de mercado, a produção de tipos sem o local culinário foi notável no contexto soviético por motivação ideológica do sistema político da época. Decerto, o panorama da Rússia do início do século XX foi definido por guerras civis e pela participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o que culminou em intensas transformações políticas e socioeconômicas, as quais, por sua vez, resultaram em alterações do modo de vida da época. Conforme Sabrina Fontenele Costa (2021, p. 43), “nesse período de forte modificação social, a arquitetura era entendida como uma ferramenta de transformação dos hábitos e que estimularia sentimentos de coletividade”. Desse modo, “a década de 1920 na União Soviética foi marcada por uma efervescência de ideias e liberdade para os movimentos arquitetônicos se expressarem” (Ito, 2021, p. 41).

Em 1926, foi, então, lançado um concurso

[...] para desenhar a nova habitação do proletariado. [...] Do ponto de vista social, visavam um modelo de habitar comunitário capaz de suprir novas necessidades fruto de novas relações produtivas e domésticas entre trabalhadores. Do ponto de vista técnico, havia busca por novos métodos construtivos com enfoque moderno, contestando os métodos construtivos tradicionais (Ito, 2021, p. 57).

Portanto, pretendia-se, a partir do lançamento de novo tipo residencial, dissolver hábitos típicos do modo de vida burguês tradicional e “[...] induzir padrões comportamentais horizontais, próprios da vida em comunidade” (Movilla Vega, 2015, p. 107 apud Ito, 2021, p. 57)

A competição aflorou pesquisas acerca da temática habitacional soviética e, em 1928, foi instituído o grupo Stroykom, coordenado pelo arquiteto construtivista Moisei Ginzburg, que foi responsável pela elaboração de estudos e experimentações relacionados à habitação.

Conforme Vega (2015, p. 479 apud Ito, 2021 p. 65-66),

a cozinha foi, durante os anos 1920, identificada pelos arquitetos partidários, políticos e reformistas como o coração da casa pré-revolucionária russa. Para eles, a cozinha era um lugar simbólico da família pequeno burguesa e uma oportunidade de projeto para a definição do novo marco doméstico na União Soviética. Por um lado, essas reformas deveriam viabilizar a socialização de tarefas atribuídas tradicionalmente às mulheres. Por outro, a concepção da cozinha como ferramenta a serviço do novo regime social igualitário estimularia a vida coletiva.

Desse modo, percebe-se que a cozinha tradicional era entendida como um ambiente que reproduzia dinâmicas relacionadas às condições de vida anteriores ao novo regime socialista e que sobrecregava as mulheres com trabalho doméstico. Uma vez que na União Soviética se defendia a liberdade feminina em relação aos cuidados com o lar, a cozinha foi palco de muitas reflexões, para que se tornasse condizente com a realidade social conforme se atesta pelo cartaz (Figura 27), que transmite a mensagem: “Abaixo a escravidão da cozinha! Agora você tem um novo modo de vida!”.

A equipe de Ginzburg propôs um modelo de cozinha racional, mas que era apenas temporário, pois a intenção da época era, de fato, tornar o trabalho nas cozinhas um serviço coletivo a ser realizado (Movilla Vega, 2015, p. 489 apud Ito, 2021, p. 67). O projeto elaborado teve como base a “cozinha tradicional soviética - uma cozinha de 7,13 m², considerada uma amostra representativa da época” e propunha a redução da área para 4,5m² e a disposição sequencial de armários e de eletrodomésticos, com o fito de diminuir a quantidade de movimentos necessários para realizar atividades (Movilla Vega, 2015, p. 193 apud Ito, 2021, p. 71).

Foi elaborado, também, um modelo (Figura 28) ainda mais enxuto e econômico, que ocupava apenas 1,4m²,



Figura 27: Cartaz soviético

Disponível em: <https://romeritopontes.com.br/10-cartazes-para-conhecer-a-urss/>

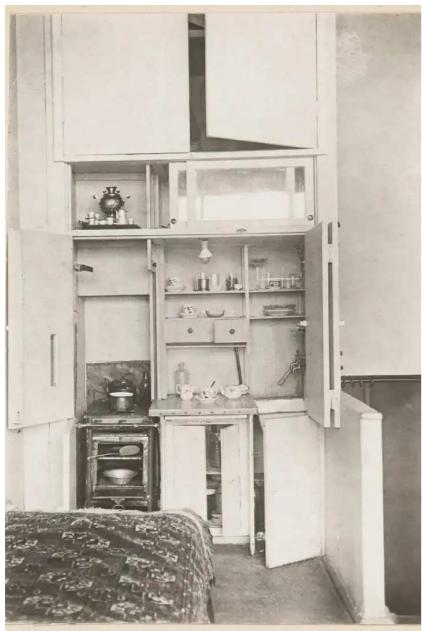
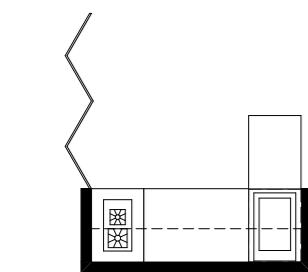
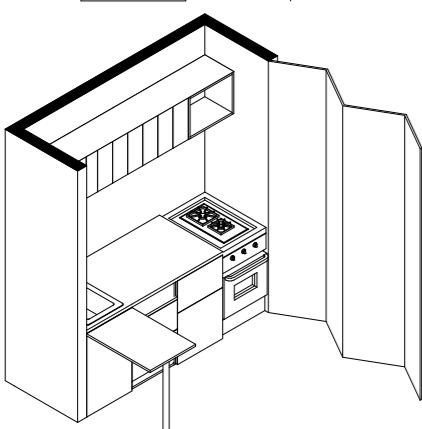


Figura 28: Cozinha-armário

Disponível em: https://issuu.com/crisnanami/docs/habita_o_g_nero_e_domesticidade_na_rssia_sovi_tif/s/13086791



planta baixa
cozinha-armário (Seção de padronização)



isométrica
cozinha-armário (Seção de Padronização)

Figura 29: Modelagem digital da cozinha-armário

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

a cozinha-armário, que consistia em quatro módulos independentes, de 50 centímetros por 70 centímetros de profundidade, que podiam ser dispostos da forma desejada, configurando um móvel de dois metros de largura. Um dos módulos abrigava a pia em sua parte superior, uma mesa retrátil na frente e uma porta para depositar o lixo. Outros módulos formavam a bancada, e na sua parte inferior ficavam uma geladeira e espaço para as louças. Um quarto módulo abrigava o fogão na parte superior e o forno na parte inferior. Num armário superior, ficavam os armários para armazenar alimentos básicos e espaços para guardar utensílios de cozinha. Por último, um banquinho giratório e ajustável em altura, que permitiria realizar as tarefas sentado (Vega, 2015, p. 195 apud Ito, 2021, p. 71).

A fim de facilitar a compreensão da nova proposta de cozinha soviética, foi desenvolvida modelagem digital, conforme se verifica na figura 29.

Apesar do desenvolvimento de tais modelos, sabe-se que o maior objetivo da época era coletivizar o serviço doméstico em cozinhas comunitárias, as quais seriam disponibilizadas nas áreas comuns das habitações coletivas.

Investigando a temática da habitação mínima e condizente à realidade soviética, o grupo Stroykom propôs variações de unidades residenciais, nomeadas A, B, C, D, E e F, que variavam, por exemplo, no número de dormitórios, de pavimentos, bem como na forma da cozinha (Ito, 2021, p. 79).

O mais icônico dos edifícios residenciais da época é Narkomfin (1932), visto na figura 30, pioneiro na proposição de apartamentos duplex e símbolo da mentalidade soviética, pois propunha um bloco residencial com células habitacionais de cômodos reduzidos, já que no estilo de vida socialista pretendia-se que boa parte das atividades da vida cotidiana pudesse ser realizada no setor dos equipamentos coletivos que o edifício disponibilizava, como creche, lavanderia, refeitório e cozinha coletiva (Ito, 2021, p. 87-97). Conforme Costa (2021, p. 44), a presença desses espaços comunitários

nos conjuntos habitacionais da época era um meio de promover a convivência entre os inquilinos e de diminuir as tarefas domésticas a serem realizadas pelas mulheres, pois se incentivava o emprego de trabalhadores assalariados para desempenhar tais serviços.

Sobre a repercussão da iniciativa soviética, é importante mencionar o projeto do Edifício Santo Antônio do Morro (Figura 31), no Rio de Janeiro, elaborado em 1929 por Milton e Marcelo Roberto, o qual continha um tipo com cozinha reduzida e outro sem cozinha, que, conforme os arquitetos, eram soluções de inspiração russa (Costa, 2021, p. 127-128).

Nos Estados Unidos, por outro lado, a polaridade ideológica entre capitalismo e socialismo e o fenômeno do *red scare* politizaram a produção de habitações sem cozinha e as tentativas de coletivização dos serviços domésticos ganharam “significado político” (Bestard, 2016). Nesse contexto, fortaleceram-se as noções já apresentadas de estudiosas como Christine Frederick, que entendia a mulher como figura responsável pelo lar. Inclusive, na Guerra Fria (1947-1989), momento de intensa dicotomia entre as dinâmicas político-econômicas, fortaleceu-se o *american way of life*, isto é, o estilo de vida americano, o qual se baseava em preceitos liberais e capitalistas para formar o ideário nacional. Para tanto, estimulava-se a aquisição de aparelhos como geladeiras, fogões, batedeiras e liquidificadores, pois simbolizavam modernidade e eram divulgados como objetos de desejo daquelas que cuidavam do lar (Figura 32).



Figura 30: Fotografia do edifício Narkomfin

Disponível em: [https://www.archdaily.com.br/945269/arquitetura-do-leste-europeu-edifícios-residenciais-iconicos-imagem](https://www.archdaily.com.br/945269/arquitetura-do-leste-europeu-edifícios-residenciais-iconicos/5f2c0d56b357659b9200004f-arquitetura-do-leste-europeu-edifícios-residenciais-iconicos-imagem)



Figura 31: Planta dos tipos do Edifício Santo Antônio do Morro

Fonte: Costa, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/273/27358485024/html/>



Figura 32: Anúncio sobre a cozinha

Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/2251868548910541/>

4.5 Vida coletiva no Pedregulho: um esforço de Carmen Portinho

Em entrevista ao podcast “Arquicast”, a professora Maristela Siolari trata do assunto da habitação social no Brasil, e comenta que, em um primeiro momento, chamado de “período rentista”, entre o fim do século XVIII e o início do XIX, as moradias populares eram produzidas a partir de iniciativas privadas, devido à boa rentabilidade dos aluguéis. Ela menciona, também, a formação de vilas operárias e comenta

sobre a pouca qualidade arquitetônica e urbanística a partir dos quais as habitações costumavam ser construídas, já que a necessidade do lucro sobressaia a importância de proporcionar boa moradia. Para ela há, entretanto, bons exemplos, como a Vila Maria Zélia (Figura 33), inaugurada em 1917 em São Paulo, que contava com equipamentos de uso coletivo, como escola, igreja, comércio e praça. Também, cita a Vila Economizadora (1915) (Figura 34), que tinha a preocupação em atender maior público, a partir da diversidade de tipos habitacionais.



Figura 33: Inauguração da Vila Maria Zélia (1917)

Disponível em:<https://saopauloantiga.com.br/vilamariazelia/>

Posteriormente, a partir da década de 1930, o Estado se envolveu no planejamento e no subsídio das habitações sociais, que se entrelaçou com a influência moderna na produção de arquitetura brasileira. Segundo Moreira (2020),



Figura 34: Vila Economizadora

Disponível em:<https://www.saopauloinfoco.com.br/historia-vila-economizadora/>

no Brasil, o interesse do Governo Federal na construção de HIS se inicia nos anos 30, com a industrialização do país. Até então, a população que vinha do campo para trabalhar e viver nas cidades tinha como opção somente as vilas operárias ou moradias de aluguel da iniciativa privada. A partir desse período até a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) encomendaram projetos de arquitetos modernos, como Attilio Corrêa Lima, Carlos Frederico Ferreira e Marcial Fleury de Oliveira.

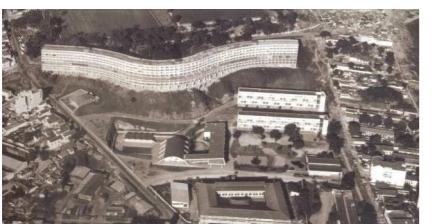


Figura 35: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho)

Disponível em:<https://www.archdaily.com.br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy>

Nesse contexto da produção brasileira de habitações de interesse social por arquitetos modernos entre os anos de 1930 e 1960, e envolvendo as discussões empreendidas neste trabalho, destaca-se a experiência do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (1947), assinado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy e de construção promovida pelo Departamento de Habitação Popular, dirigido pela engenheira e urbanista Carmen Portinho (Costa, 2021, p. 147-153).

Situado no Rio de Janeiro, o conjunto habitacional popularmente conhecido como Pedregulho (Figura 35) foi concebido em três blocos residenciais, nos quais também

constam pavimentos com espaço de uso comum, como lavanderia e área para apropriação comercial. Além disso, foram construídos edifícios para abrigar equipamentos como ginásio, escola, piscina e mercado (Figura 36).

O conjunto se destaca por sua solução formal, tendo sido elogiado por profissionais relevantes como Max Bill e Le Corbusier. Também, são notáveis as soluções tecnológicas e de conforto ambiental empreendidas por Reidy, que se inspirou nas formas corbusianas e de Niemeyer. A singeleza dos blocos complementares juntas à edificação curva fazem do Pedregulho uma produção admirável (Fracalossi, 2011).

Também, a solução programática do conjunto é digna de destaque.

Num momento especial da atividade profissional do arquiteto no Brasil, o Pedregulho catalisa os temas da habitação, da educação, do bem-estar e da inovação, trabalhando todos eles em sinergia em busca de uma ideal/real transformação da sociedade (Arquicast, 2022).



Figura 36: Implantação e programa Pedregulho

Disponível em:<https://www.archdaily.com.br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy>

O projeto do Pedregulho evidencia a intenção de projetar unidades em 5 tipologias e de incorporar áreas de utilização coletiva, e, conforme Costa (2021, p. 154), isso se deu sob a influência de pesquisas e de experiências de Portinho, que, durante seu período de estudo na Inglaterra, motivou-se a aprender sobre o período pós-guerra e a reconstrução de cidades europeias. Visando diminuir custos de obra e incorporar o ideal de vida comunitária, para, principalmente, reduzir os encargos com o trabalho doméstico, Carmen defendeu ativamente a concepção do Pedregulho como empreendimento habitacional fomentador da convivência social.

Realçando a atuação de Portinho, tem-se que ao longo de sua carreira muito se interessou pela temática feminista, participando ativamente de lutas em prol das mulheres, tais qual o movimento sufragista, e fundou entidades de proteção e incentivo feminino, a União Universitária Feminina (1932) e a Abea Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (1973) (Martínez, 2024, p. 204).

Conforme mencionado, Carmen teve uma intensa experiência na Inglaterra, onde solidificou a mentalidade alinhada ao “[...] desenvolvimento de uma sociedade em igualdade de direitos apoiada no urbanismo e na arquitetura moderna”, que culminou na criação do Departamento de Habitação Popular (1947), o qual a profissional coordenou por mais de dez anos, e cujo escopo era “[...] a realização de conjuntos habitacionais para população de baixa renda segundo novos conceitos [...]”, bem como tinha a intenção de refutar noções patriarcais quanto ao papel da mulher enquanto esposa e cuidadora do lar (Martínez, 2024, p. 204). Obra internacionalmente reconhecida por suas preocupações arquitetônicas e urbanísticas, o Pedregulho exibe importante atuação feminina, representada por Carmen Portinho, para a consolidação do complexo habitacional.

Ao observar a planta dos tipos residenciais do complexo habitacional carioca (Figura 37) e dar ênfase às soluções formais das cozinhas, cômodo de destaque neste trabalho, nota-se que seguiam a tendência da época, uma vez que tinham área enxuta e layout racionalizado, decisão projetual

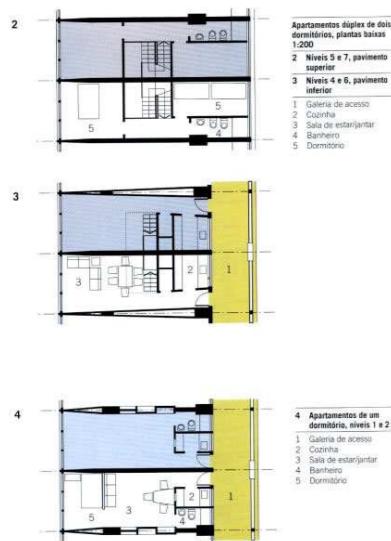


Figura 37: Plantas dos apartamentos tipo do Pedregulho

Disponível em: <https://reidy-ofilme.blogspot.com/2011/10/reidy-e-o-complexo-habitacional.html>

que condiz com a intenção de otimizar o espaço e os serviços de casa, mostrando que as prerrogativas internacionais no que tange à redução de área habitacional e de promoção da vida comunitária também repercutiram no Brasil.

4.6 Mulheres, Trabalho, Cidade: O caso de Viena

No plano das discussões sobre gênero, moradia e coletivização da vida doméstica, convém estudar também o exemplo de Viena, capital austríaca, em virtude de interessantes iniciativas notabilizadas na cidade. Em breve retrospectiva, tem-se que a concepção de conjuntos habitacionais vienenses, assim como no contexto geral europeu, iniciou com as repercussões da Primeira Guerra Mundial e se sabe que entre os anos de 1919 e 1934, a cidade esteve sob o comando do partido socialdemocrata, uma época conhecida como “Viena Vermelha”, cuja importante contribuição foi o programa de construção de habitações sociais, o qual esteve alinhado a preceitos do sistema político vigente e, por isso tendeu a valorizar a socialização dos espaços nos conjuntos (Silva, 2011). Entre os edifícios notáveis, cita-se o *Heimhof* (1922),

um conjunto habitacional que tinha como objetivo diminuir a carga de trabalho doméstico a partir da implantação de espaços comuns como cozinha, espaço para as refeições e lavanderia (Coradin, 2010, p. 77 apud Coradin, 2014, p. 156).

Também, há o *Karl-Marx-Hof* (1930), icônico residencial projetado por Karl Ehn, com oferta de infraestruturas de uso comunitário, tais quais lavanderias, clínica odontológica, biblioteca e lojas (Figura 38) (Brownlow, 2025).

Ademais,



Figura 38: Karl-Marx-Hof

Disponível em: https://images.adsitc.com/media/images/64ee/108c/5286/7b60/be24/8e4f/slideshow/viena-uma-politica-de-habitacao-social-fora-do-comum_3.jpg?1693323409

Na vanguarda, Viena criou em 1992 a Oficina das Mulheres (Women's Office) e, posteriormente, em 1998, o Departamento de Gênero, que assumia como modelo de política pública as necessidades das mulheres nas cidades (Ghisleni, 2023).

A título de elucidação, Eva Kail (1959) é uma urbanista austríaca, responsável por destacar questões de gênero na prática de arquitetura e de planejamento urbano em Viena, e que, desde a década de 1980, promove esforços no que tange ao pensar a cidade a partir da perspectiva feminina. Sob a sua coordenação, já foram elaborados dezenas de projetos que levam em conta as prerrogativas das mulheres, a fim de melhorar suas vivências, tanto no cenário da habitação, quanto na abrangência do meio urbano.

Nesse panorama, é relevante citar o concurso realizado em 1993 para uma intervenção habitacional e urbana no norte de Viena, o *Frauen Werk Stadt Model Project* (Projeto Modelo Mulheres- Trabalho- Cidade). A proposição surgiu a partir de pesquisas organizadas pela profissional austríaca, que identificaram a necessidade de priorizar aspectos como acessibilidade e segurança femininas, e, então, de repensar soluções urbanas e habitacionais (Ghisleni, 2023). Assim, oito equipes lideradas por mulheres foram chamadas a participar do pleito, tendo sido o projeto de Franziska Ullmann (1950) o vencedor, “devido à variedade de unidades propostas e a sensibilidade na resolução do desenho dos espaços abertos”. Além de Ullmann, outras quatro mulheres contribuíram no projeto, sendo elas Maria Auböck, Gisela Podreka, Elsa Prochazka e Liselotte Peretti (Coradin, 2014, p. 157).

“O objeto do concurso tratava do desenho de um *masterplan* e de blocos residenciais para o novo bairro *Frauen-Werk-Stadt* em Viena [...]” e tinha como principais diretrizes flexibilidade espacial, interação com o meio público e oferta de serviços comunitários (Figura 39) (Ghisleni; Ghisleni, 2022). Para tanto, oferta variedade tipológica nas habitações, que possuem de um a quatro ambientes, os quais podem ser utilizados conforme as demandas dos moradores de cada unidade, para se adequar às especificidades de diferentes



Figura 39: Implantação e programa do projeto
Fonte: Coradin, 2014. Disponível em:https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14900/156_161_Renata_Coradin.pdf

conformações familiares (Coradin, 2014, p. 157). Bem como, propunha a integração urbana a partir da criação de eixos caminháveis e da conexão de todas as entradas, para proporcionar segurança e convívio.

Trazendo à tona as discussões que abordam o recinto culinário, comenta-se que a cozinha foi um importante ambiente na definição das plantas do conjunto, chamado de *Frauen-Werk-Stadt I*.

Segundo as arquitetas, [...] em muitos casos, a cozinha é um elemento central e também um ponto de encontro, é o espaço para preparar comida, lavar a louça, supervisionar o trabalho doméstico e também conversar sobre coisas importantes [...]” (Kail; Bauer; Zwingl, 1996 apud Coradin, 2014, p. 157).

Por isso, nas plantas das moradias (Figura 40) “a cozinha [foi] configurada como um volume saliente e os banheiros bem concentrados, [e] o restante do espaço é dividido em partes iguais [...]” o que dá aos moradores a possibilidade de escolher como preferem utilizar e segmentar os demais cômodos (Coradin, 2014, p. 158).

Na Figura 41, observa-se diferentes possibilidades para as plantas dos apartamentos. Percebe-se que a definição espacial acontece apenas quanto aos fixos, isto é, os ambientes que demandam instalações hidrossanitárias, e que o restante da planta é livre, para que, de acordo com os moradores, a planta seja, ou não, dividida. Sobre a cozinha, verifica-se que, ainda que esteja fixada em uma das extremidades da unidade, pode ser aberta ou fechada, integrada, ou não, ao restante da casa, novamente demonstrando a possibilidade de escolha pelos usuários.

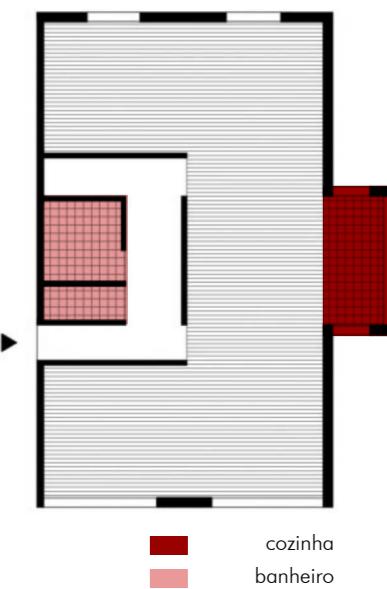


Figura 40: Planta das unidades
Disponível em:<https://multiplayercity.org/frauen-werk-stadt-i>. Adaptado pela autora, 2025



Figura 41: Simulações de planta

Disponível em:<https://medium.com/@natpalit/visit-to-frauen-werk-stadt-1->



Figura 42: Creche e lavanderia *Frauen Werk Stadt I*

Disponível em:<https://www.archdaily.com.br/990510/urbanismo-sob-perspectiva-de-genero-eva-kail-e-o-concurso-de-projetos-para-viena>



Figura 43: Caminhos *Frauen Werk Stadt I*

Disponível em:https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/2015/10/31/eva-kail-1959-kail_eva_gender-mainstreaming-applied2/

Na escala urbana, o conjunto oferta infraestruturas como creche, lavanderia, comércios e posto policial, com o intuito de proporcionar segurança e praticidade aos moradores, principalmente às mães, facilitando seus deslocamentos e o gerenciamento das questões de cuidados com os filhos (Figura 42). Sob a mesma justificativa, propõe fácil acesso ao transporte público, prioriza os pedestres em vez de automóveis e prevê que os caminhos do residencial sejam locais de encontro, passeio e brincadeira, além de que possam ser observados a partir das janelas das unidades de moradia, como forma de manter o meio público visível e movimentado (Figura 43). Durante os edifícios, há, ainda, espaços de armazenagem, para guardar elementos como carrinhos de bebê, que, às vezes, são difíceis de serem colocados dentro do espaço reduzido dos apartamentos (Coradin, 2014, p. 157).

Desenhado por mulheres e pensado principalmente para atender suas necessidades, o *Frauen-Werk-Stadt I* foi concebido em um

conceito que engloba outras pluralidades presentes em uma sociedade, podendo referir-se à vulnerabilidade social, diferenças etárias, restrições de mobilidade, diversidade cultural, e não focando apenas na dualidade masculino-feminino" (Ghisleni; Ghisleni, 2022).

Sendo assim, a partir da proposição de planta flexível e não-hierarquizada, além de um contexto urbanístico que promove a coletivização e a facilitação da vida doméstica, o residencial se afirmou como importante realização vienense, que, sobrelevou questões de gênero, classe, idade e diversidade durante o projetar da habitação social e, inclusive, culminou na construção de outros dois conjuntos, o *Frauen-Werk Stadt II* e *III*, que também se apropriam de estratégias projetuais apresentados no *Frauen-Werk Stadt I*.

Certamente, o caso de Viena se faz importante referência projetual, na medida em que concentra intervenções na escala da casa e da cidade que pensam em maneiras de facilitar a vida feminina, des hierarquizar ambientes e tornar a vida doméstica mais coletiva. Além disso, a solução da planta residencial se aproxima do interesse deste trabalho quando torna a cozinha elemento que ajuda na definição de unidades flexíveis.

4.7 MAIO: flexibilidade, heterarquia e coletividade

Como visto, do seu surgimento às repercussões do século XX, em um apanhado geral, as moradias populares estiveram ligadas a uma concepção que aconteceu mediante à necessidade de diminuir índices de déficit habitacional ocasionados por conflitos, bem como de proporcionar habitações econômicas em contextos de núcleos recém-urbanizados. Devido a essa demanda por construções de baixo custo, para viabilizar uma produção acessível aos moradores e sustentável do ponto de vista da economia, tais empreendimentos costumavam ocorrer em cenários afastados do acesso satisfatório a infraestruturas urbanas e em plantas padronizadas e reduzidas, como forma de baratear e de agilizar as obras. Com isso, a qualidade arquitetônica e urbanística dos conjuntos habitacionais se via afetada, haja vista que unidades muito enxutas e predeterminadas podem se tornar pouco adequadas às múltiplas organizações familiares, e a vida afastada de sistemas e de serviços básicos às cidades tende a ser prejudicial aos moradores, obstaculizando o alcance à moradia digna. Acresça-se ainda,

que, muitas vezes, o peso da produção inadequada recai sobre as mulheres, pois, como muito já se discutiu ao longo desta pesquisa, costumam ser atreladas à manutenção do lar e são afetadas pela mentalidade patriarcal e dominadora, que, historicamente, guia os desenhos dos recintos residenciais. Entretanto, conforme evidenciado previamente, em várias localidades e circunstâncias, há bons exemplos de habitação social, cujas soluções ultrapassaram respostas convencionais e insuficientes, proporcionando vivência adequada aos residentes, e enaltecendo necessidades de minorias, com destaque às femininas.

Na contemporaneidade, as habitações de interesse social são deveras relevantes,

pois segundo o relatório de 2016 do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), existem 881 milhões de pessoas vivendo em favelas nas cidades dos países em desenvolvimento, e se estima que até 2025 é provável que outras 1,6 bilhão de pessoas precisem de moradia adequada e acessível (Moreira, 2020).

Tal qual no passado, atualmente ainda se tem que, em vários casos, os conjuntos habitacionais são feitos em condições arquitetônicas e urbanísticas pouco adequadas, sem levar em conta, por exemplo, a necessidade do caráter participativo na produção de moradias, para que possa atender às demandas dos usuários. Felizmente, em contrapartida, há atuações que se esforçam para alterar tal panorama conflituoso e se propõem a repensar a moradia popular.

No contexto dessa pesquisa, destaca-se a trajetória da arquiteta Anna Puigjaner, referência neste trabalho, devido à sua tese de doutorado "Ciudad sin cocina: el Waldorf Astoria, apartamentos con servicios domésticos colectivos en Nueva York, 1871-1929", que abordou os apart-hóteis novaiorquinos e suas repercussões relacionadas ao ambiente culinário, e a produção do escritório MAIO, do qual ela faz parte.

Sobre Puigjaner, tem-se que após viagem pela Ásia, Escandinávia e América Latina para estudar modelos de moradias compartilhadas, publicou o "Kitchenless City: Architectural Systems for Social Welfare", trabalho reconhecido pela Harvard University Graduate School of Design (Harvard GSD) com o Prêmio Wheelwright 2016, e se mostrou defensora de moradias compartilhadas e sem cozinha. Segundo a arquiteta espanhola, prever novas tipologias de habitação, entre elas as que compartilham cômodos, é importante, haja vista a necessidade de adaptá-las aos diversos arranjos da vida hodierna. Então, ela propõe que os domicílios dividam uma cozinha central, sob a justificativa de promover moradias acessíveis e que valorizam o senso comunitário, ao favorecer trocas e convívio entre vizinhos. Além disso, Puigjaner comenta sobre a possibilidade de terceirização dos serviços culinários nas cozinhas coletivas, a partir da contratação de cozinheiros profissionais, que devem entender do controle de qualidade alimentar e evitar desperdício de alimentos, a fim de promover economia e consumo sustentáveis (Baldwin, 2022), assim como de diminuir a quantidade de trabalho doméstico, o qual ainda tende a recair sobre as mulheres, e de prever moradias colaborativas e eficientes.

O grupo catalão MAIO, o qual a pesquisadora integra, tem uma produção muito interessante quanto à proposição de moradias flexíveis, sem hierarquias e que questionam soluções relacionadas às cozinhas. A título de ilustração, no projeto "40 Social Housing" (Figura 44), vencedor de concurso para a elaboração de habitações sociais no distrito de Sant Feliu de Llobregat, em Barcelona, o escritório propõe um edifício em que

as unidades são compostas por espaços genéricos, não hierárquicos, flexíveis e adaptáveis às mudanças nas necessidades vitais de seus habitantes, e que simultaneamente desenvolvem várias estratégias simultâneas que se complementam e têm em comum a melhoria das condições de vida, a construção urbana, a igualdade social e o atendimento aos desafios da sustentabilidade (MAIO).

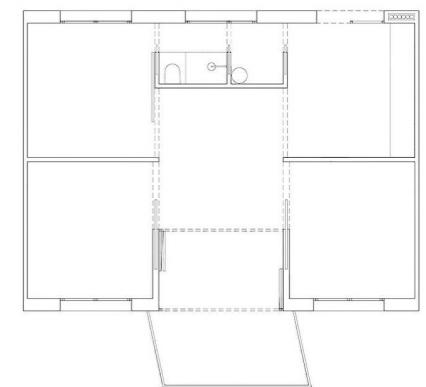


Figura 44: Planta da unidade do "40 Social Housing"/

Disponível em:<https://www.maio-architects.com/project/40-social-housing/>



Figura 45: Maquete do “37 Social Housing Units”

Disponível em: <https://www.maio-architects.com/project/37-social-housing-units/>

Em suas propostas, o escritório valoriza o desenho de ambientes em tamanhos similares e sem funções predefinidas, para, assim, fomentar habitações que podem se adaptar a demandas variadas dos usuários, que podem se apropriar do espaço conforme for compatível com seus estilos de vida. Também, suas produções estão muito ligadas à reconfiguração da lógica da cozinha e à necessidade de coletivização dos serviços domésticos. No projeto “37 Social Housing Units” (Figura 45), que é demanda de um plano direto no México, o térreo dos edifícios comportam programas de uso público e comunitário, como pontos comerciais, cozinha coletiva e espaço de refeitório. Também, na cobertura, cozinha ao ar livre e lavanderia, para utilização dos moradores (MAIO).

4.8 Aprofundamentos sobre a produção de conjuntos habitacionais no Brasil: pesquisando sobre Fortaleza-CE

Conforme já explicitado, no Brasil, a produção de habitações acessíveis teve seus primórdios com a construção de vilas operárias e depois, por volta da década de 1930, o Estado, sob influência moderna, começou a subsidiar a construção de conjuntos habitacionais de interesse social. Continuando o resgate histórico, que se propõe a ser breve, tem-se que em 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que até 1986 financiou moradias populares, as quais eram produzidas em série e seguindo preceitos de padronização e austeridade. Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, “órgão responsável pela Política Nacional de Habitação (implantada em 2004), que por sua vez tem como instrumento o Sistema Nacional de Habitação” (Ferreira, 2009 apud Constantino e Machado, 2019, p. 67). Em 2009, a partir desses mecanismos de legislação habitacional, foi instituído o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que concentra parte significativa dos esforços relativos à facilitação do acesso à moradia a setores fragilizados da população.

No tópico “Falsos Controles”, do trabalho “Arquitetura em Processo: por uma abordagem possível” (2018), Bianca

Feijão de Meneses retoma o histórico da produção habitacional em Fortaleza-CE, sítio de interesse neste trabalho, à luz de análise empreendida pelos professores Clarissa Freitas e Renato Pequeno.

Assim, em resumo e enfatizando a tônica da habitação de interesse social, tem-se que, a partir da década de 1980, as construções incentivadas pelo BNH foram responsáveis por expandir a malha urbana da cidade e por fomentar a implantação dos conjuntos em áreas pouco atendidas por sistemas de infraestrutura urbana.

Quando de sua consolidação na capital, o PMCMV,

[...] apesar dos volumosos investimentos, significou uma produção habitacional periférica com um processo de dispersão urbana semelhante ao do BNH, acrescentando-se o fato de que, quanto menor a renda a qual se destina, mais distante o empreendimento [...] (Meneses, 2018, p.34).

Decerto, do surgimento à contemporaneidade, a produção de conjuntos habitacionais em Fortaleza ocorre de forma muito adensada, afastada das ideais condições de inserção urbana, e, quanto ao desenho das habitações, tem-se que predomina a solução em plantas mínimas, muitas vezes incompatíveis com núcleos familiares maiores ou que tenham demandas espaciais pouco convencionais. Exemplo disso, é o caso do empreendimento Cidade Jardim (Figura 46), marcado por excessivo adensamento populacional e por adversidades infraestruturais. O conjunto, situado no José Walter, bairro da periferia de Fortaleza, soma milhares de apartamentos de 43m² e é dividido em módulos que fazeam a construção, entregue, primeiramente, em 2014, por meio do PMCMV. Pensado para receber moradores advindos de diversas áreas da cidade, que careciam de melhores condições de moradia, o conjunto de edifícios é questionado devido a fatores tais quais insuficiência de equipamentos públicos, previstos no projeto, mas que a plena disponibilização ao público tem sido atrasada, afastamento urbano e sensação de insegurança (Nascimento, 2024).



Figura 46: Residencial Cidade Jardim

Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/06/29/residencial-cidade-jardim-ii-e-inaugurado-no-jose-walter-e-beneficia-cerca-de-8-mil-cearenses/>

Relacionando tais adversidades com o olhar sob a perspectiva feminina, enfatizada neste texto, sabe-se que a moradia apartada de bons sistemas urbanos tem intensa incidência sobre a vida das mulheres. Morar longe do trabalho e da creche das crianças, ter difícil acesso a estruturas como postos de saúde, departamentos de polícia e centros de desenvolvimento social restringem e precarizam suas vivências e têm seus efeitos potencializados pelas condições históricas de exclusão e violência às mulheres. Além disso, conforme os dados apresentados no início deste trabalho, sabe-se que a realidade fortalezense apresenta elevados casos de déficit habitacional feminino, cerca de 60% (FJP, 2021), evidenciando a necessidade de potencializar esforços no que tange à promoção de digna moradia à população mulheril.

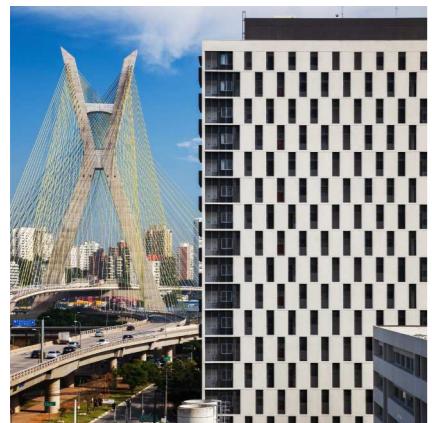


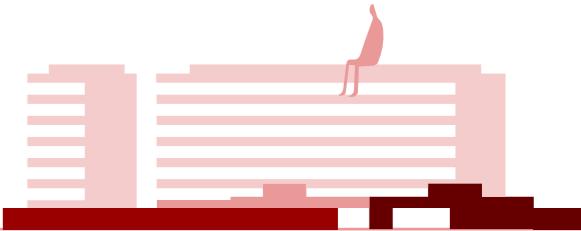
Figura 47: Conjunto Habitacional do Jardim Edite

Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-134091/conjunto-habitacional-do-jardim-edite-slash-mmbb-arquitetos-plus-h-plus-f-arquitetos>

Nesse âmbito, é necessário repensar o desenho dos conjuntos habitacionais para a cidade, priorizando inserções cujo acesso às urbanidades é viável e concedendo equipamentos que contemplem as necessidades básicas cotidianas. Bom exemplo de solução para a melhoria habitacional é o Conjunto Habitacional do Jardim Edite (2010) (Figura 47), realizado em parceria pelos escritórios H+F Arquitetos e MMBB Arquitetos, em solicitação de iniciativa da Prefeitura de São Paulo, que serviu como um caso de reassentamento de moradores da favela que se situava no local onde foi construído. O programa do residencial, além dos domicílios, contempla creche, restaurante escola e Unidade Básica de Saúde (UBS), além de estar situado em região movimentada da cidade, bem assistida pelos modais de transporte, e onde oportunidades de trabalho, estudo e lazer são múltiplas (Archdaily, 2025).

5

DESENHANDO
A MORADIA
POPULAR:
REPENSAR O
HABITAR A
PARTIR DA
COZINHA



Apresentadas as discussões que conectam os debates sobre gênero, moradia e cozinha, entrelaçados a noções sobre as condições da produção residencial popular em Fortaleza, ensaiia-se, nesta etapa da pesquisa, um conjunto multifamiliar de interesse social, pensado para sobrelevar vivências e contribuir para tonificar a qualidade habitacional da capital.



vista do conjunto habitacional

A área de intervenção está situada em Fortaleza-CE (Mapa 01), e faz parte da Zona Especial de Interesse Social do Bom Jardim (ZEIS Bom Jardim) (Mapa 02), a segunda maior ZEIS de Fortaleza, a qual possui cerca de 30 mil habitantes (O POVO, 2018).

Em sintética caracterização da ZEIS Bom Jardim, conforme dados do Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, Físico-Ambiental, Urbanístico e Fundiário (Barreira et al, 2019), produto do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), tem-se que a ocupação da área hoje delimitada pela poligonal da ZEIS tem relação com o contexto de adensamento e expansão urbanos da capital cearense, tonificado na segunda metade do século XX, que, apesar da intenção de explorar outras centralidades, ampliar o sistema viário e aliviar demandas habitacionais em localizações periféricas, não aconteceu de forma plena e a infraestrutura urbana não foi capaz de acompanhar as necessidades das novas apropriações espaciais. Até 1950 área pouco habitada e destinada principalmente à agropecuária, mais tarde, entre 1970 e 1980, a região do Grande Bom Jardim se tornou interessante para a construção de moradias, sobretudo as de cunho popular, o que, no entanto, não significou ampla melhoria na paisagem urbana ou na oferta de sistemas como esgoto e água. A densificação pouco ordenada, a anuência do poder público quanto à regulação das tomadas espaciais e a falta de interesse da iniciativa privada em pensar para além da construção rentável, culminaram em um cenário de debilidade ambiental e socioeconômica, que se reflete, infelizmente, em uma conjuntura habitacional e urbanística precária, na qual cerca de 80% da população reside em moradias inadequadas (O POVO, 2018) e o meio público carece áreas livres qualificadas com elementos básicos, tais quais iluminação e pavimentação de qualidade, além de espaços de desenvolvimento e capacitação dos moradores.

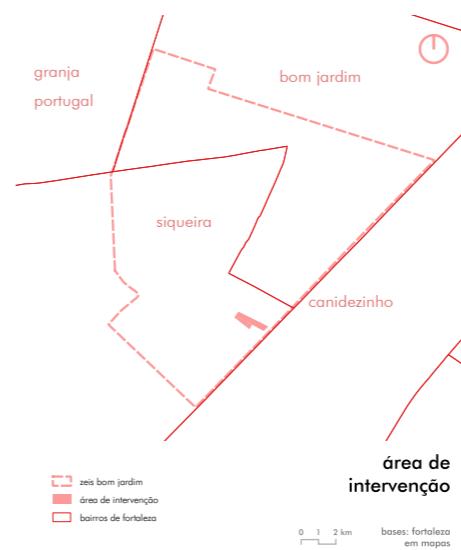
Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - são porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo;

Mais especificamente, é classificada como

ZEIS 1

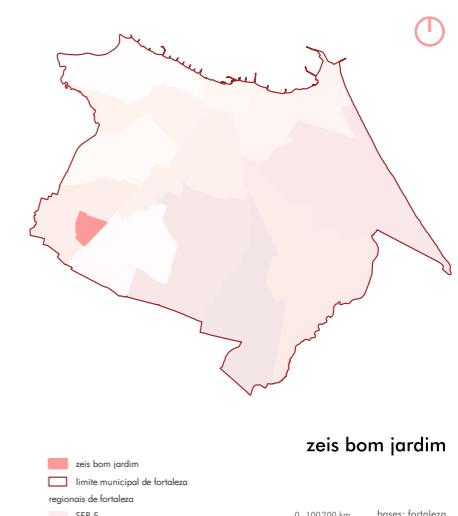
Zonas Especiais de Interesse Social 1 (ZEIS 1) - são compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental;

(Art. 8, Lei nº 236/2017 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Fortaleza)



Mapa 01: Área de intervenção

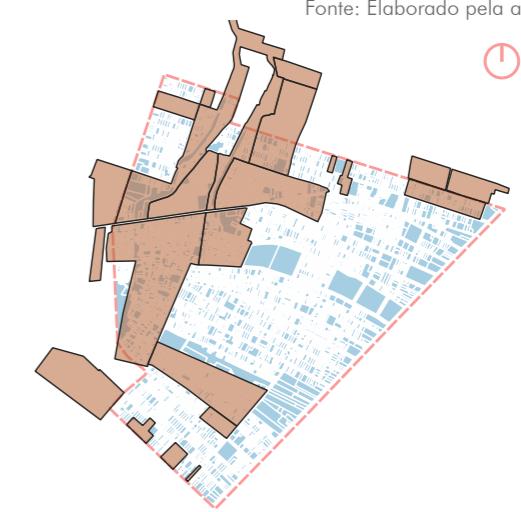
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.



Mapa 02: ZEIS e regionais

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A ZEIS é caracterizada pela existência de 15 territórios classificados como assentamentos precários (Mapa 03), que carecem de intervenções como regularização fundiária e reassentamento.



Mapa 03: Assentamentos precários

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.



Infelizmente, o panorama de fragilidades se reflete em uma realidade marcada por desigualdades, violências, precariedades habitacionais e inseguranças urbanas (Figura 48). Entrelaçando tal problemática com a tônica da vida feminina, bem como de outros grupos desprivilegiados perante à mentalidade patriarcal, tem-se que, de acordo com dados indicados no já mencionado Caderno de Diagnósticos (Barreira et al, 2019, p. 176) elaborado no PIRF, uma gravíssima fraqueza percebida durante as imediações da ZEIS é o “assédio às mulheres em ruas sem movimento e mulheres que apanham dos companheiros na rua”, e, também, casos de intolerância e homofobia.

Soma-se a isso a realidade habitacional que assola a cidade, em que mais da metade dos casos de déficit habitacional ocorre em domicílios chefiados por mulheres (FJP, 2011). A título de elucidação, o número de residências de responsabilidade feminina no território da ZEIS Bom Jardim aumentou em mais de 100% entre os anos 2000 e 2010.

Tal evidência quantitativa aponta para mudanças sociais gerais, como a participação mais intensa da mulher no mundo do trabalho. Todavia, esse dado pode representar aumento da vulnerabilidade social, haja vista a dupla jornada de trabalho para as mulheres, ou seja, a divisão entre afazeres domésticos e as outras funções remuneradas cotidianas (Barreira et al, 2019, pp. 91-92).

Figura 49: Dandara dos Santos
Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/03/20/ao-cultural-em-fortaleza-relembra-dandara-e-pede-o-fim-da-transfobia>



Em 2017, Dandara dos Santos (Figura 50) foi brutalmente assassinada no Bom Jardim.

Travesti é espancada até a morte no Bom Jardim

SEGURANÇA

Mulher trans é sequestrada e estuprada devido a conflitos entre facções rivais em Fortaleza

A vítima se ofereceu para ir no lugar da irmã em um suposto encontro para o pagamento de pensão, momento em que foi sequestrado

Matheus Facundo e Rafaela Duarte 25 de Novembro

SEGURANÇA

Mulher é assassinada a tiros e pedradas enquanto voltava da academia no Siqueira, em Fortaleza

Gutterlânia Gomes da Silva dirigia o próprio veículo quando foi abordada por pelo menos cinco homens

Redação 15 de Outubro de 2021

SEGURANÇA

Mulher é morta a facadas no bairro Siqueira, em Fortaleza

Vítima foi morta em via pública do bairro

Redação 13 de Fevereiro de 2023

SEGURANÇA

Travesti de 22 anos é encontrada morta com sinais de violência no Bom Jardim, em Fortaleza

Vítima tinha lesões decorrentes de um objeto contundente, segundo a polícia

SEGURANÇA

Homem com deficiência física é morto a tiros no bairro Bom Jardim; grupo também matou mulher

O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) investiga os crimes.

Redação 27 de Abril de 2020

Além das questões mencionadas, as áreas interseccionadas pela poligonal da ZEIS Bom Jardim também sofrem com a incidência da insegurança alimentar, isto é, a incerteza do alcance a alimentos de boa qualidade e na necessária quantidade (Mapa 04). Com certeza, essa circunstância é insustentável, pois a boa nutrição é fundamental para o desempenho da vida humana e fere direito previsto no Artigo 6º da lei máxima do país.

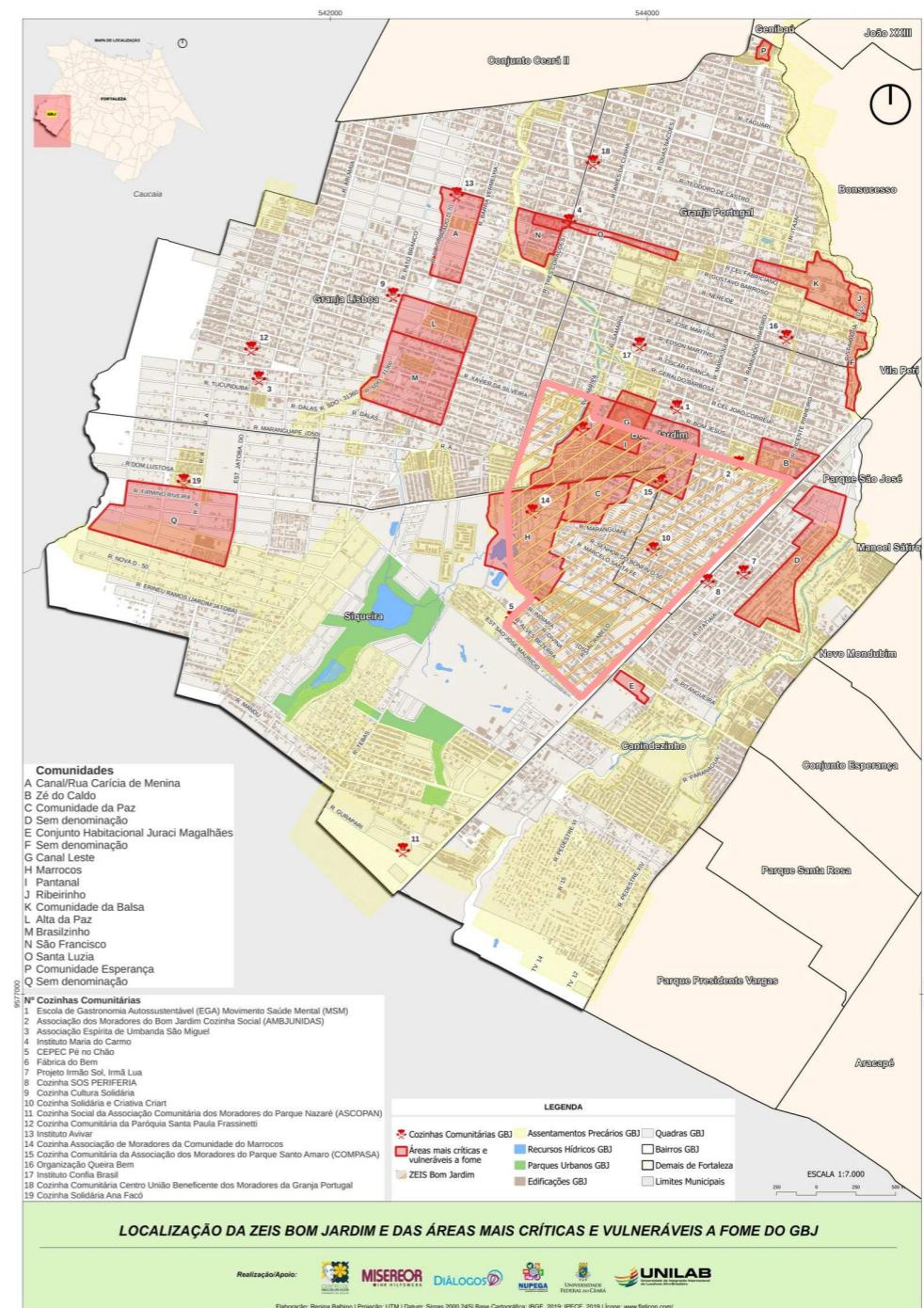
Frente a esse panorama, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), junto à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), à Universidade Federal do Ceará (UFC) e à Universidade Estadual do Ceará (Uece), elaborou o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim (Machado et al, 2022), que, concisamente, visa a identificar famílias em condição de vulnerabilidade alimentar e a agir de modo contundente quanto à visibilização de ações que mitiguem a fome na região. Também, no estudo, são apontadas atuações e entidades já notabilizadas na área, que empregam esforços no que diz respeito ao fornecimento do que, muitas vezes, é a única refeição diária daqueles que não conseguem ter acesso digno à alimentação.

Nesse contexto, as Cozinhas Comunitárias foram identificadas como importantes agentes que arrefecem o cenário da fome no local. A título de contextualização, as Cozinhas Comunitárias são espaços de preparação e/ou distribuição diárias de refeições, que funcionam, em geral, a partir do trabalho voluntário da população engajada. No Grande Bom Jardim, 19 dessas cozinhas foram indicadas como responsáveis por garantir acesso a alimentos para mais de cinco mil famílias (Machado et al, 2022, p. 31). Atualmente, o número de Cozinhas Comunitárias cresceu para 24 (Mapa 05).

"Teve dias que eu fiquei sem comer pra dar comida a eles. Sempre quem fica sem comer é a mãe, minha filha"

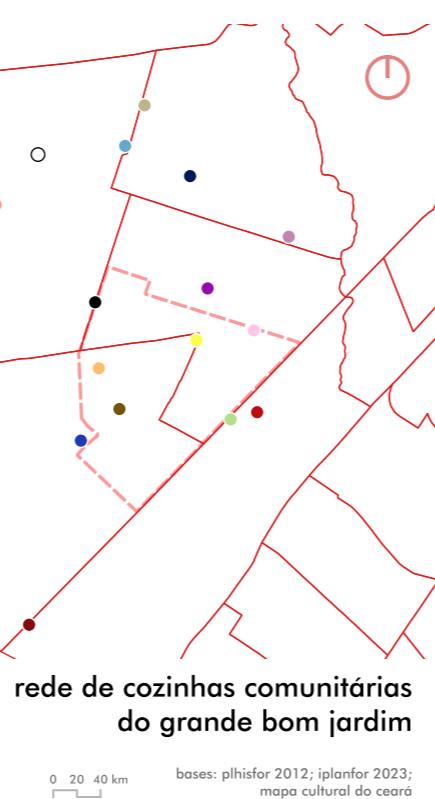
Moradora da Grande Bom Jardim, em entrevista ao Diário do Nordeste (Viana, 2022)

a insegurança alimentar pode favorecer um cenário de fragilidade e culpa para mulheres, culturalmente responsabilizadas pela provisão das refeições



Mapa 04: Localização da ZEIS Bom Jardim e das áreas mais críticas e vulneráveis à fome no GBJ
Disponível em: <https://cozinhascomunitariasgbj.org.br/localizacao-da-zeis-bom-jardim-e-das-areas-mais-criticas-e-vulneraveis-a-fome-do-gbj/>

No mapa 04, estão indicadas as áreas mais vulneráveis à fome. Traçada a poligonal da ZEIS Bom Jardim, percebe-se que parte significativa do território sofre com incertezas alimentares.



A maioria das Cozinhas Comunitárias acontece em edifícios preexistentes, de forma adaptada e, muitas vezes, improvisada.



Fonte: Google Maps

Atualmente, o coletivo Rede de Cozinhas Comunitária Grande Bom Jardim (RCCGBJ) é composto por 24 cozinhas, que atuam ativamente na tentativa de promover alimento à população local.

Figura 54: Colagem com postagens da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim

Fonte: Perfil da Rede de Cozinhas Comunitárias Grande Bom Jardim no Instagram



DA PERIFERIA VEM A FORÇA DO CEARÁ

OFICINA DE CULINÁRIA REGIONAL

UMA QUESTÃO DE OLHAR PARA A CIDADE DE FORTALEZA



Apesar da relevância das Cozinhas Comunitárias quanto à consolidação do direito à alimentação adequada, aqui se tece uma crítica à incumbência popular no tocante à diminuição dos casos de insegurança alimentar. Isto é, por meio do trabalho informal, geralmente voluntário, e, em alguns casos, em condições de escassez e de debilidades de infraestrutura, pois dependem de ações filantrópicas, a própria população civil se torna responsável por lutar por um cenário nutricional menos fragilizado. Sem desmerecer a nobre atuação das Cozinhas Comunitárias, na verdade as enaltecedo como rede muito relevante na área da ZEIS do Bom Jardim, comenta-se que, por não se constituírem como atividade remunerada, é fomentada uma conjuntura de sobrecarga e de desvalorização do trabalho e dos trabalhadores, os quais, em sua maioria, são mulheres e trocam o serviço por refeições. Isso dificulta, inclusive, o próprio funcionamento das Cozinhas. Por exemplo, em 2023, duas dessas entidades foram destituídas, “uma por ausência de profissional liberado para assumir a representação e a outra porque a única liderança existente voltou ao mercado de trabalho” (Almeida, 2023).

O que se defende, então, é a ampliação de esforços públicos para a disponibilização de recursos a espaços de produção de refeições populares, de modo que se tornem polos geradores de renda, que não negam, mas legitimizam e remuneram a atuação na cozinha, e, como ímpeto maior, fortalecem o quadro alimentar da população da ZEIS.

Nessa discussão, comenta-se, também, sobre o “Ceará Sem Fome”, projeto estadual inspirado na RCCGBJ, que, desde 2023, em parceria público-privada, combate a fome no Estado, fornecendo cartões para a compra de alimentos e apoiando unidades produtoras, que atuam como as já caracterizadas Cozinhas Comunitárias e fornecem refeições a setores fragilizados da sociedade. Ainda, promove eventos e capacitações para trabalhadores e beneficiários. Todavia, mesmo que ampare e contribua para mitigar a incerteza alimentar, o programa é voluntário e veicula, em muito maior proporção, a imagem feminina (Figura 55), evidenciando que a maioria dos prestadores de serviço são mulheres. Assim, surge o questionamento:

Qual o limite entre o fortalecimento da figura feminina enquanto cidadã e promotora social, e a manutenção do estigma da mulher como responsável pelo trabalho não remunerado na cozinha?



Figura 55: Coleção com fotos veiculadas pelo Programa Ceará Sem Fome

Fonte: Site Ceará Sem Fome; Prefeitura de Sobral; Brasil de Fato; O POVO

Diante do que foi apresentado, é importante ressaltar, entretanto, que a ZEIS Bom Jardim é repleta de forças e possibilidades: a população é mobilizada, o senso comunitário é presente, a região possibilita fácil acesso à rede urbana de Fortaleza e possui áreas disponíveis para a instalação de infraestruturas e serviços que melhorem a vida dos cidadãos.

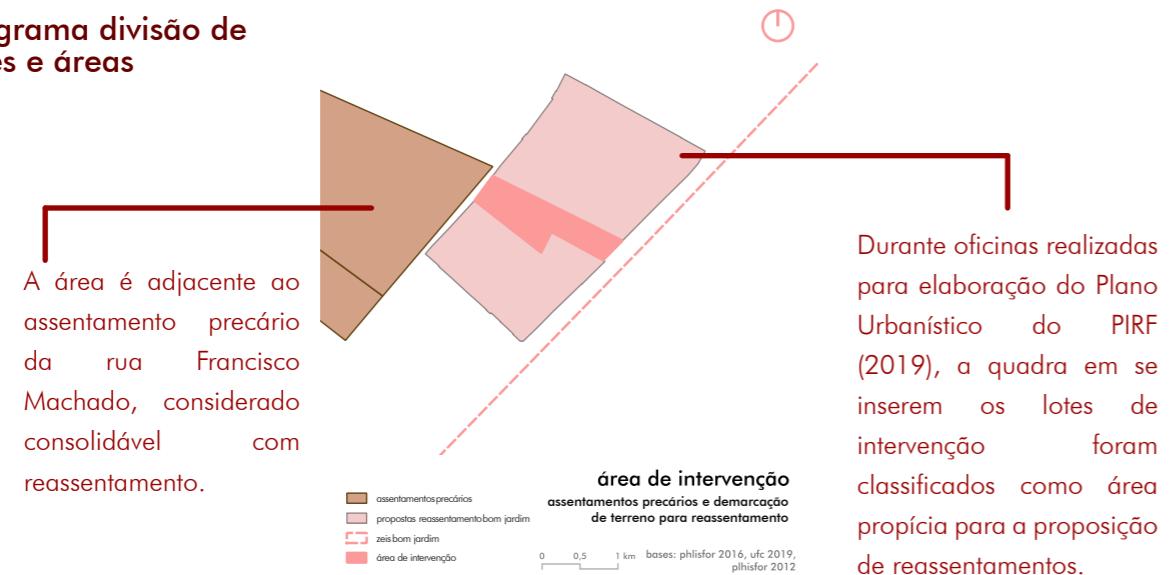
Mas, para que essas potencialidades se consolidem, é necessário incrementar esforços e repensar atuações quanto ao desenvolvimento local. É sob essa tônica que este trabalho apresenta uma alternativa para mitigar os números de moradia inadequada, propondo um conjunto habitacional que viabilize um residir confortável e digno, para contemplar, por exemplo, demandas de reassentamento durante a poligonal da ZEIS. Ainda, o projeto se debruça sobre a necessidade de repensar medidas respectivas à realidade alimentar do território, de modo a apresentar respostas que valorizem o serviço desempenhado na cozinha.

Motivando-se por carências e por reflexões que atestam circunstâncias que prejudicam a vivência de mulheres, bem como de grupos e minorias que sofrem repressões e exclusões no contexto da sociedade que tem a experiência do homem como neutra e universal, o projeto se propõe a contemplar soluções que não negligenciam, mas que contribuem para fortalecer suas existências.

A área de intervenção propriamente dita está localizada no bairro Siqueira (Mapa 06), com frentes para a avenida Osório de Paiva e a rua General Rabelo, e compreende 3 lotes em área classificada como vazio urbano.



diagrama divisão de lotes e áreas



Durante oficinas realizadas para elaboração do Plano Urbanístico do PIRF (2019), a quadra em se inserem os lotes de intervenção foram classificados como área propícia para a proposição de reassentamentos.



Fonte: Google Maps





Conforme se observa no mapa 08, o terreno tem interessante inserção urbana, em importante avenida da cidade, perto de escolas, pontos de ônibus e unidade básica de saúde. Além disso, fica próximo ao Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização engajada que, como visto, tem relação com o enfrentamento à fome, bem como a outros relevantes centros de desenvolvimento social: a Vila Social Canidezinho (Figura 60), que dispõe de espaços para a prática de esportes e salas de capacitação; e o Centro Cultural do Canidezinho (Figura 61), que faz parte de política pública de apoio à juventude.



Figura 60: Vila Social
Canidezinho
Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2024/07/09/governo-do-ceara-entrega-mais-uma-vila-social-para-populacao-de-fortaleza/>

- cozinhas comunitárias
- assentamentos precários
- áreas para reassentamento no bom jardim
- ▲ pontos de ônibus
- parque escolar municipal
- parque escolar estadual
- ✚ equipamentos de saúde
- ◆ supermercado
- área de intervenção
- Centro de Defesa da Vida Hebert de Souza



área de intervenção e entorno

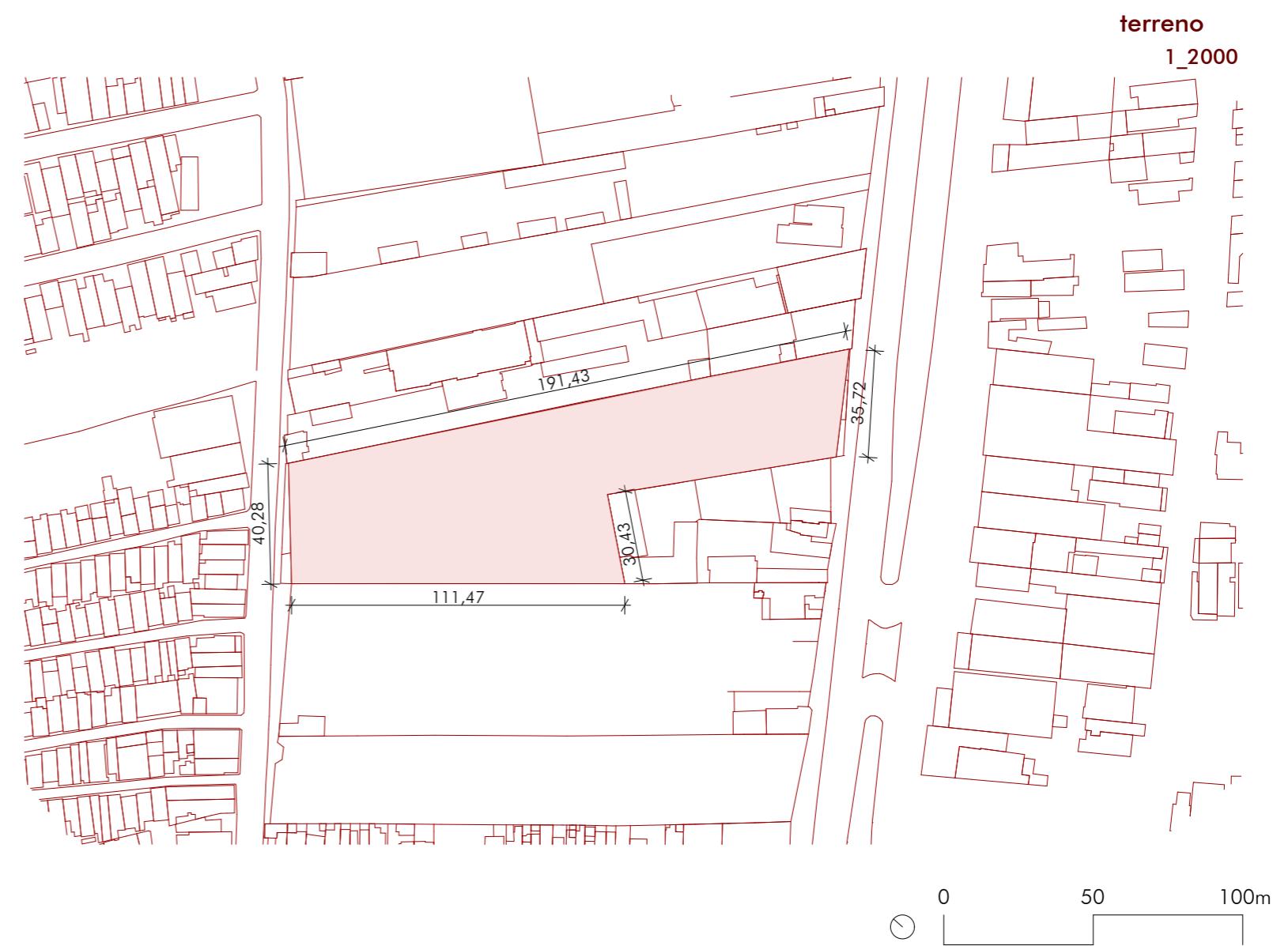
bases: plhisfor 2016, ufc 2019, etufor 2022, sme 2023, sme 2021, sms 2023, scsp 2022, google satellite

Mapa 08: Área de intervenção e entorno

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

situação

1_5000

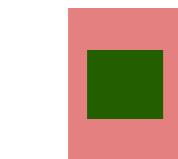


A área de inserção do terreno coincide com a classificação enquanto Zona de Requalificação Urbana 2 (ZRU 2) (Mapa 09), a qual

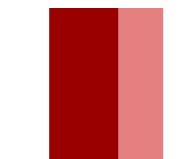
caracteriza-se pela insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos e a incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários, destinando-se à requalificação urbanística e ambiental e à adequação das condições de habitabilidade, acessibilidade e mobilidade;

(Lei nº 236/2017 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Fortaleza)

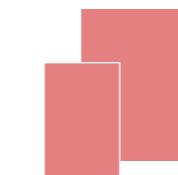
Para a ZRU 2, são determinados os seguintes índices:



taxa de permeabilidade: 30%



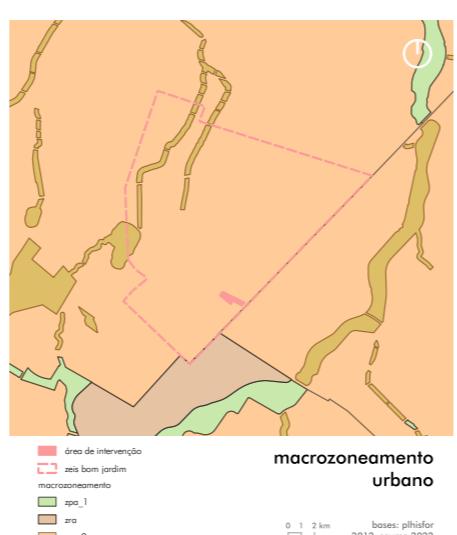
taxa de ocupação: 60%



índice de aproveitamento básico: 1.5

altura máxima da edificação: 48m

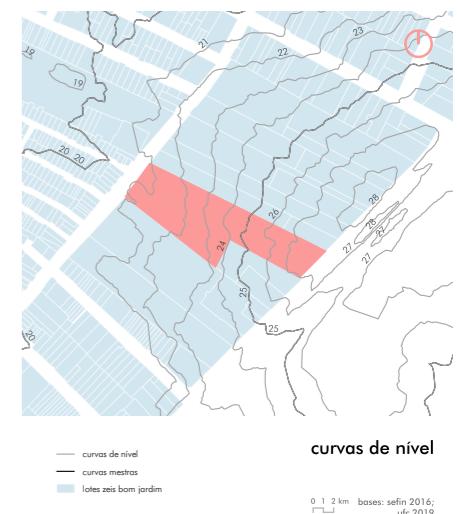
diagrama índices urbanísticos



Mapa 09: Área de intervenção e macrozoneamento urbano

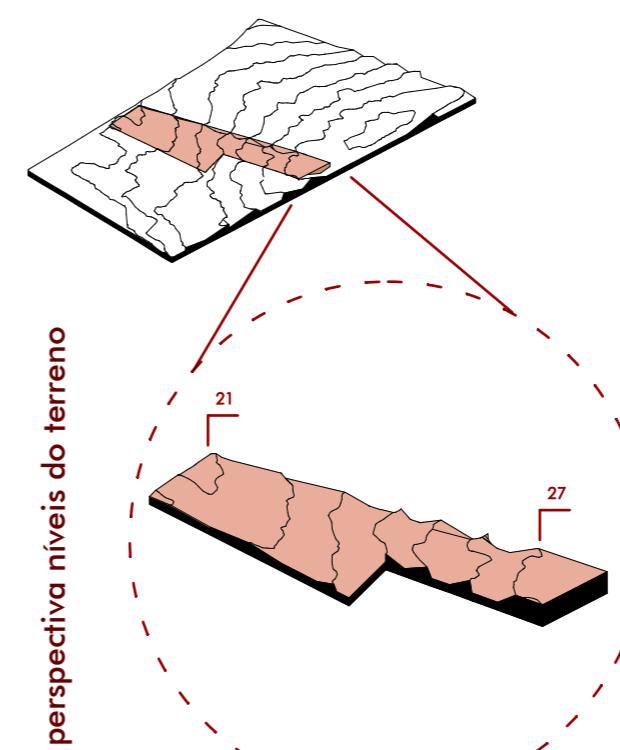
Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A topografia original do terreno é bastante acidentada. Da fachada da rua General Rabelo à fachada da avenida General Osório de Paiva, o desnível compreende as curvas de nível da cota 21m à 27m.



Mapa 11: Área de intervenção e curvas de nível

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.



perspectiva níveis do terreno

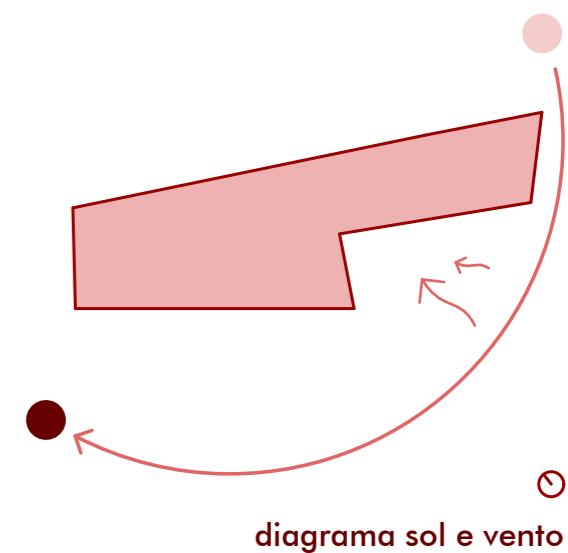
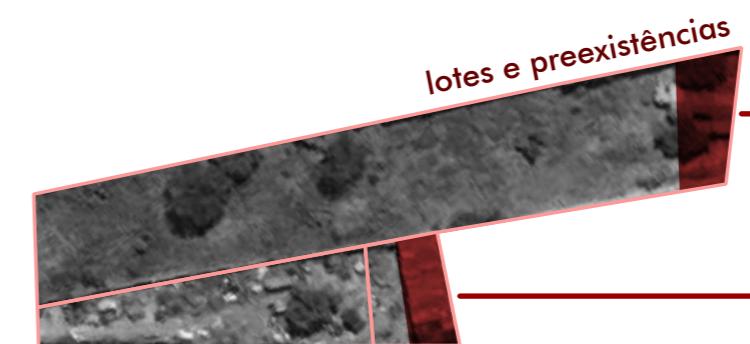


diagrama sol e vento



lotes e preexistências

frontal: 5m

lateral: 3m

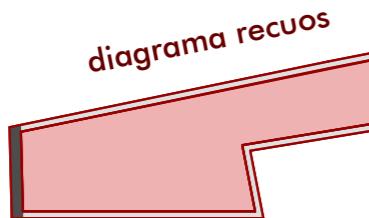


diagrama recuos



Mapa 10: Área de intervenção e vias

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os lotes possuem duas preexistências, uma edificação semelhante a uma casa, e uma estrutura coberta para veículos. Considerou-se removê-las, para melhor aproveitamento do projeto.

[tectônica]

síntese dos vários subsistemas que compõem uma obra de arquitetura, em uma estrutura formal que possua identidade, sentido e consistência

(Mahfuz, 2003, p. 72 apud Meyer, s.d.)

estudo de referências_



Figura 62: Ampliação do Complexo Aquasis (Rede Arquitetos)

Fonte: Igor Ribeiro, 2024



Figura 65: Frauen Werk Stadt I (Franziska Ullmann)

Disponível em: <https://questionofcities.org/how-cities-are-changing-from-patriarchy-in-stone-brick/>



Figura 66: Edifício Tico Indiana (Terra e Tuma Arquitetos Associados)

Fonte: Pedro Kok



Figura 64: Núcleo Habitacional da Rocinha (Jorge Mário Jáuregui)

Disponível em: <http://www.jauregui.arq.br/rocinha-under.html>



Figura 67: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho) (Affonso Eduardo Reidy)

Fonte: Cortesia de EAD/PUCV



Figura 70: Colégio Domum (Lins Arquitetos Associados)

Fonte: Joana França



Figura 69: Novos alojamentos da APCEF SC (Pimont Arquitetura)

Fonte: Fernando Willadino

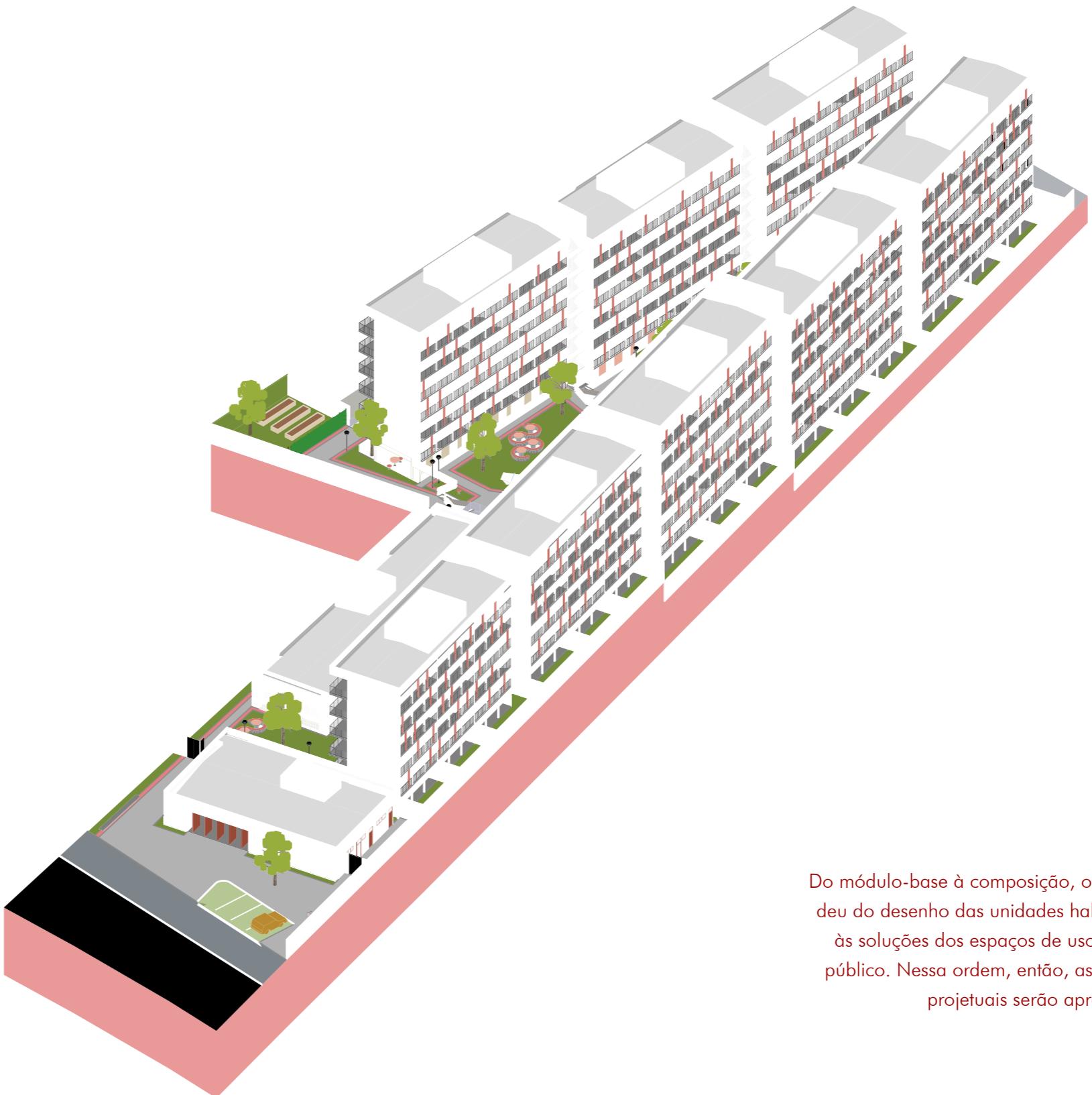
sobriedade material
formas simples
racionalidade
sombra
cheios e vazios
flexibilidade

O projeto pode ter fim com a construção, mas a arquitetura não, já que esta não é apenas construção, mas uma forma de intensificá-la e carregá-la de sentido. Na verdade, a interação entre usuários, meio natural e arquitetura gera novas formas e maneiras de se pensar o projeto.

(Braga et al, 2010, p. 02)



conjunto habitacional np1



Do módulo-base à composição, o projeto se deu do desenho das unidades habitacionais às soluções dos espaços de uso comum e público. Nessa ordem, então, as propostas projetuais serão apresentadas.

A ideia central para as unidades habitacionais é a de proporcionar flexibilidade e escolha quanto à apropriação espacial. Inspirado nas reflexões produzidas neste trabalho, o projeto se afasta de hierarquias e de predeterminações, pois, como já visto, historicamente, fazem-se mecanismos de perpetuação de paradigmas excludentes e sexistas, dificultando, também, o usufruto do espaço por moradores com demandas específicas ou, ainda, alheios aos padrões da família nuclear.



Figura 71: Casa Rietveld Schröder (1924)

Disponível em: <https://blog.archtrends.com/casa-rietveld/>

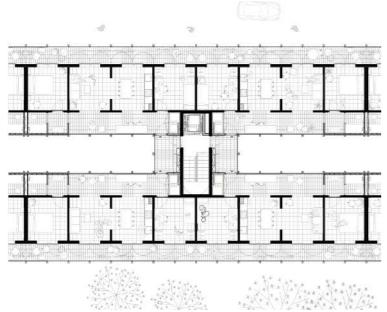


Figura 72: Planta Habitatges social 1737

Disponível em: <https://www.harquitectes.com/proyectos/gava-1737/>

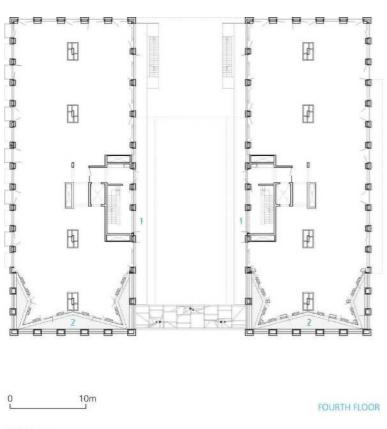


Figura 73: Planta Solid 11

Disponível em: <https://www.archdaily.com/207521/solid-11-tony-fretton-architects>

Para Montellano (2023, pp. 4-9), existem três formas de entender a flexibilidade. Uma delas propõe a casa como cenário alternante, transformável a partir, por exemplo, de mobiliários multifuncionais e divisórias móveis. A título de ilustração, na casa Rietveld Schröder (1924) (Figura 71), encomendada para uma mãe e três filhos, paredes retráteis funcionavam como elementos que possibilitavam que, durante o dia, os cômodos fossem abertos e de uso comum, ao passo que à noite podiam ser fechados e privativos.

Há, ainda, a flexibilidade que não sugestiona mudanças formais, mas prevê polivalência aos espaços e propõe plantas neutras, com divisões pontuais e em cômodos de características similares. Exemplo disso são as plantas do escritório MAIO, já evidenciados nesta pesquisa. Também, no projeto *Habitatges social 1737* (Figura 72), do H Arquitectes, percebe-se tal forma de conceber a flexibilidade: uma sucessão de cômodos semelhantes, para que os moradores consigam escolher a melhor forma de ocupá-los.

Por fim, o autor cita a flexibilidade atrelada à ideia de definição posterior, ou seja, conceber plantas livres, a serem resolvidas à medida em que o usuário se apropria e divide o espaço. Nessa linha de projeto, cita-se o edifício *Solid 11* (2011) (Figura 73), no qual constam apenas as paredes externas, os elementos estruturais e shafts, permitindo ao usuário ampla liberdade quanto à ocupação espacial.

Junto à noção de flexibilidade, o projeto aqui elaborado, conforme já evidenciado, interessa-se em pensar um desenho que permita diferentes apropriações do espaço da cozinha. Nos capítulos anteriores, foram destacadas discussões e apresentadas referências que tratam da temática do ambiente

destinado à gastronomia, e mostram que, desde às primeiras habitações, é espaço que guia o desenvolvimento do recinto residencial e que tem intrínseca relação com conjunturas econômicas, políticas e sociais de cada tempo.

Ainda o século XIX, sobretudo estudiosas que se preocupavam com questões relacionadas às vivências femininas, já discutiam e propunham múltiplas conformações para as cozinhas, defendendo desde habitações sem áreas de preparo particulares, mas que repartiam ambientes de uso coletivo, até cozinhas individuais pré-fabricadas e muito tecnológicas para a época.

Novas dinâmicas sociais, como a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, a multiplicidade de organizações familiares, as lutas por igualdades de gênero e a agitação característica do cotidiano hodierno, fomentam um cenário no qual, para muitas residências, cozinhas grandes perdem o sentido e sua predefinição na superfície habitacional prejudica a plena ocupação do espaço.

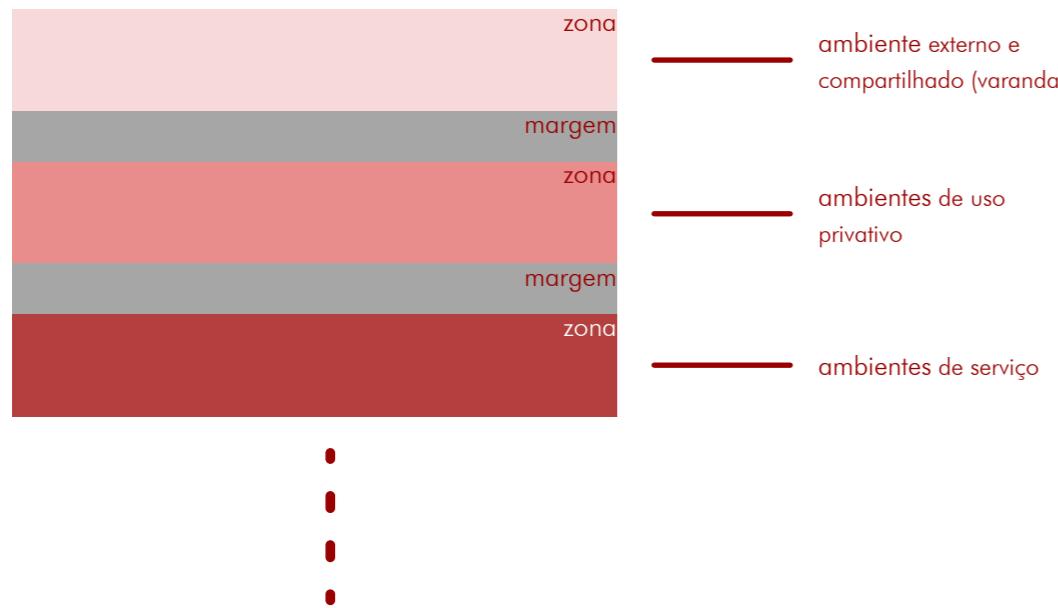
Ao mesmo tempo, deve-se atentar às realidades em que a cozinha significa socialização ou sustento, isto é, quando, para os moradores, o ambiente culinário é, também, importante espaço de convívio dentro da casa, ou ainda, local onde são preparados alimentos para a venda, por exemplo. Nesses casos, em contrapartida, as cozinhas mínimas, muito reproduzidas em apartamentos de áreas úteis reduzidas, são inadequadas e se tornam empecilho à boa vivência dos residentes.

Tendo em vista esses debates, a habitação proposta neste trabalho se configura entre os dois últimos tipos de flexibilidade descritos por Montellano, pois prevê um espaço neutro, capaz de ser dividido em cômodos similares, ao mesmo tempo que se esforça para proporcionar uma planta livre de interferências de elementos estruturais fixos, para que possam facilmente ser adaptadas pelos ocupantes. Somado a isso, motiva-se quanto à proposição de uma solução que possibilite fácil adaptação da cozinha, de modo que os moradores possam se apropriar como preferir e como fizer sentido em sua realidade.

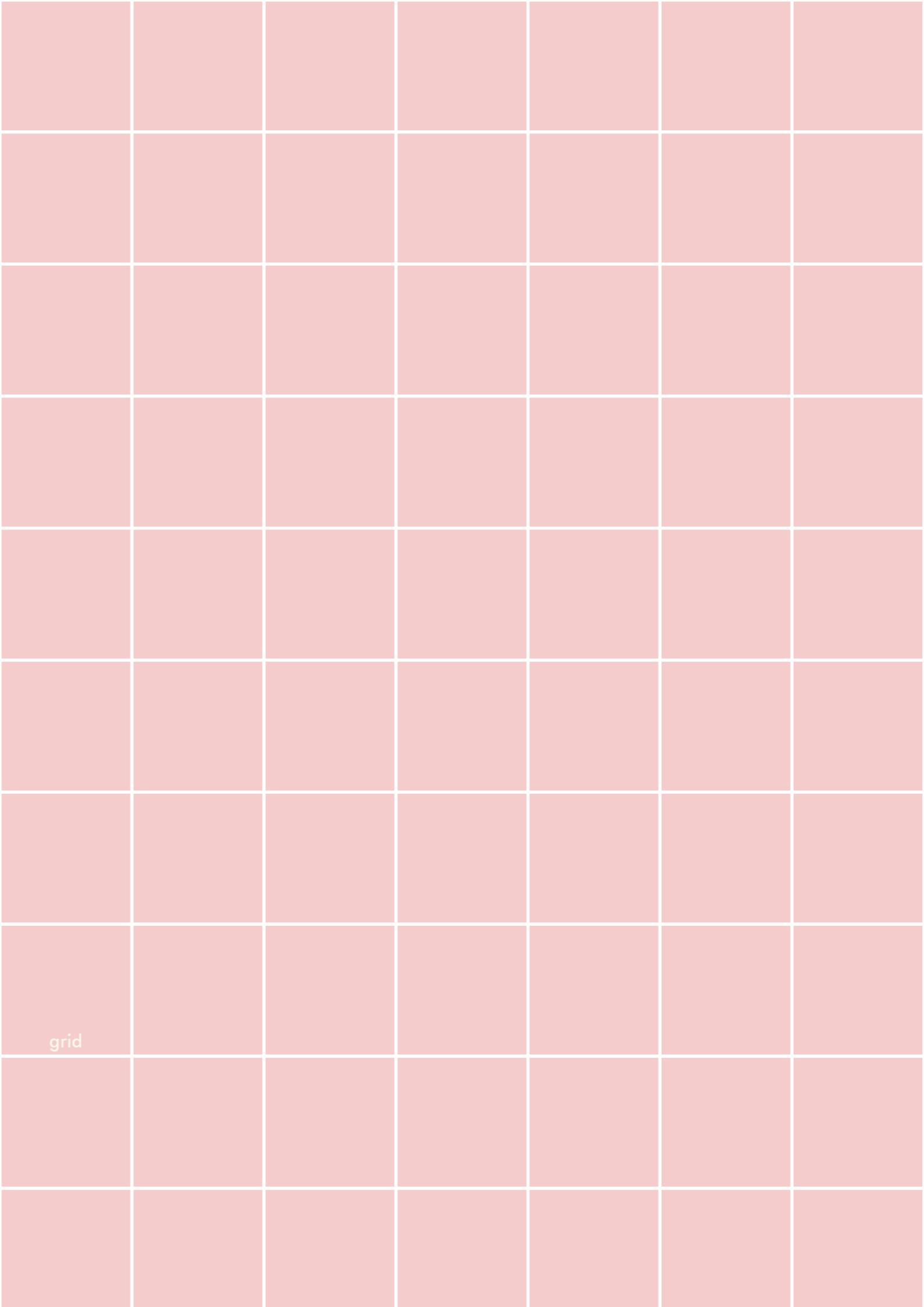
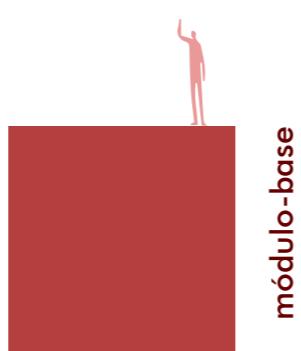
Apoiado na Teoria dos Suportes, de Habraken et al (2000), o desenho da unidade iniciou com a definição de zonas e margens, para designar possíveis distribuições do programa.

[...] zonas são áreas de certo modo prioritárias para os espaços da moradia, nomeadas segundo a sua posição na planta (área externa, área interna adjacente à parede exterior, por exemplo). Já as margens são áreas entre duas zonas, que permitem variações para o dimensionamento dos espaços (Meneses, 2023, p. 63)

diagrama de zonas e margens



Em seguida, com base em noções estruturais e sabendo da necessidade de propor espaços confortáveis, definiu-se o módulo-base de 3x3m, que guiou a etapa de configuração espacial da planta.



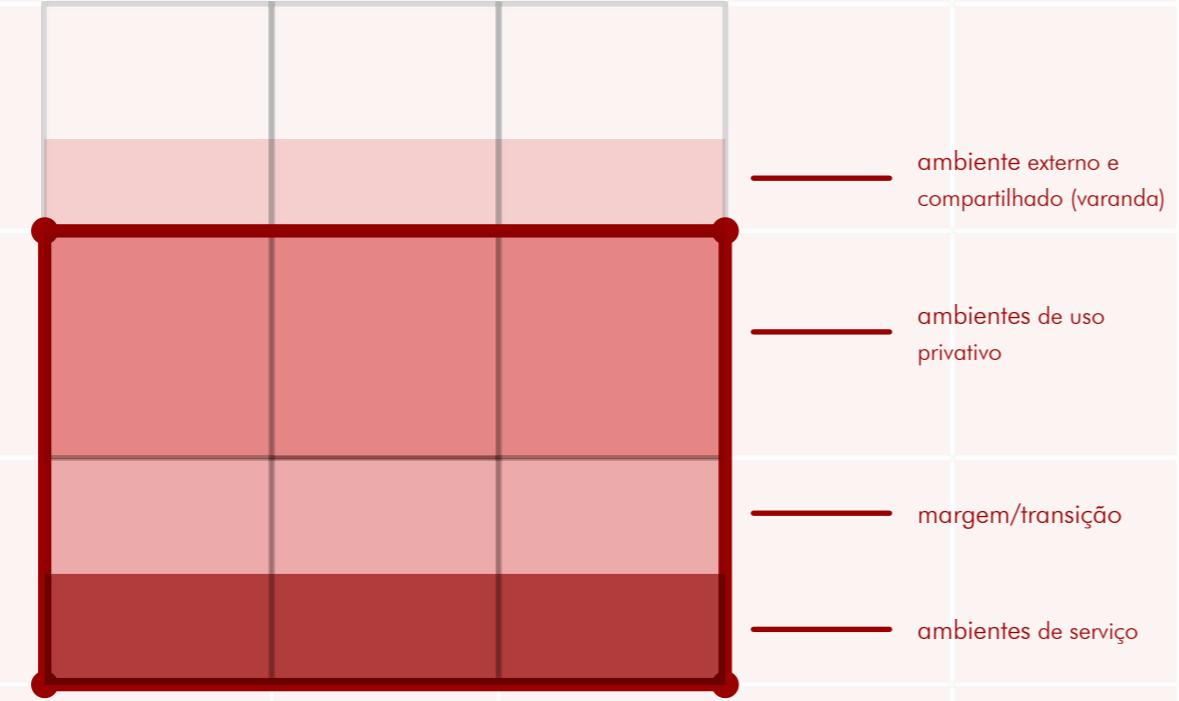
Intencionando propor habitações com área entre 60 e 70m², a fim de se afastar da produção de apartamentos muito reduzidos, definiu-se a malha de 6 módulos-base, e, para a zona da varanda, ocupou-se mais 3 meios módulos, que, posteriormente foi reduzida para se adequar à definição de apartamento compacto, que tem até 70m² de área computável (Lei Complementar nº0270, Código da Cidade do Município de Fortaleza). Depois, foram posicionados os elementos fixos e limitantes da unidade.

(...) princípios propostos por Habraken: a produção baseada na diferenciação da **estrutura**, definida por elementos construtivos que se realizam de modo coletivo, sugerem maior permanência e conformam um princípio de ordem geral; e o **preenchimento**, entendido como a parte da moradia realizada pelo próprio usuário, construída individualmente a partir de lógicas de apropriação, investimento e tempo específicas (Maciel, 2015, p. 244).

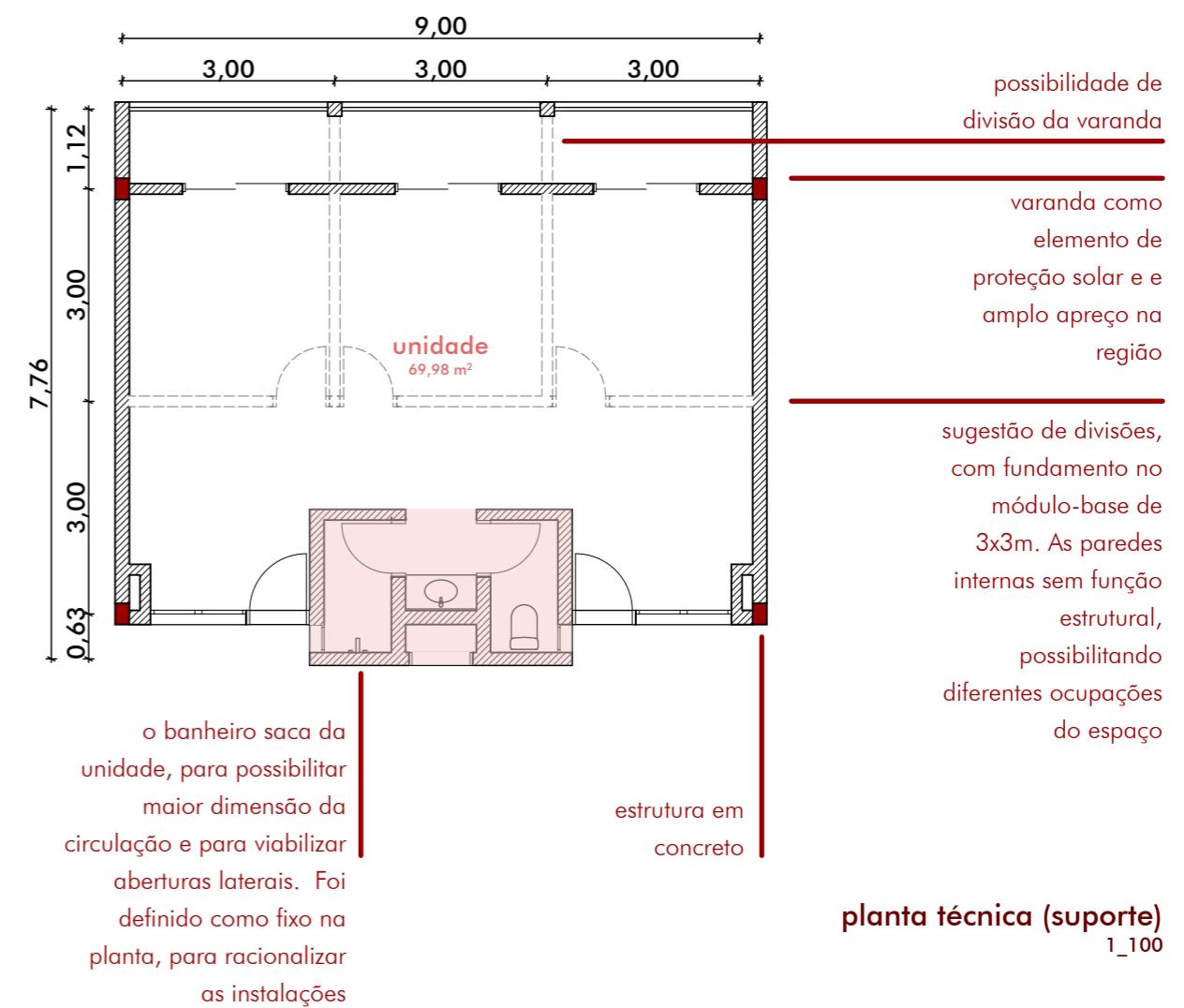
estrutura — suporte (Habraken et al, 2000)

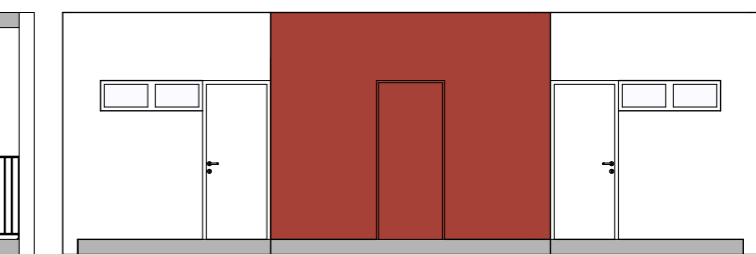
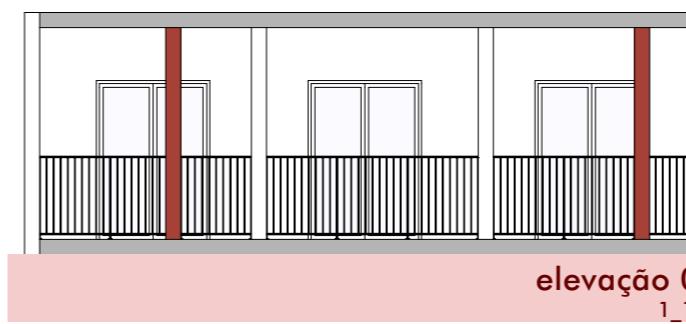
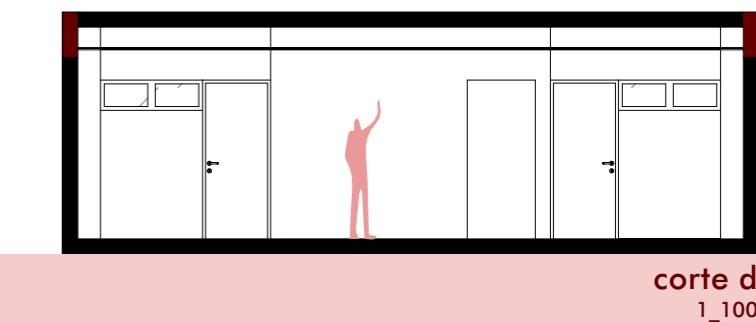
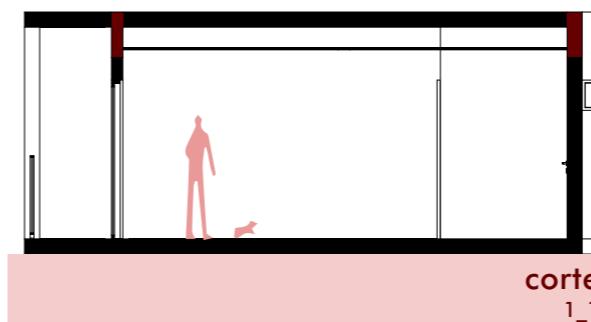
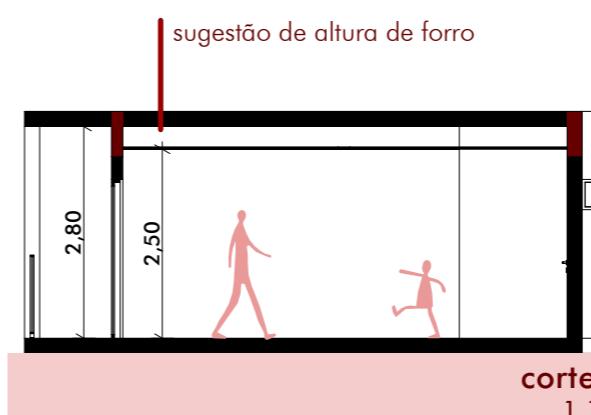
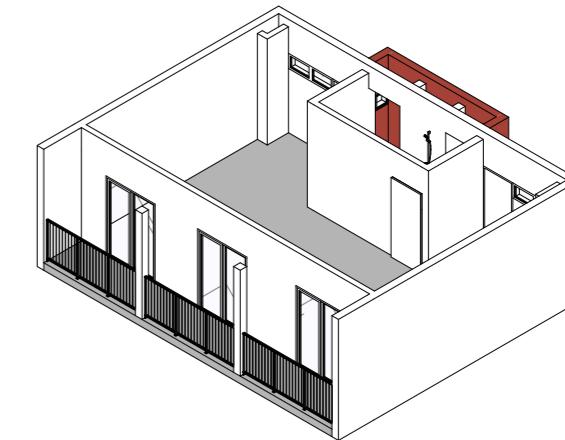
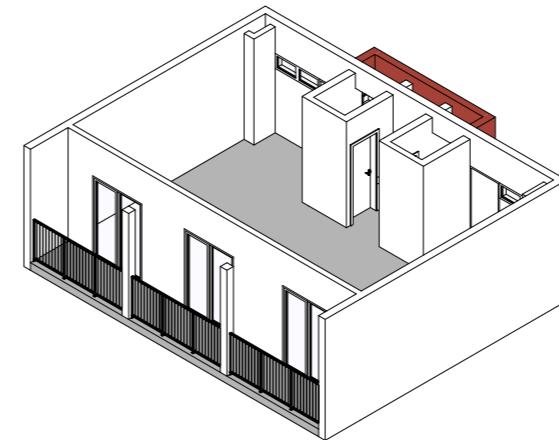
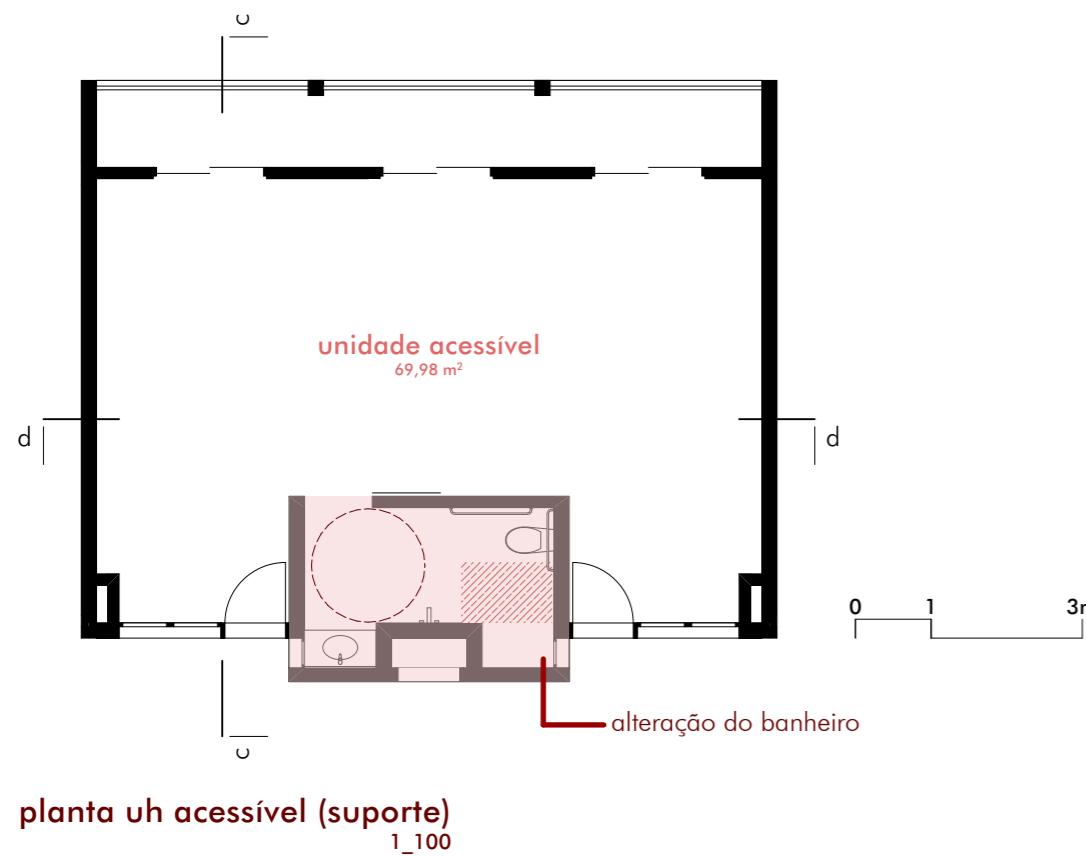
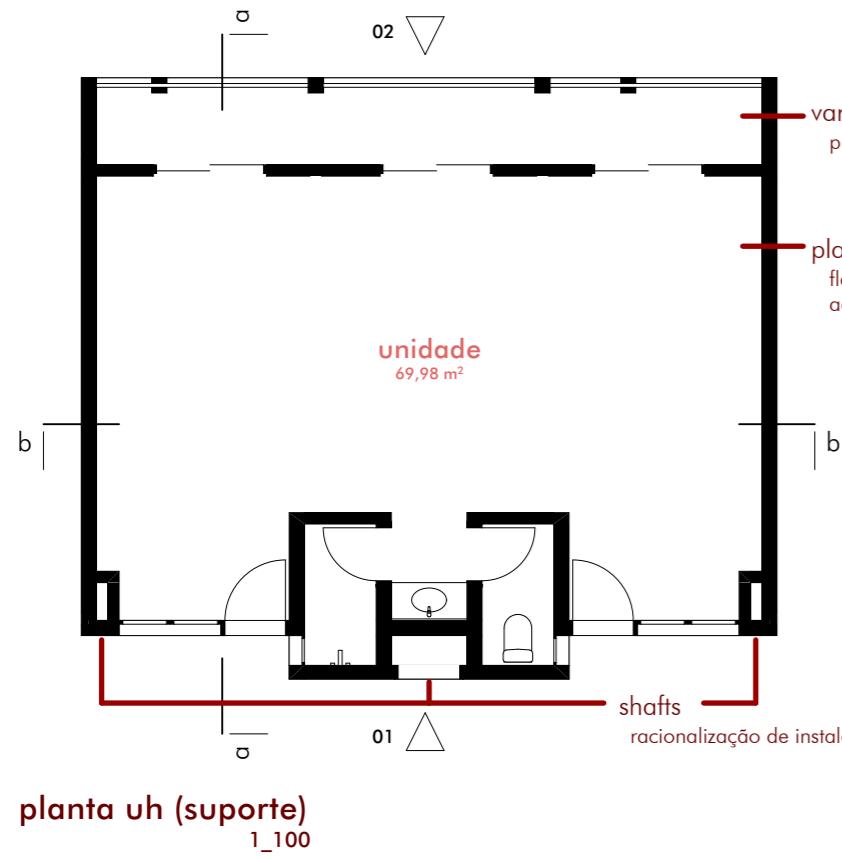
preenchimento — recheio (Habraken et al, 2000)

sobreposição grid, zonas e margens

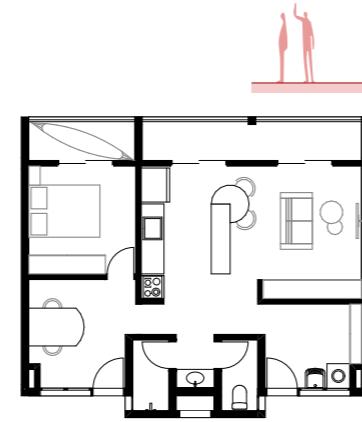
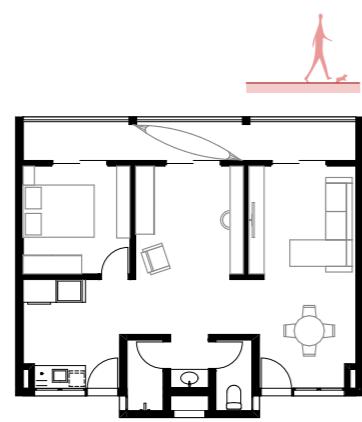
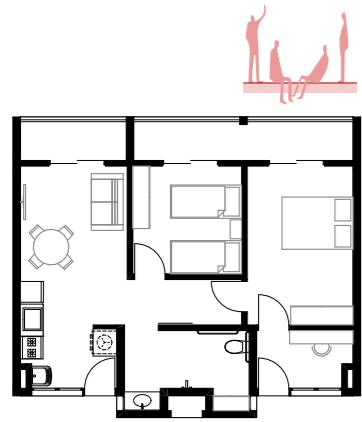
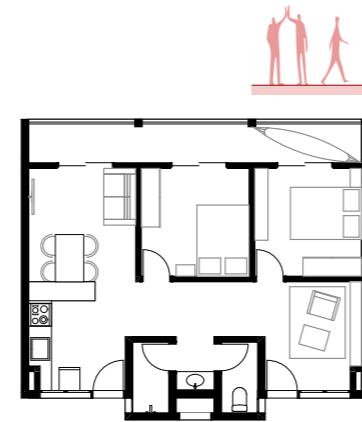
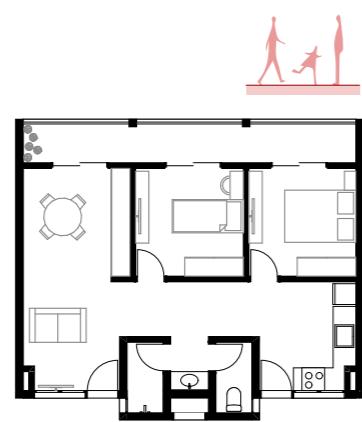
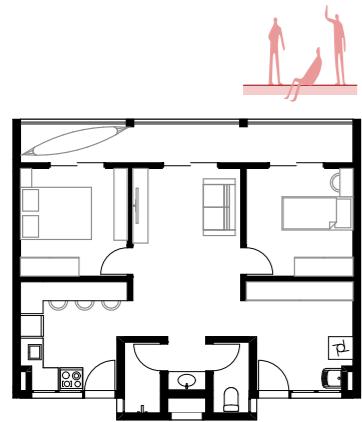
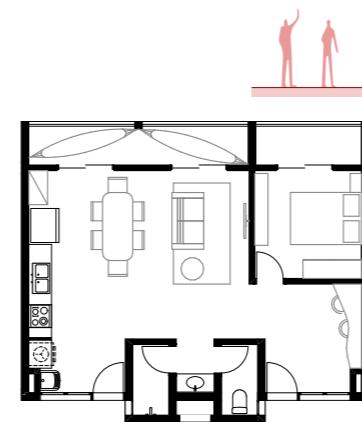
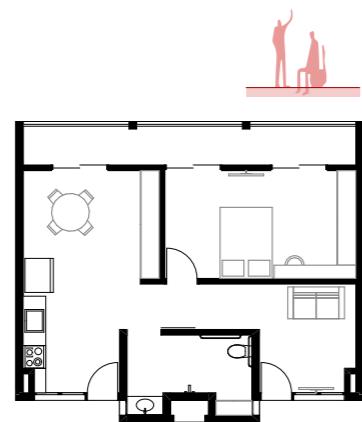
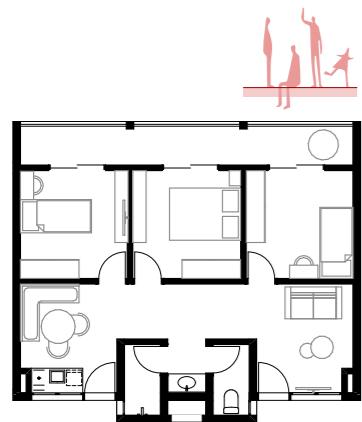


Foi definido o **suporte**, e cabe aos moradores ocupar as unidades com o **recheio**.

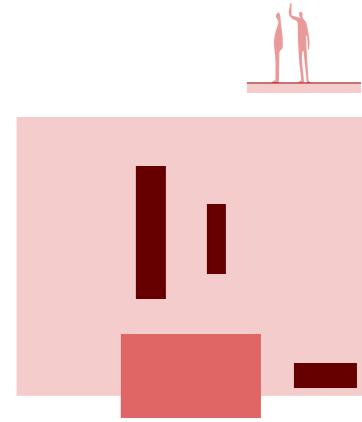
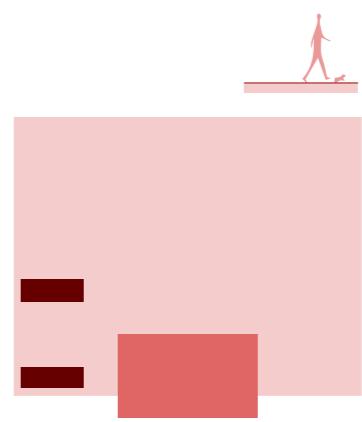
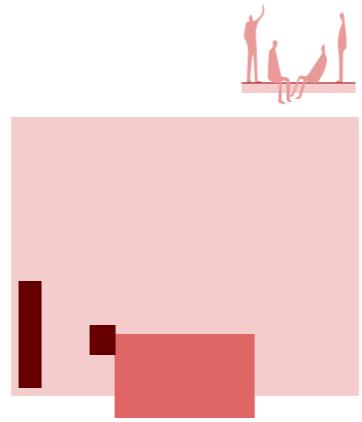
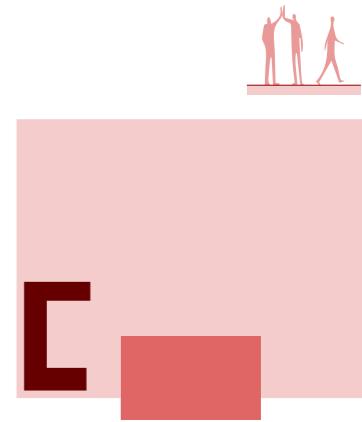
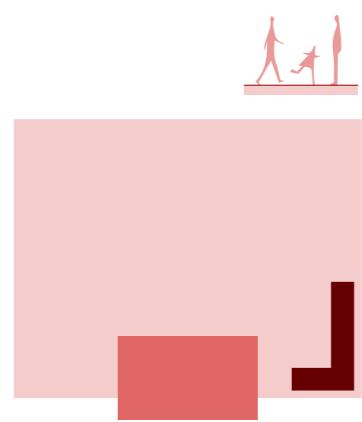
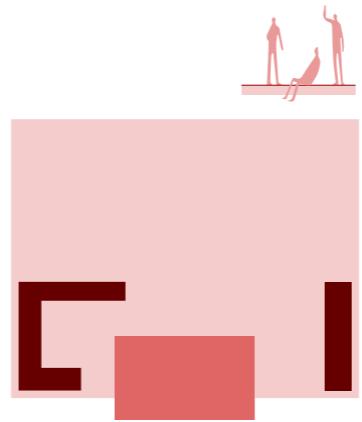
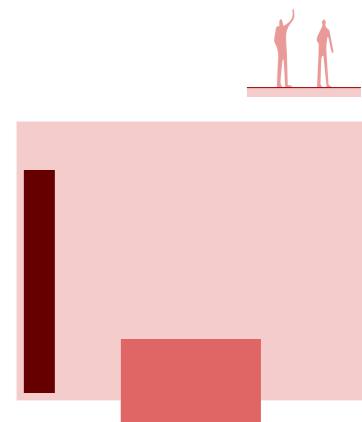
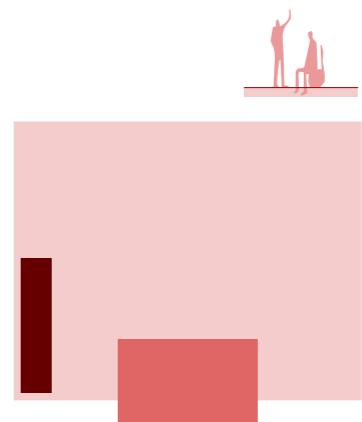
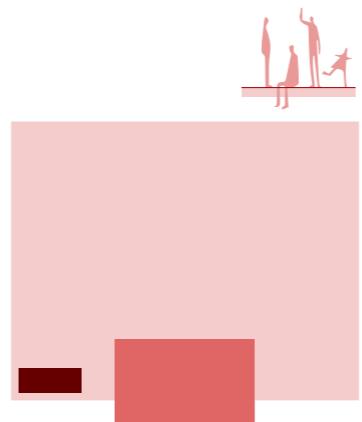




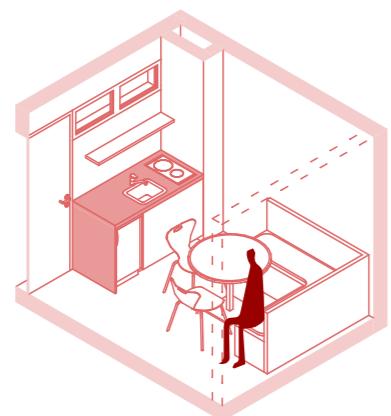
algumas apropriações
possíveis
1_200



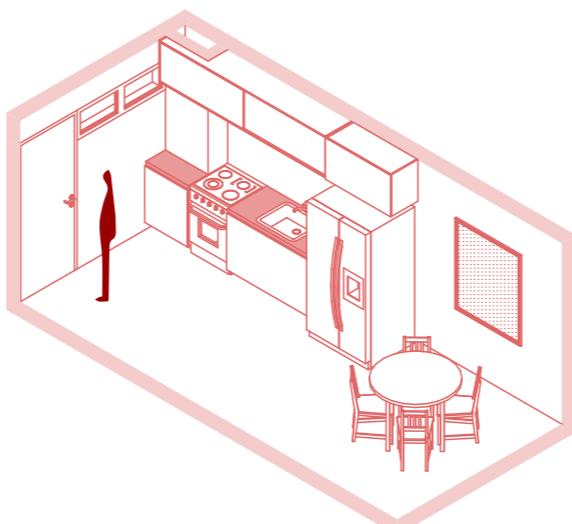
0 1 3m



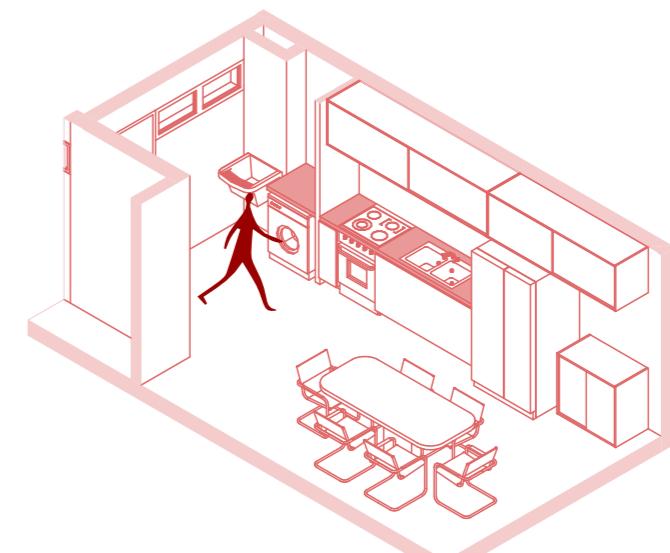
pochês
1_200



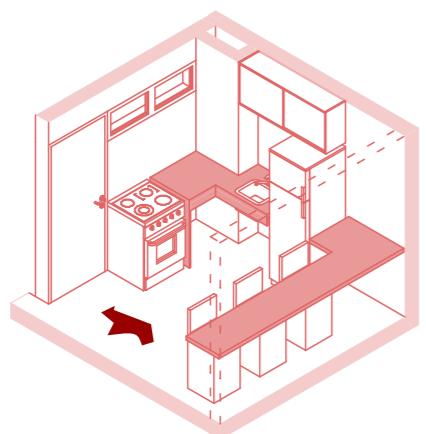
cozinha mínima_
[bancada, fogão portátil, frigobar]



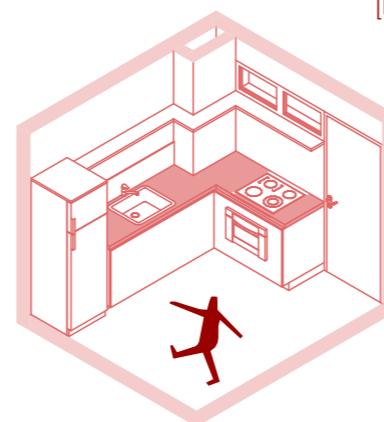
cozinha linear integrada com sala_
[bancada, fogão, geladeira, mesa]



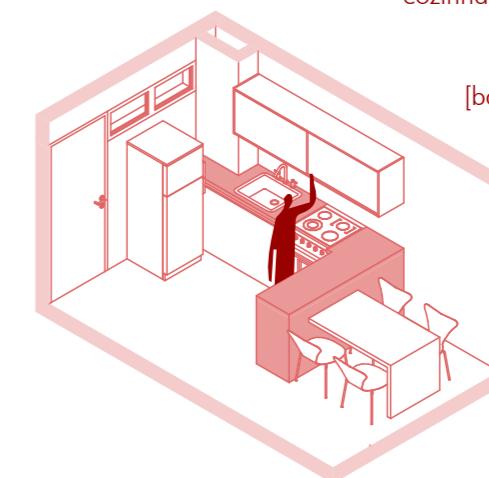
cozinha linear com lavanderia integrada com sala_
[bancada, fogão, geladeira, mesa, tanque, máquina de lavar]



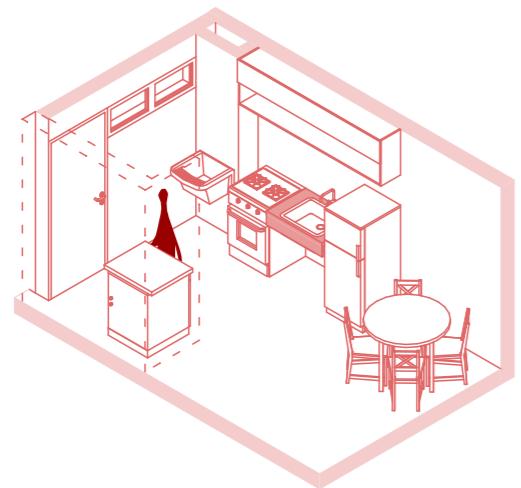
cozinha em U_
[bancada com espaço para banquetas, fogão, geladeira]



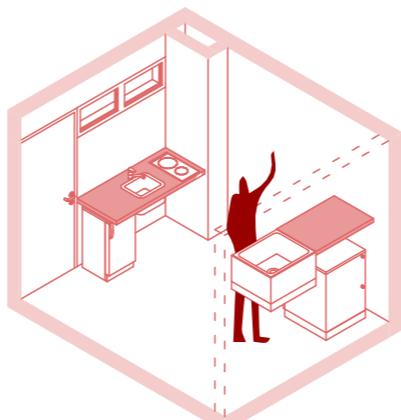
cozinha em L_
[bancada, cooktop, forno, geladeira]



cozinha em L integrada com a sala_
[bancada, fogão, geladeira, mesa]



cozinha em linear com lavanderia integrada com sala_
[bancada, fogão, geladeira, mesa, tanque, máquina de lavar]



cozinha mínima com lavanderia_
[bancada, fogão portátil, frigobar, tanque, máquina de lavar]

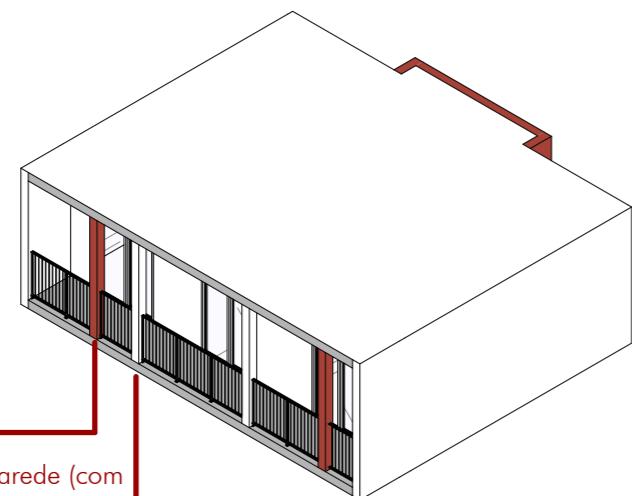


cozinha com ilha integrada com a sala_
[bancada, fogão, geladeira, ilha com mesa]

Os arranjos extrapolam a área de uma unidade, haja vista a possibilidade de configurar o espaço a partir da combinação entre habitações adjacentes. Os elementos de parede posicionados na varanda viabilizam divisões e tornam possíveis as modificações espaciais, sem causar alterações na vista frontal da fachada. Também, as duas portas de acesso à cada unidade facilitam as adaptações.

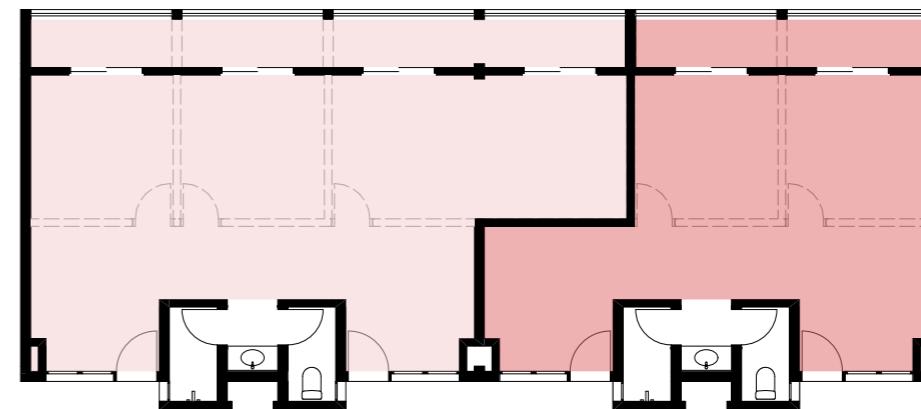
A partir do acordo entre vizinhos, por exemplo, a planta flexível proporciona novas composições espaciais, permitindo, inclusive, a criação de ambientes de troca e convívio.

para criar variações e dinamicidade nas fachadas, em todas as unidades foram posicionados elementos de parede (com acabamento em pintura na cor vermelho) de forma variada



elementos de parede (com acabamento em pintura na cor branca) posicionados em todas as unidades

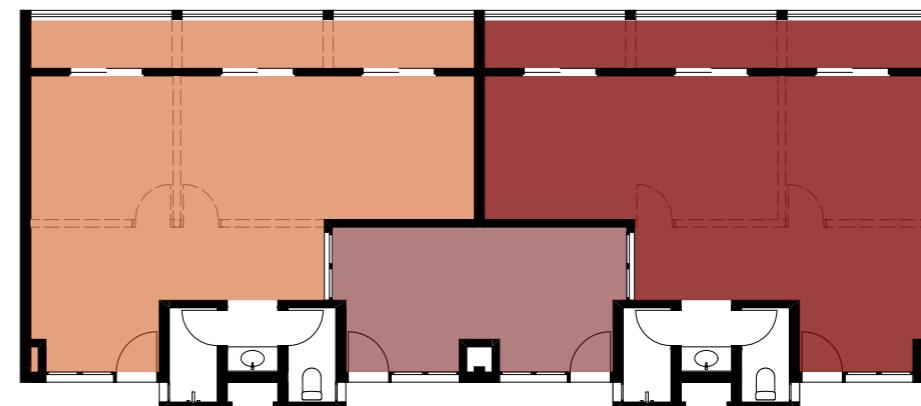
isométrica (destaque para os elementos de parede da fachada)



unidade a

unidade b

sugere-se, a título de ilustração, a criação de espaços de comércio em unidades do térreo



unidade a

unidade b

espaço compartilhado entre as unidades (pode, por exemplo, tornar-se um ponto de comércio)

0 1 3m

simulações combinações de unidades
1_150

Definidas as unidades, partiu-se para o delineamento das áreas de uso comum e/ou público do conjunto habitacional np1

Associando o que foi discutido sobre domesticidade e espaço gastronômico à realidade alimentar da ZEIS Bom Jardim, considerou-se fundamental conceber um equipamento urbano que funcione como restaurante popular promovido pelo poder público, onde refeições de custo simbólico possam ser fornecidas à população geral, de modo a diminuir as demandas que recaem sobre a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim. Assim, consolida um espaço pensado propriamente para o desempenho remunerado da atividade culinária e a distribuição de marmitas, de modo a mitigar os casos de fome e gerar renda na região. Desse jeito, possibilita que, caso desejem, os voluntários das Cozinhas Comunitárias possam atuar ajudando o próximo, mas sem serem fragilizados por sobrecargas de trabalho. Também, a presença do restaurante se inspira na coletivização dos serviços domésticos defendida por Melusina Fay Peirce e é motivada pela intenção de prever infraestrutura que permita a diminuição de encargos com o ato de cozinhar, culturalmente atribuído às mulheres, como tanto já se debateu neste texto. Uma unidade produtora de refeições próxima à habitação ampara as pessoas que têm algum obstáculo no que tange à provisão de comida em casa.

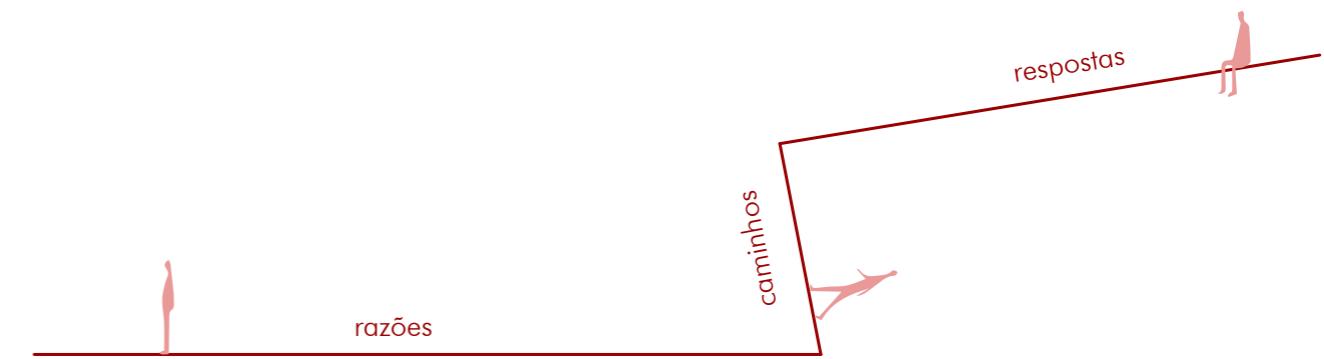
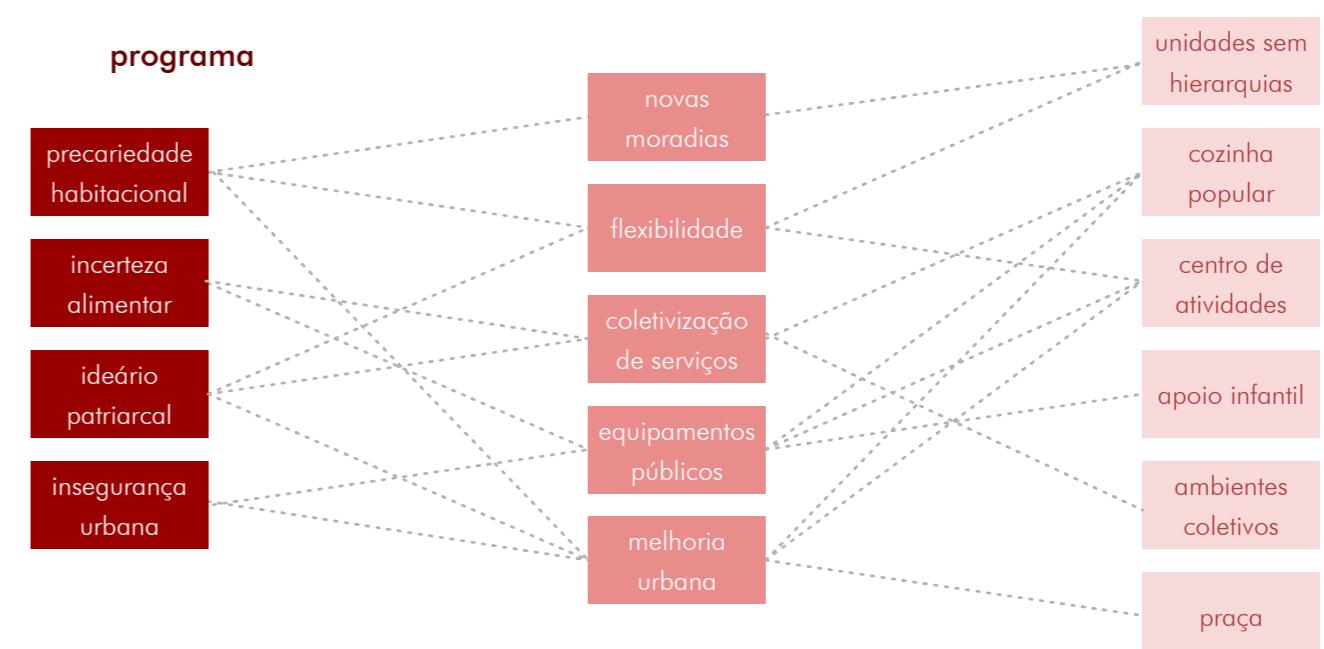
Além da cozinha popular aberta ao público, o projeto planeja um espaço multiuso, o centro de atividades, a fim de disponibilizar uma edificação com salas e espaço para convívio comunitário.

Inspirado em conjuntos como Pedregulho e o vienense Frauen-Werk-Stadt I, o np1 prevê salas de apoio infantil, para proporcionar espaço de formação e convívio a crianças moradoras do conjunto, como forma de aliviar a rotina dos pais, ao oferecer local de auxílio, onde podem deixar seus filhos, caso precisem trabalhar, por exemplo. Bem como, garante ambientes de uso comum, como cozinha e lavanderia coletiva, fomentando um sistema de “casa dispersa” (Fuertes, Monteys, 2001, p. 146 apud Farias, 2019, p. 09) que consiste no aumento da área útil do apartamento, mas em

espaços autônomos ao longo do edifício, não necessariamente em cômodos contínuos à unidade habitacional. Assim, os residentes podem ter em suas moradias apenas ambientes privativos e, então, utilizar os cômodos coletivos disponibilizadas ao longo do edifício.

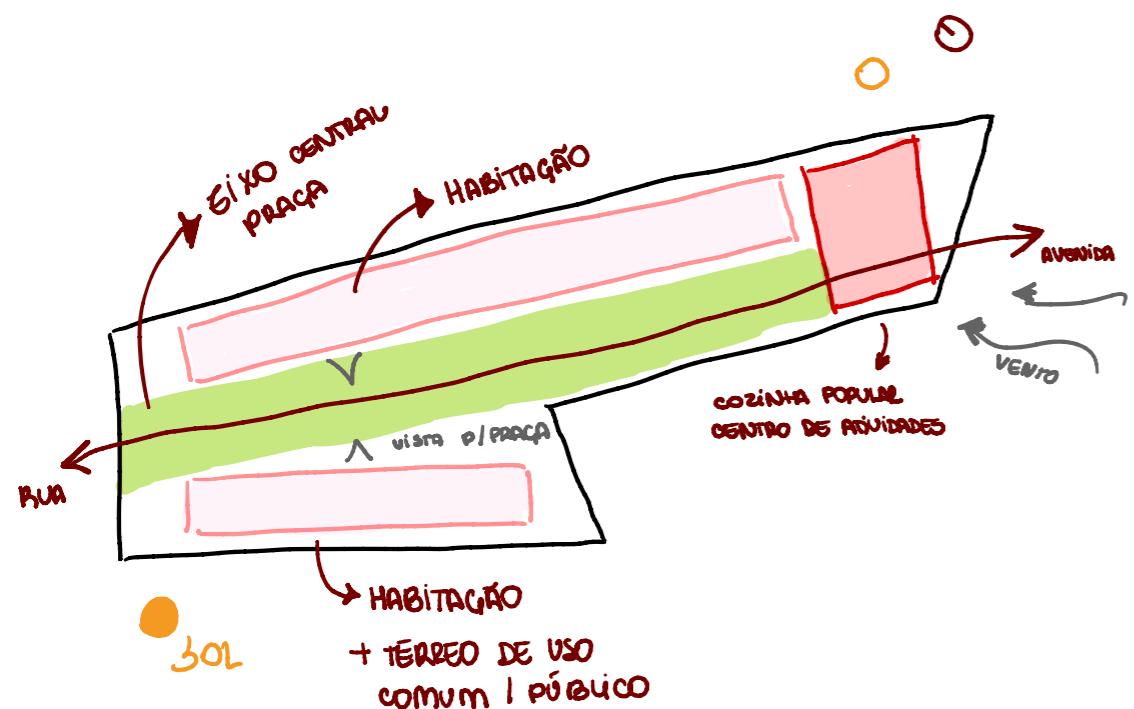
Sabendo das demandas locais por ambientes urbanos qualificados, a solução do conjunto também se atém ao desenho dos vazios, isto é, à provisão de áreas não densificadas por blocos programáticos. Por meio de caminhos iluminados, elementos de vegetação, mobiliários e brinquedos infantis, o conjunto proporciona amplo espaço de lazer, que fomenta o convívio comunitário e a promoção urbana.

programa



Já nos primeiros estudos de zoneamento e distribuição programática, definiu-se a intenção de prever um eixo central de circulação, a fim de articular as duas frentes e de promover um caminho condutor dos pedestres em meio à ampla área livre. Para tanto, os blocos habitacionais foram alocados nas extremidades, seguindo as inclinações do terreno, enquanto os equipamentos de uso público e de intenso fluxo de utilização, a cozinha popular e o centro de atividades, foram posicionados na via de maior movimento. O apoio infantil e as salas coletivas, por sua vez, foram pensadas no térreo próximo à rua General Rabelo, facilitando a comunicação com o praça, além de estarem resguardados em área de menor movimento. Levando em consideração as condições de sol, as varandas estão voltadas “para cima”, em orientação entre norte e leste.

estudo de zoneamento

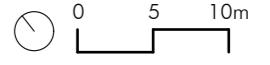


Pensando em corte, a acomodação do programa no terreno evidenciou o seguinte desafio: a topografia acidentada mostrava a diferença de 6 metros entre uma fachada e outra.

O conjunto, por isso, foi concebido com térreos em 3 níveis, 21m - 24m - 27m, de modo a gradualmente resolver o desnível e possibilitar acesso a partir das duas vias.



diagrama níveis

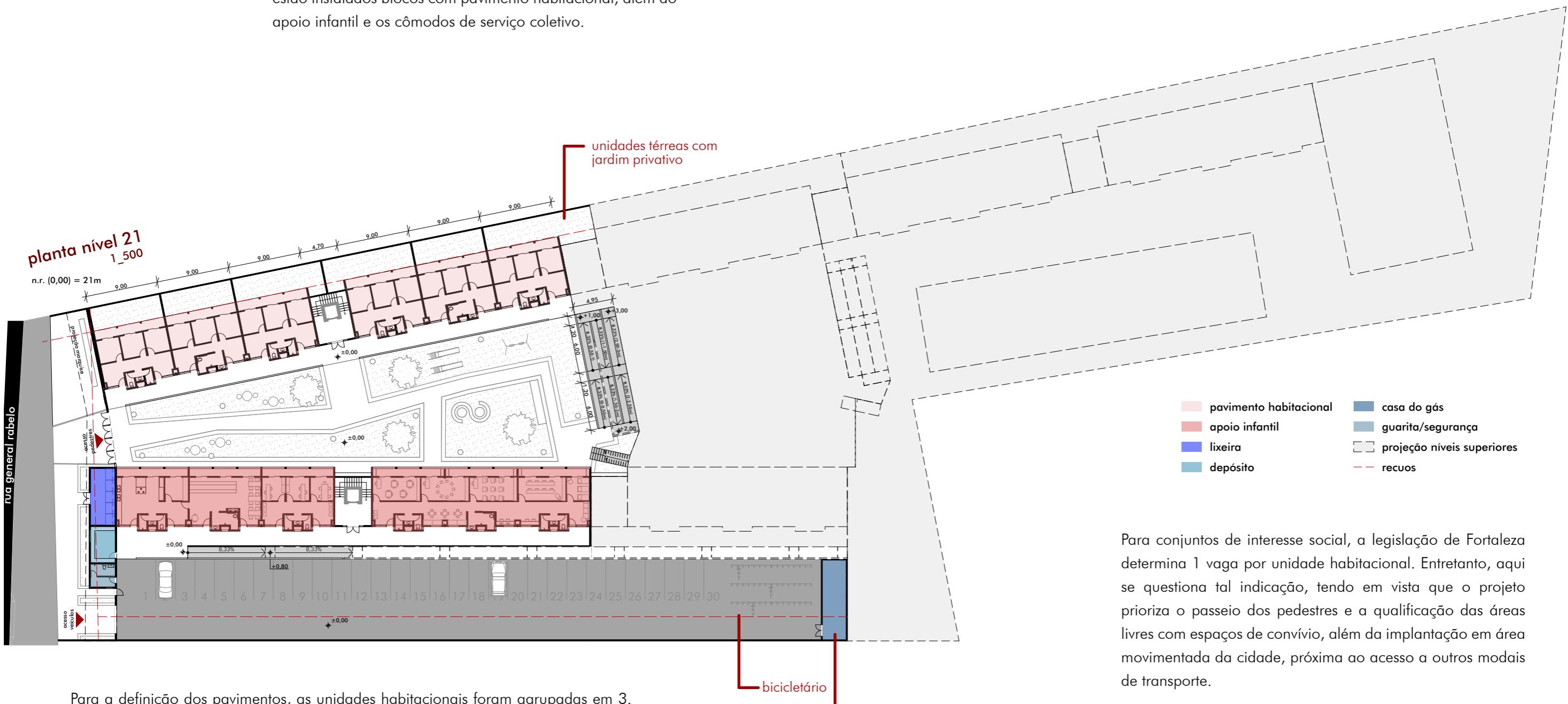
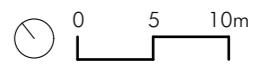


**conjunto
habitacional
npl**



entrada do conjunto (fachada rua general rabelo)

No nível 21, há acesso de veículos para o estacionamento, bem como a entrada de pedestres na praça central, repleta de elementos que fomentam o passeio e o convívio. No térreo, estão instalados blocos com pavimento habitacional, além do apoio infantil e os cômodos de serviço coletivo.



Para a definição dos pavimentos, as unidades habitacionais foram agrupadas em 3. Os núcleos de circulação vertical foram distribuídos entre os blocos, de modo a viabilizar comunicação entre os edifícios, assim como para racionalizar elementos de suporte.



Para conjuntos de interesse social, a legislação de Fortaleza determina 1 vaga por unidade habitacional. Entretanto, aqui se questiona tal indicação, tendo em vista que o projeto prioriza o passeio dos pedestres e a qualificação das áreas livres com espaços de convívio, além da implantação em área movimentada da cidade, próxima ao acesso a outros modais de transporte.

Nesse sentido, apoia-se na determinação para apartamentos compactos (até 70m²), que define a necessidade de 1 vaga a cada 6 unidades (Anexo 5, Lei nº 236/2017 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Fortaleza)

153 unidades - 26 vagas

Vagas disponíveis: 30



acesso rua general rabelo



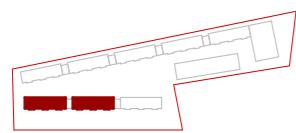
praça nível 21



acesso estacionamento



estacionamento



Programa pensado para aliviar encargos de cuidado, bem como para facilitar o acesso a equipamento educacional, o apoio infantil se distribui ao longo de dois pavimentos situados no térreo do nível 21. No primeiro bloco, estão ambientes de serviço e salas administrativas, enquanto no segundo há espaços de formação e descanso.

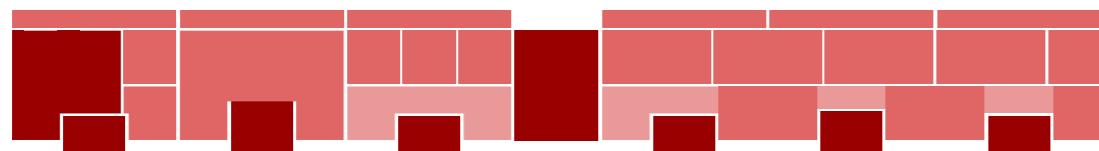
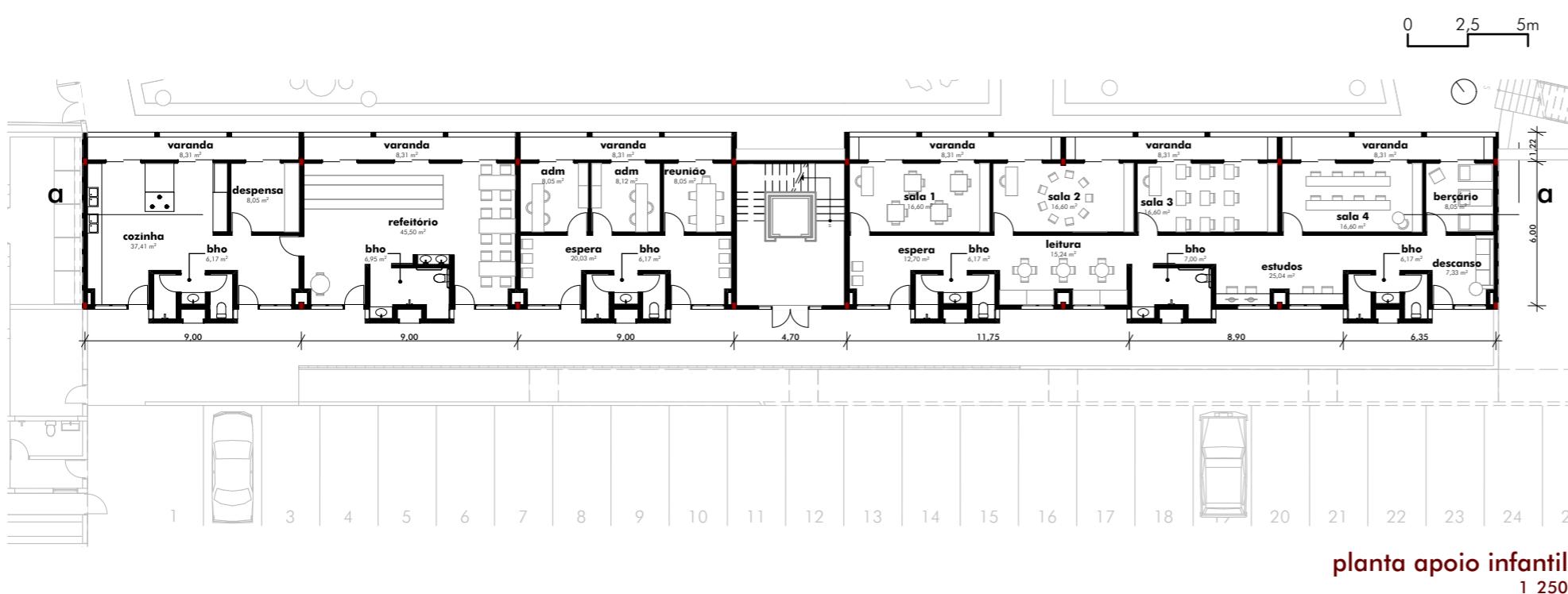


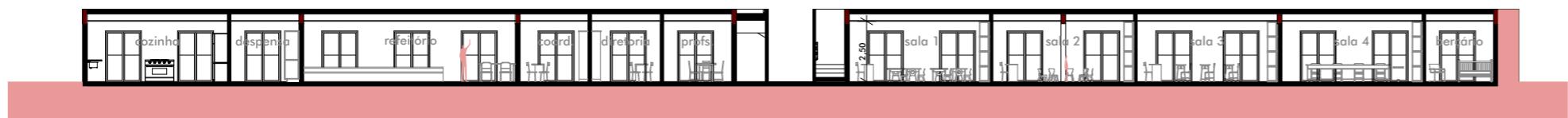
diagrama fixos e flexíveis apoio infantil

fixos ■ flexíveis ■
espaços de transição ■

perspectiva ilustrada sala 2

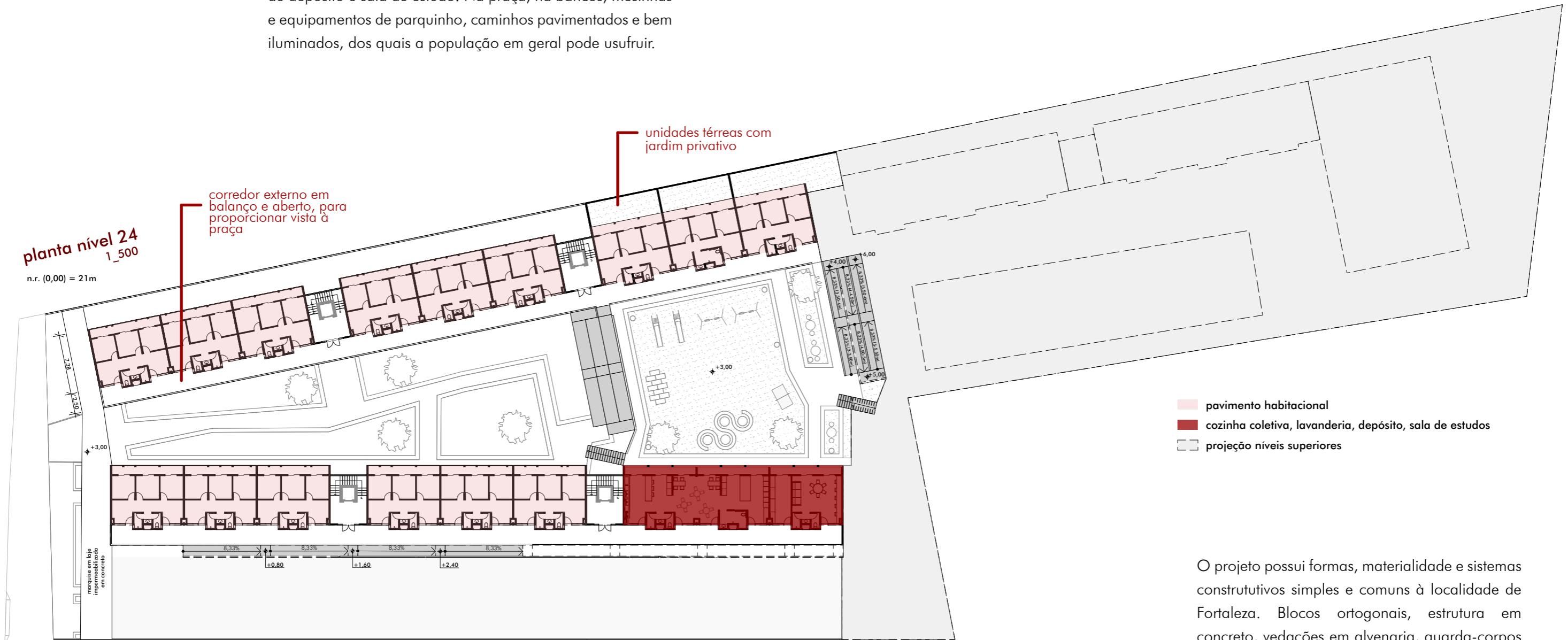


corte a apoio infantil
1_250



0 5 10m

No térreo do nível 24, há pavimentos habitacionais e bloco com andar de uso coletivo, onde são disponibilizadas infraestruturas de cozinha e lavanderia compartilhada, além de depósito e sala de estudo. Na praça, há bancos, mesinhas e equipamentos de parquinho, caminhos pavimentados e bem iluminados, dos quais a população em geral pode usufruir.



O projeto possui formas, materialidade e sistemas construtivos simples e comuns à localidade de Fortaleza. Blocos ortogonais, estrutura em concreto, vedações em alvenaria, guarda-corpos metálicos, esquadrias em madeira e em alumínio e vidro, e cobogós como elementos de fechamento e de proteção solar. As paredes externas dos edifícios têm acabamento em pintura na cor branca, com alguns momentos em vermelho, nos shafts e nos elementos de parede das varandas. Nos pisos externos, predomina o concreto. Nas praças, há forração em grama e caminhos pavimentados em concregrama e em piso intertravado nas cores cinza e vermelho.

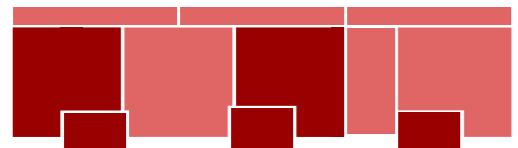
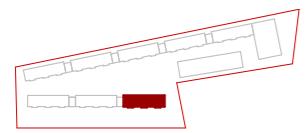
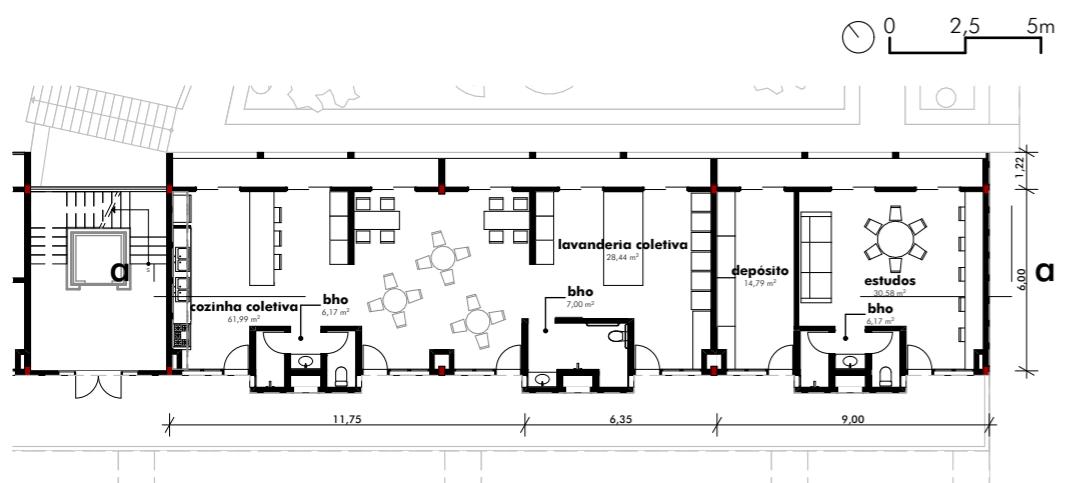


diagrama fixos e flexíveis salas coletivas

fixos ■ flexíveis ■

Tal qual comentado, o edifício projetado neste trabalho ratifica o conceito de casa dispersa (Fuentes, Monteys, 2001, p. 146 apud Farias, 2019, p. 09) e disponibiliza ambientes de uso comum, que complementam o espaço útil dos moradores. Por isso, dispõe de cozinha, lavanderia, depósito e sala de estudo coletivos. Funcionam como espaços agregadores e de convívio, onde os residentes podem coletivizar atividades, interagir, trocar receitas e experiências, fomentando, assim, o ideal comunitário do conjunto np1.

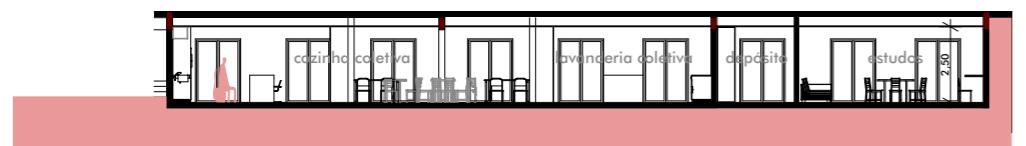


planta salas coletivas

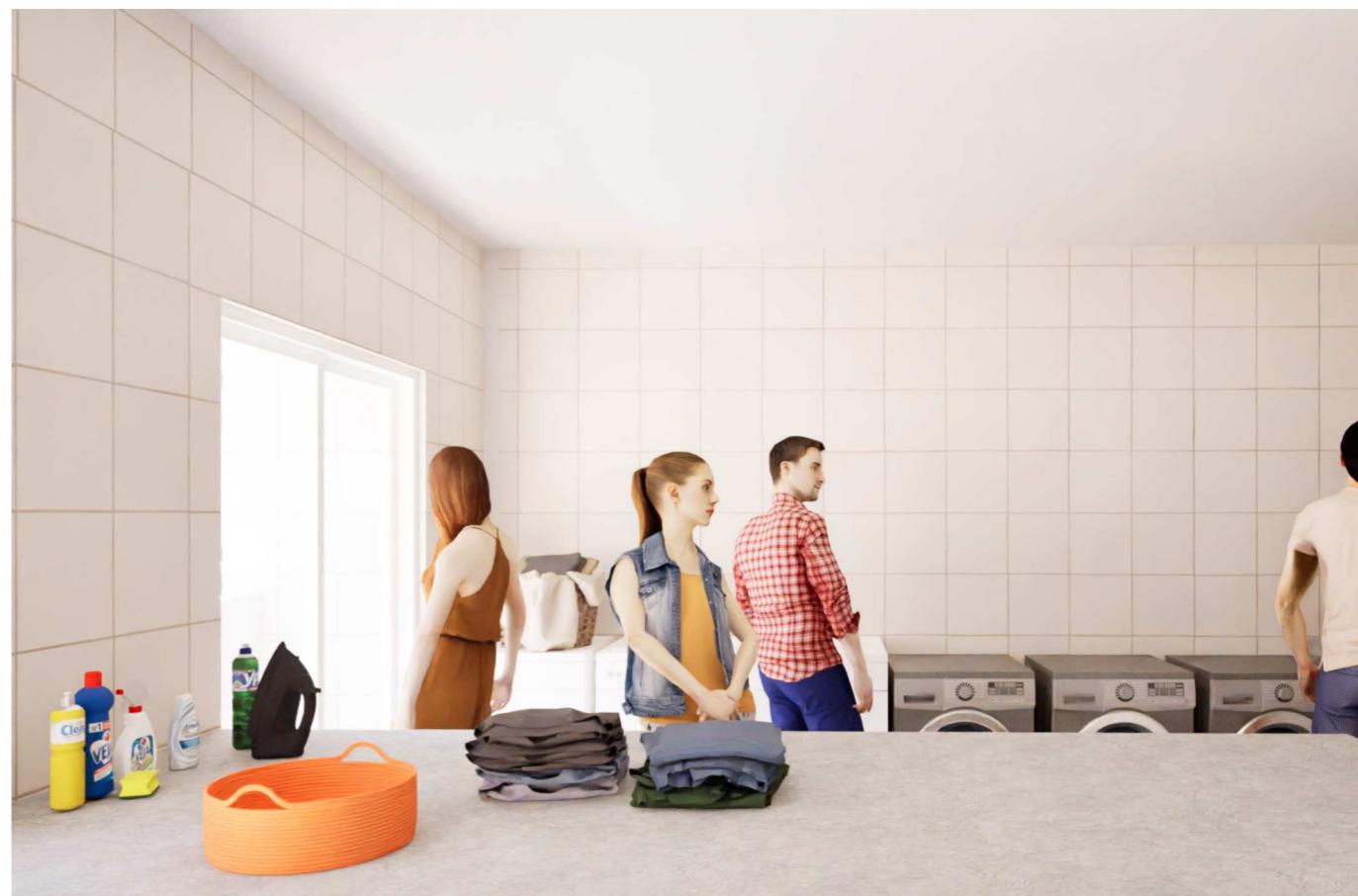
1_250

corte a salas coletivas

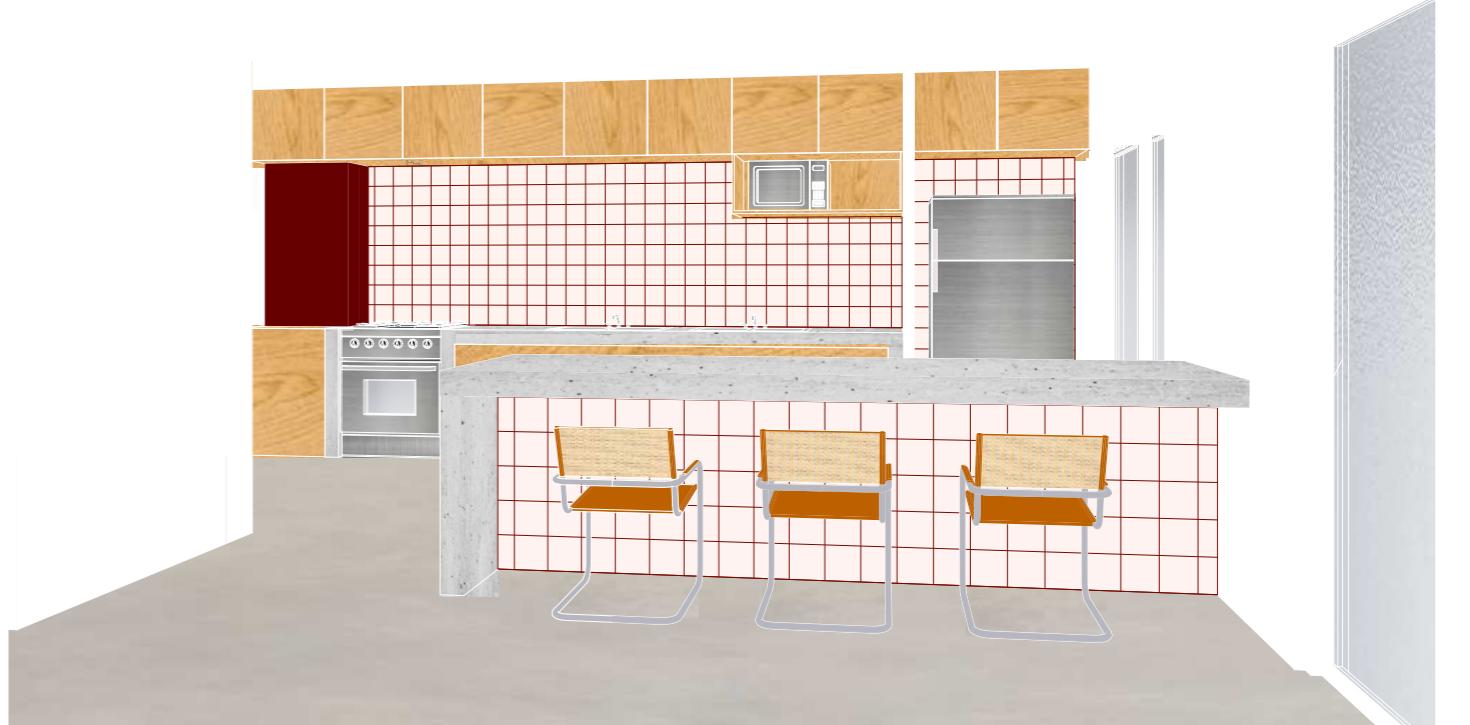
1_250



lavanderia coletiva



perspectiva ilustrada cozinha coletiva





praça nível 24

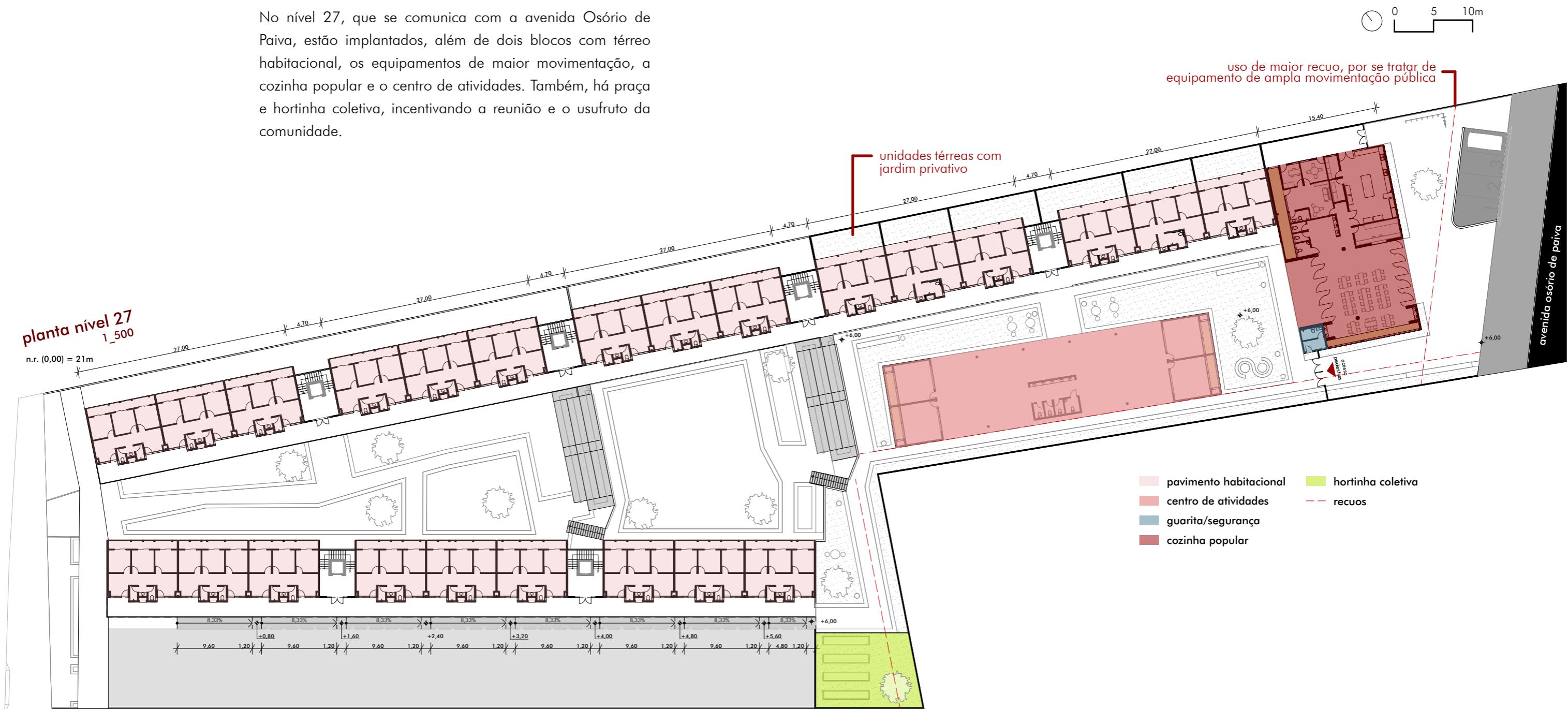


praça nível 24



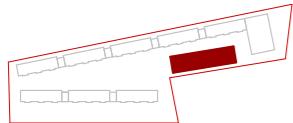
rampa

No nível 27, que se comunica com a avenida Osório de Paiva, estão implantados, além de dois blocos com térreo habitacional, os equipamentos de maior movimentação, a cozinha popular e o centro de atividades. Também, há praça e hortinha coletiva, incentivando a reunião e o usufruto da comunidade.



Nos dois níveis de acesso ao conjunto, 21 e 27, disponibilizou-se espaços de guarita/segurança, assim como foram pensados elementos que permitem o fechamento das entradas da praça. Desse modo, possibilita-se, por exemplo, que durante períodos noturnos, quando o silêncio é necessário, a movimentação nas áreas livres possa ser controlada.





O centro de atividades é um pavilhão desenhado para funcionar como um suporte à vida no conjunto. Possui salas flexíveis, que podem ser utilizadas para cursos, reuniões comunitárias ou, ainda, adaptadas em consultórios de psicólogos e de dentistas, por exemplo, a depender da demanda dos moradores. Também, há banheiro sem distinção de gênero, a ser utilizado pelos que usufruem da praça, além de ampla área coberta, proporcionando sombra e espaço de apoio.

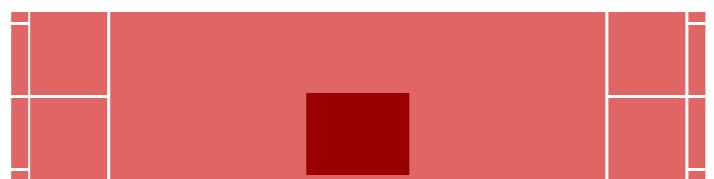
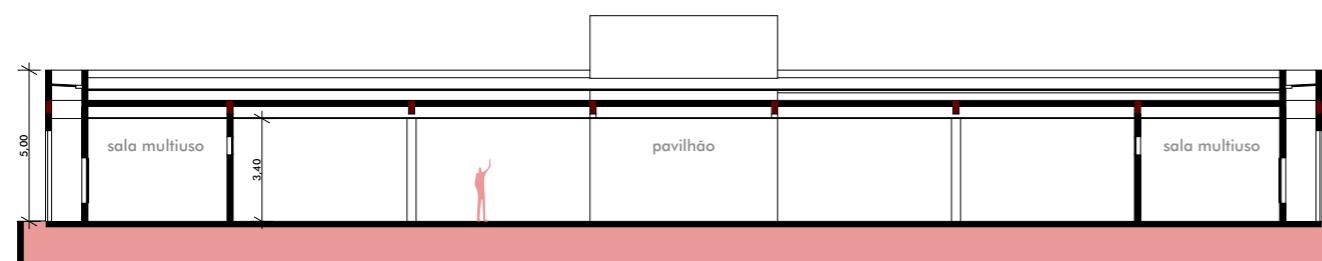
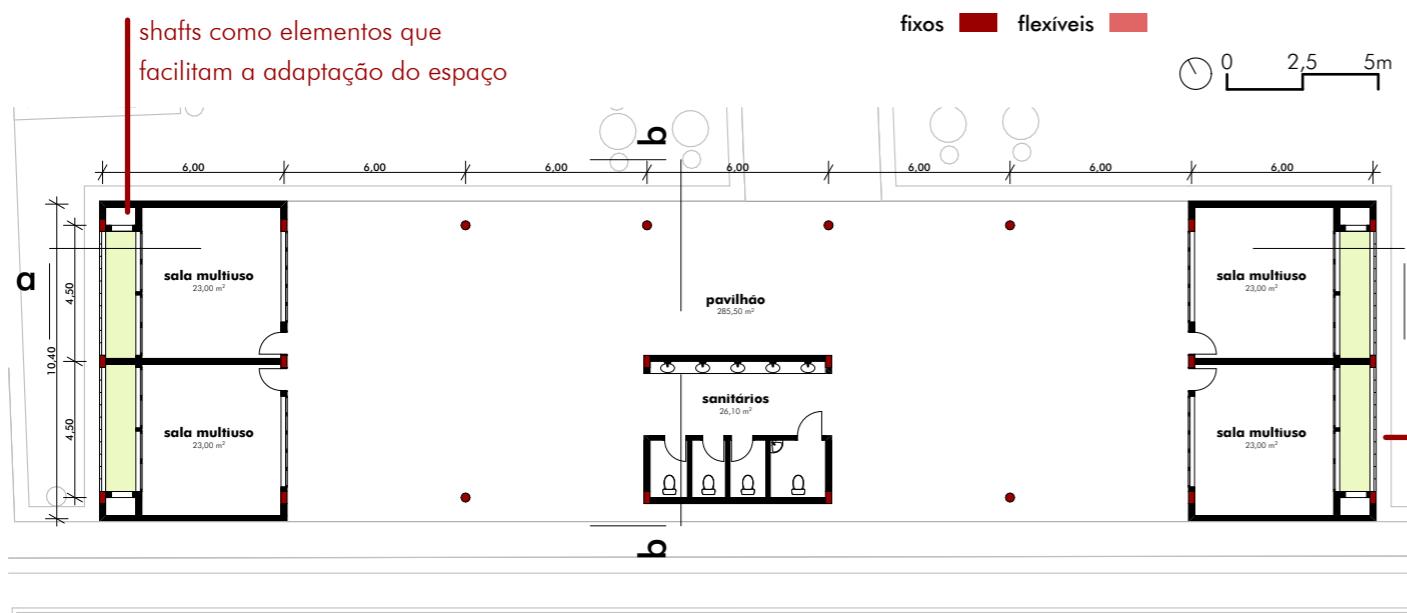


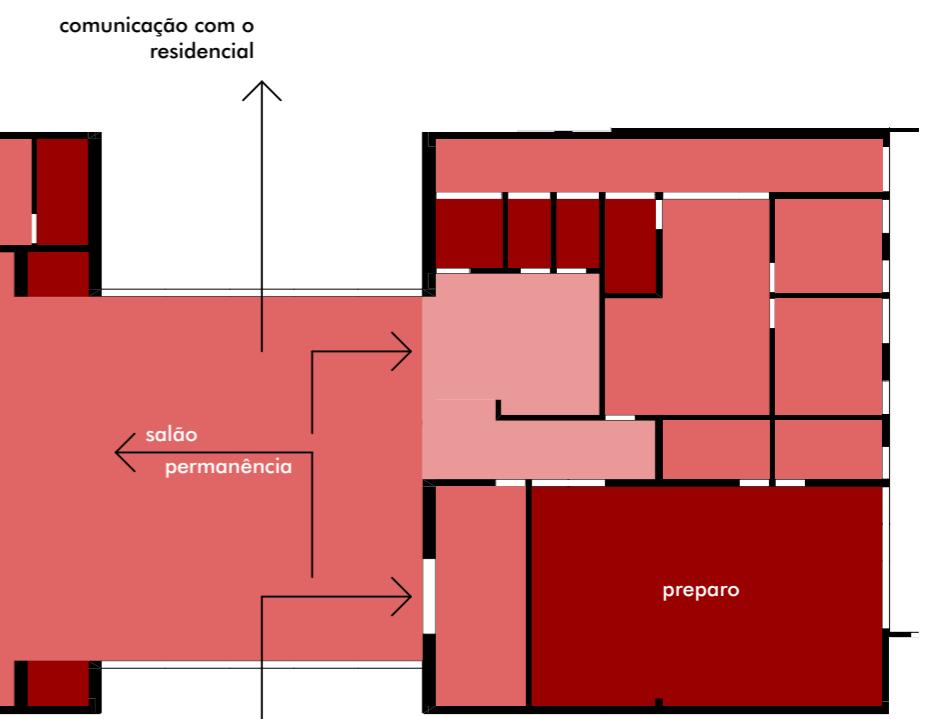
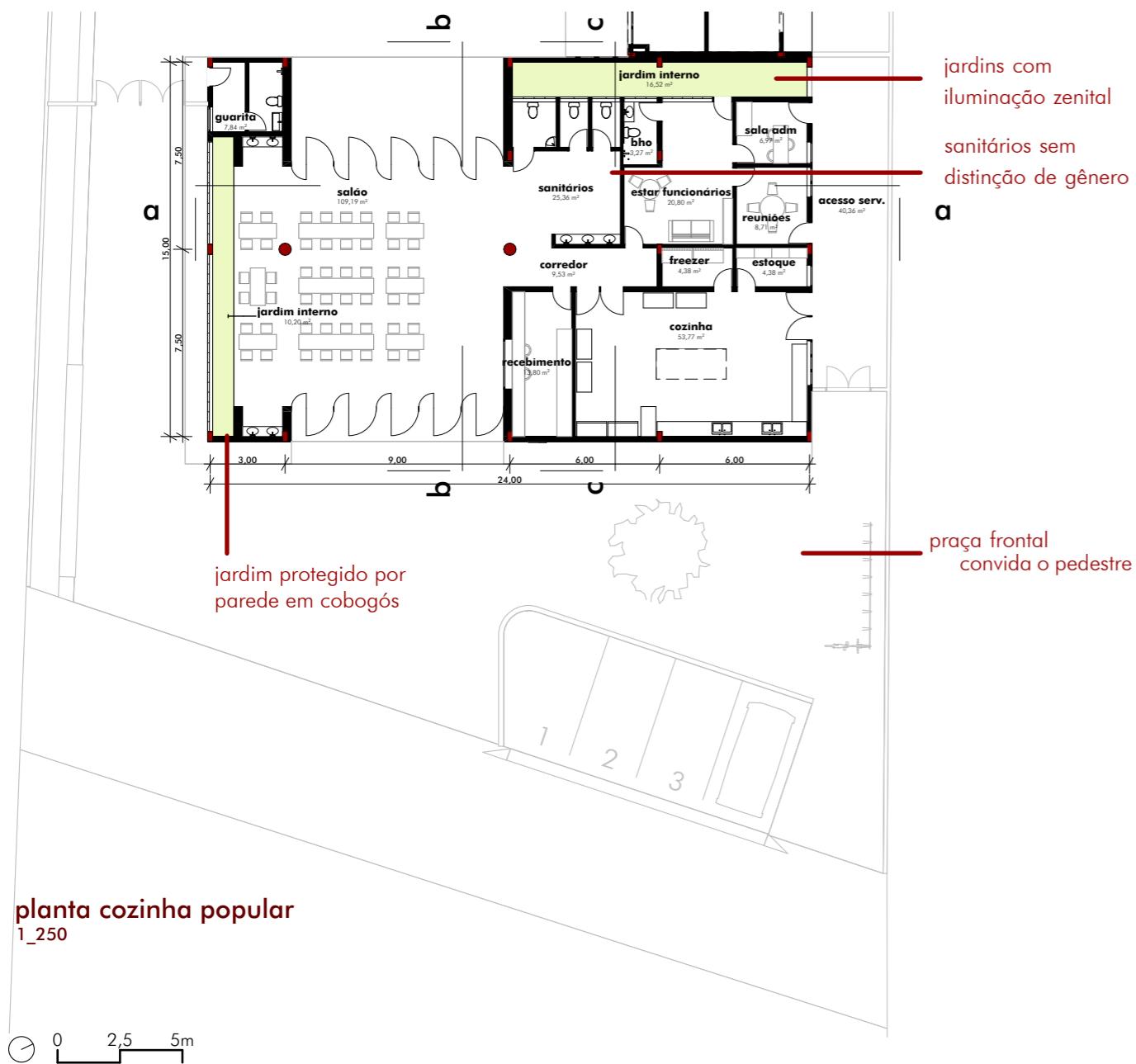
diagrama fixos e flexíveis centro de atividades



segunda pele de cobogós, para proteger esquadrias da incidência solar direta; jardins com iluminação zenital



Ideia central do projeto, junto às habitações flexíveis, a cozinha popular funciona como centro de distribuição de refeições, no qual a população em geral pode receber marmitas diárias, a fim de promover maior segurança alimentar na área da ZEIS Bom Jardim. O edifício contempla espaço para preparação das comidas, estar dos funcionários e salas para reuniões com profissionais tais quais nutricionistas e engenheiros de alimentos. Também, dispõe de sanitários e salão, onde as pessoas podem congregar enquanto consomem suas refeições.



A edificação se integra e convida ao passeio pelo conjunto. Tem como princípio ser lugar de coletivização de importante atividade doméstica, o cozinhar, e de valorização do trabalho remunerado no espaço culinário, a partir de programas promovidos pelo poder público, a fim de aliviar encargos que, muitas vezes, recaem sobre mulheres, e de somar esforços com a população mobilizada que compõe a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, no que tange à luta contra a fome durante o território da ZEIS.





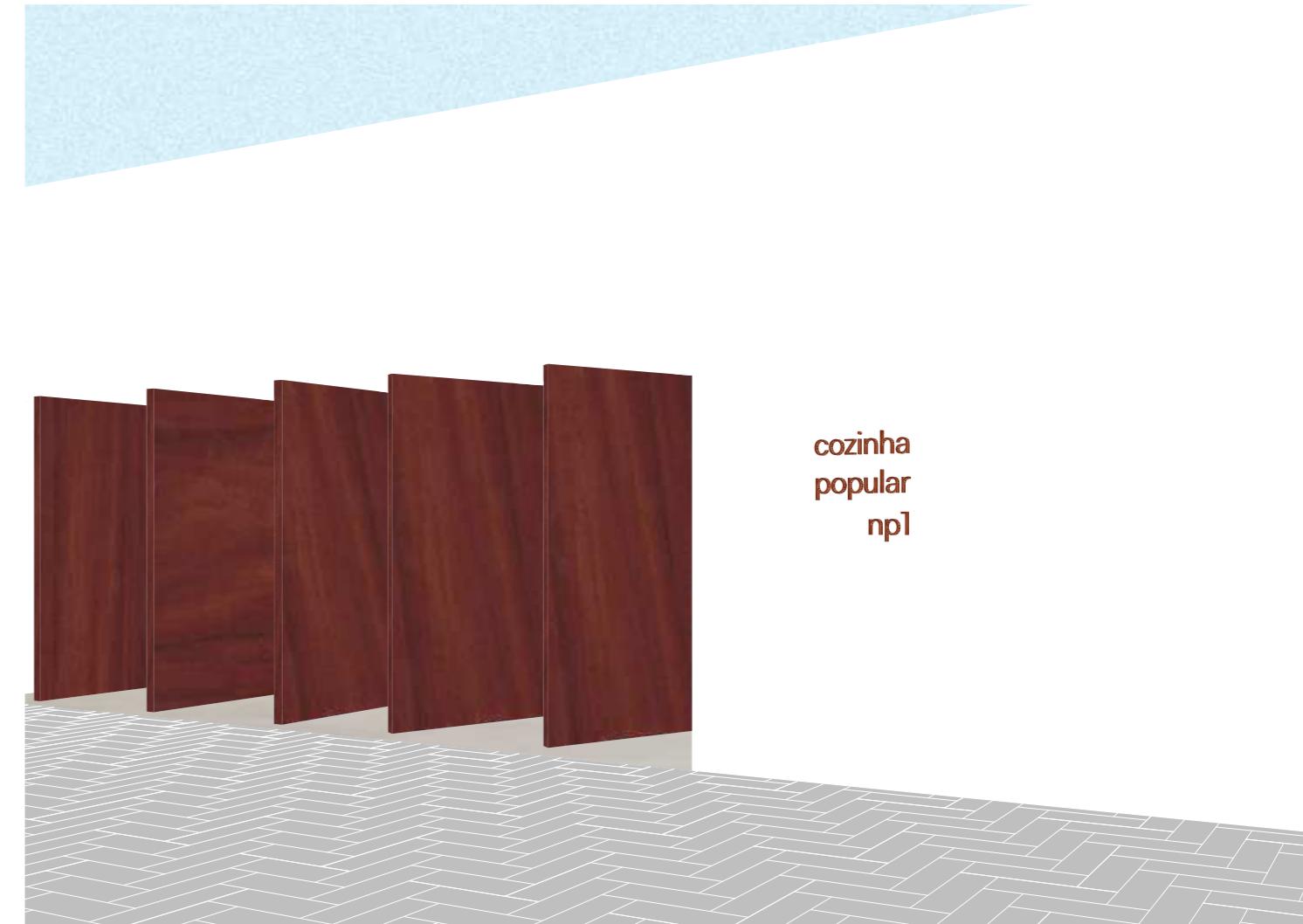
cozinha popular np1



entrada do conjunto (fachada avenida osório de paiva)



entrada do conjunto (fachada avenida osório de paiva)



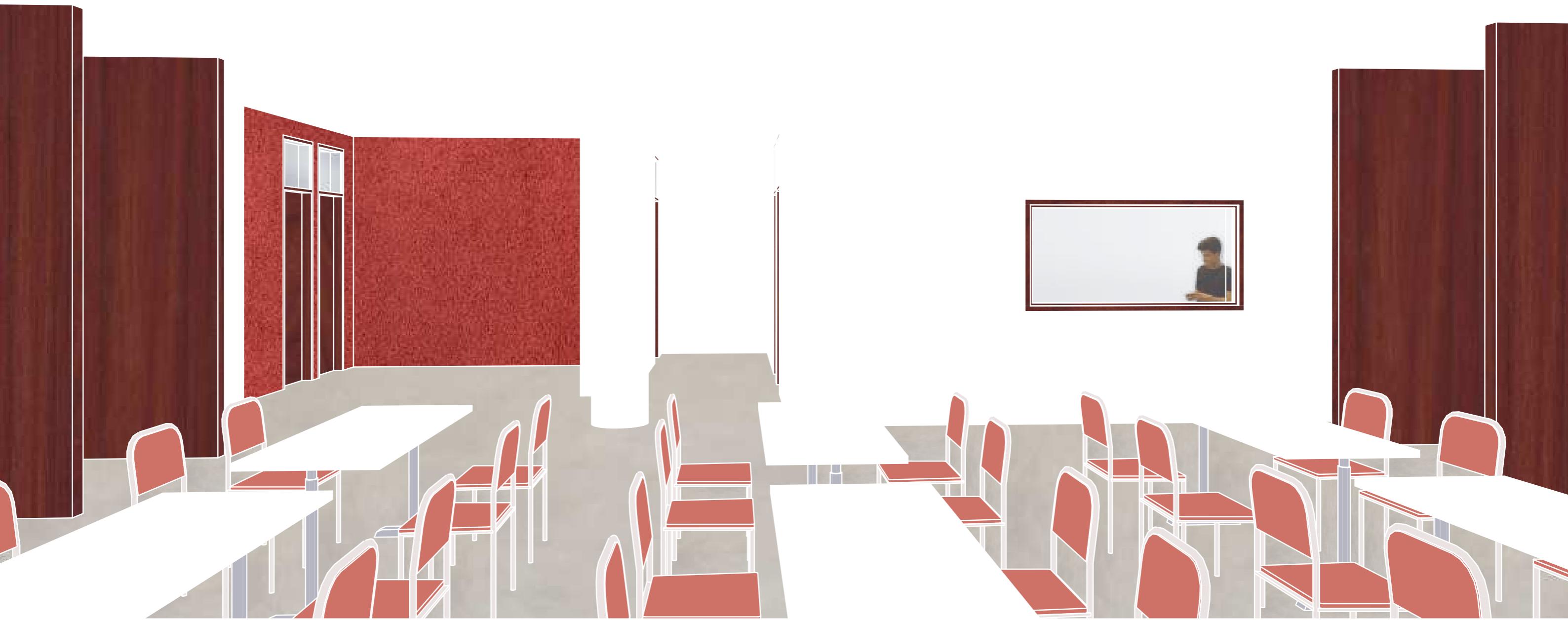
cozinha
popular
np1

perspectiva ilustrada fachada cozinha popular



salão cozinha popular

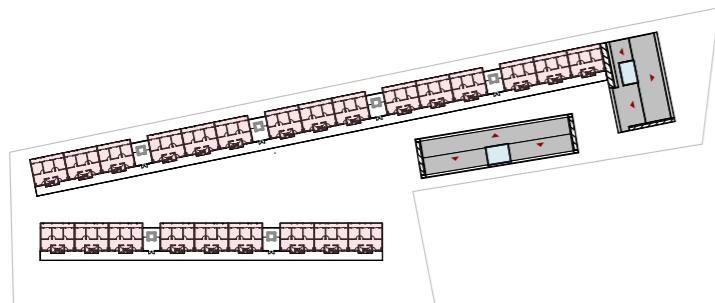
perspectiva ilustrada salão cozinha popular



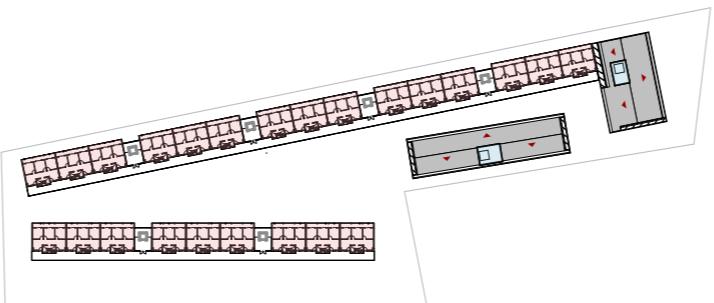


área de preparo cozinha popular

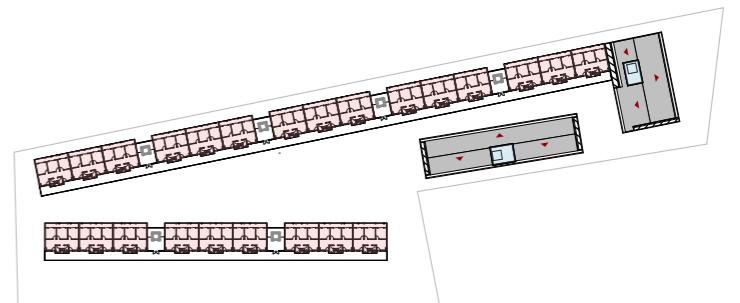
0 10 50m



planta nível 30
1_2000

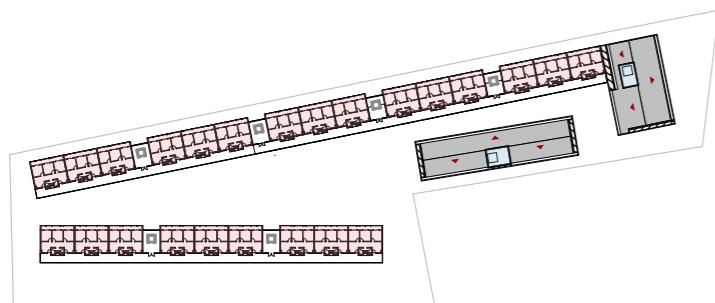


planta nível 33
1_2000

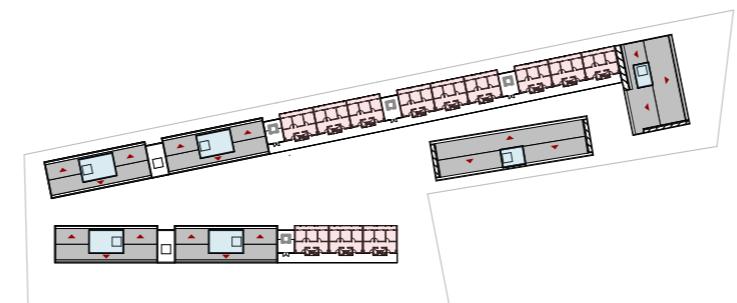


planta nível 36
1_2000

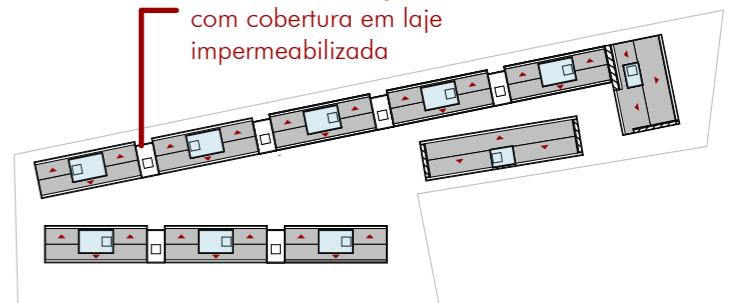
blocos de circulação
com cobertura em laje
impermeabilizada



planta nível 39
1_2000

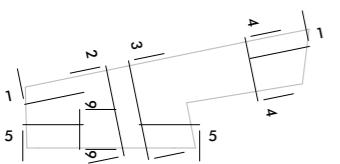


planta nível 42
1_2000



planta nível 45
1_2000

- cobertura em telha metálica ($i=10\%$)
- cobertura em telha translúcida
- volume caixa d'água



0 5 10m

corte 1

1_500

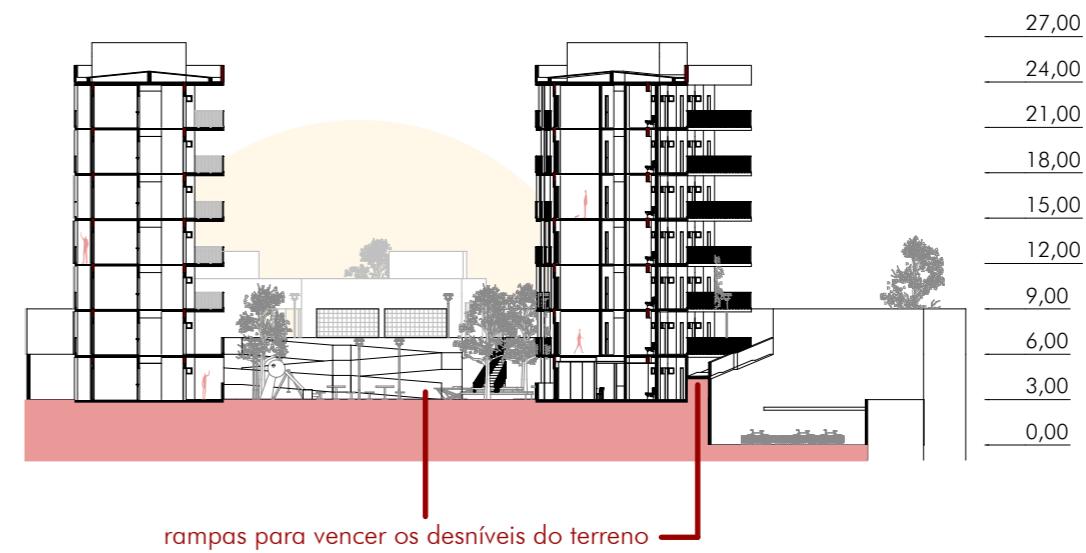
n.r. (0,00) = 21m





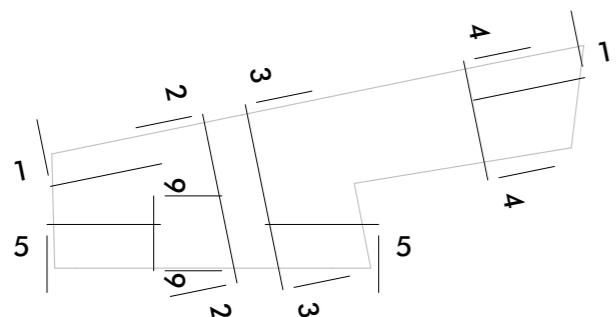
27,00
24,00
21,00
18,00
15,00
12,00
9,00
6,00
3,00
0,00

corte 2
1_500
n.r. (0,00) = 21m



27,00
24,00
21,00
18,00
15,00
12,00
9,00
6,00
3,00
0,00

corte 3
1_500
n.r. (0,00) = 21m



corte 5
1_500
n.r. (0,00) = 21m



27,00
24,00
21,00
18,00
15,00
12,00
9,00
6,00
3,00
0,00

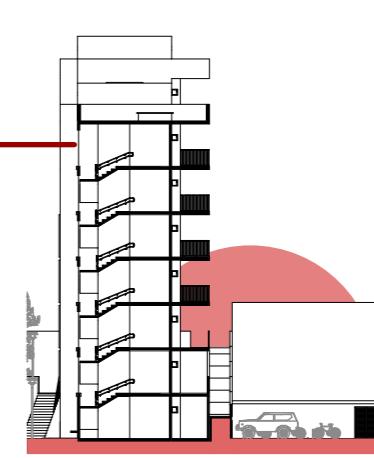


27,00
24,00
21,00
18,00
15,00
12,00
9,00
6,00
3,00
0,00

corte 4
1_500
n.r. (0,00) = 21m

0 5 10m

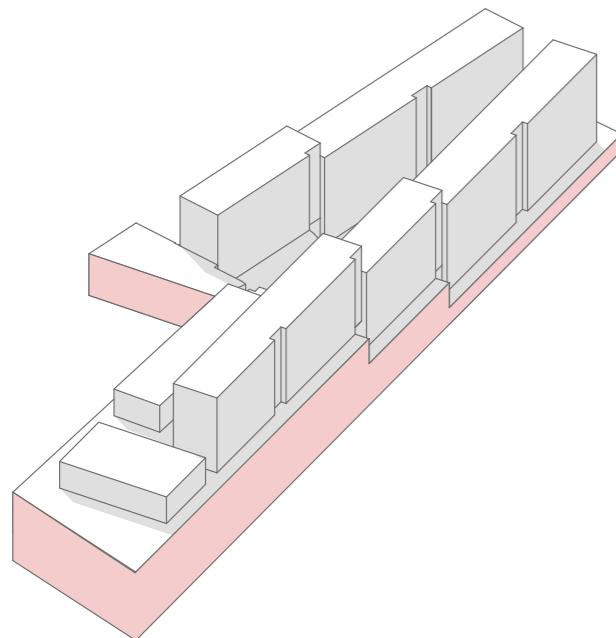
bloco de
circulação vertical
com fechamento
em cobogós



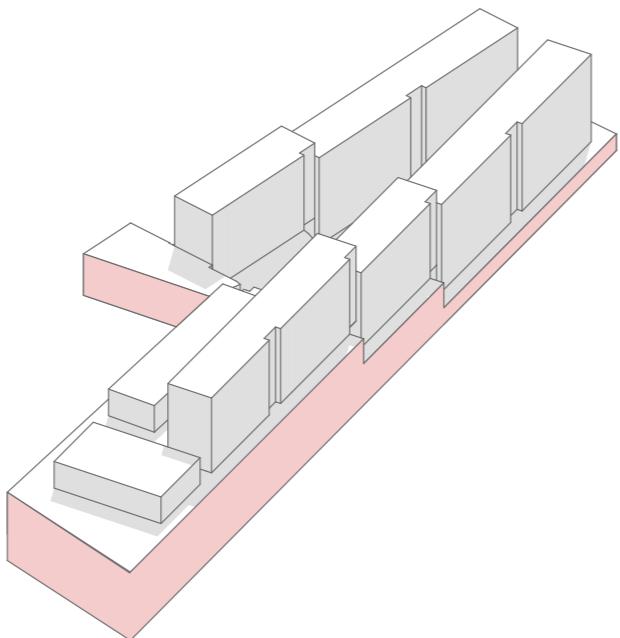
corte 6
1_500
n.r. (0,00) = 21m

27,00
24,00
21,00
18,00
15,00
12,00
9,00
6,00
3,00
0,00

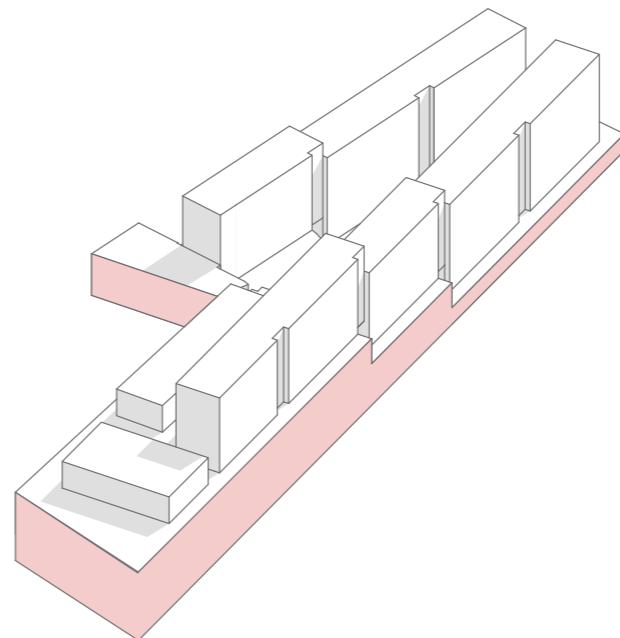
inverno
21/02/2025 | 14h



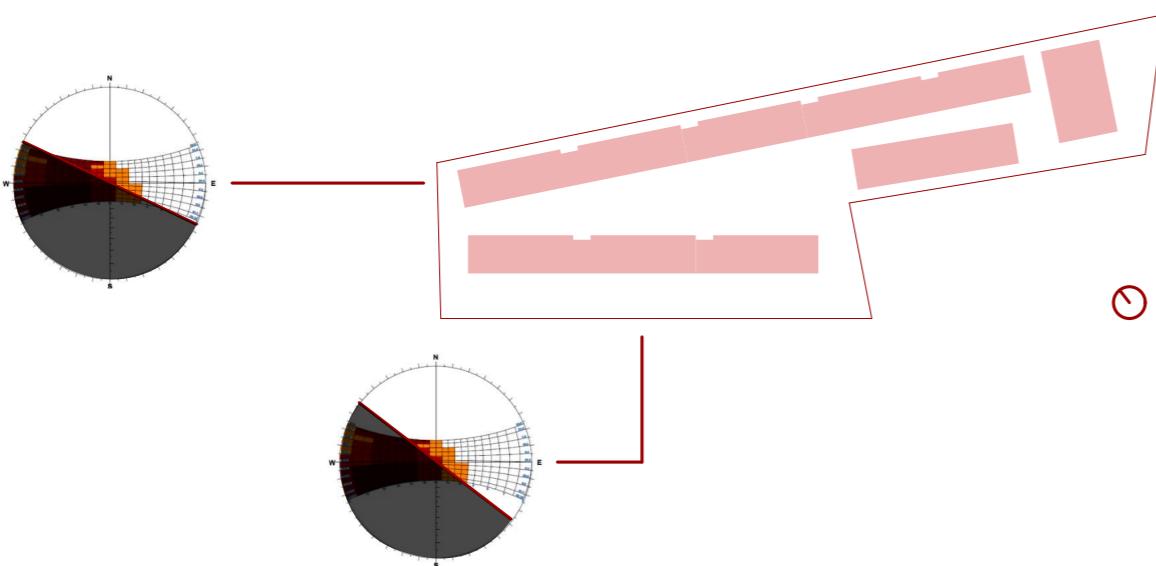
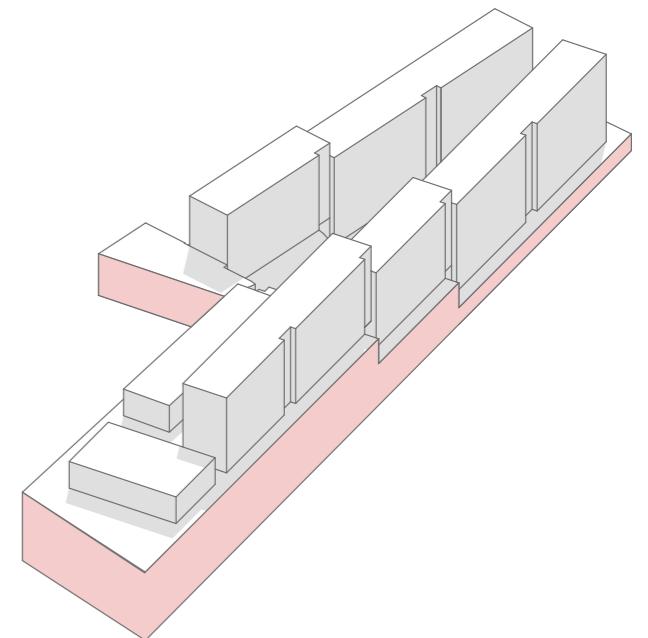
outono
21/03/2025 | 14h



inverno
21/06/2025 | 14h



primavera
23/09/2025 | 14h



Em estudo solar feito para analisar as condições da implantação definida, verifica-se que a orientação dos blocos proporciona sombreamento, nos horários mais críticos, nas fachadas principais em maior parte do ano. Ademais, sabe-se que as unidades habitacionais possuem varanda, espaço que proporciona resguardo quanto à incidência solar direta. Em relação à fachada poente, comenta-se que os corredores externos podem funcionar como elementos horizontais de proteção solar.

Como estratégia de condicionamento ambiental nos blocos da cozinha popular e do centro de atividades, conforme já evidenciado, são utilizados segundas peles em cobogós e jardins.



vista praça nível 21

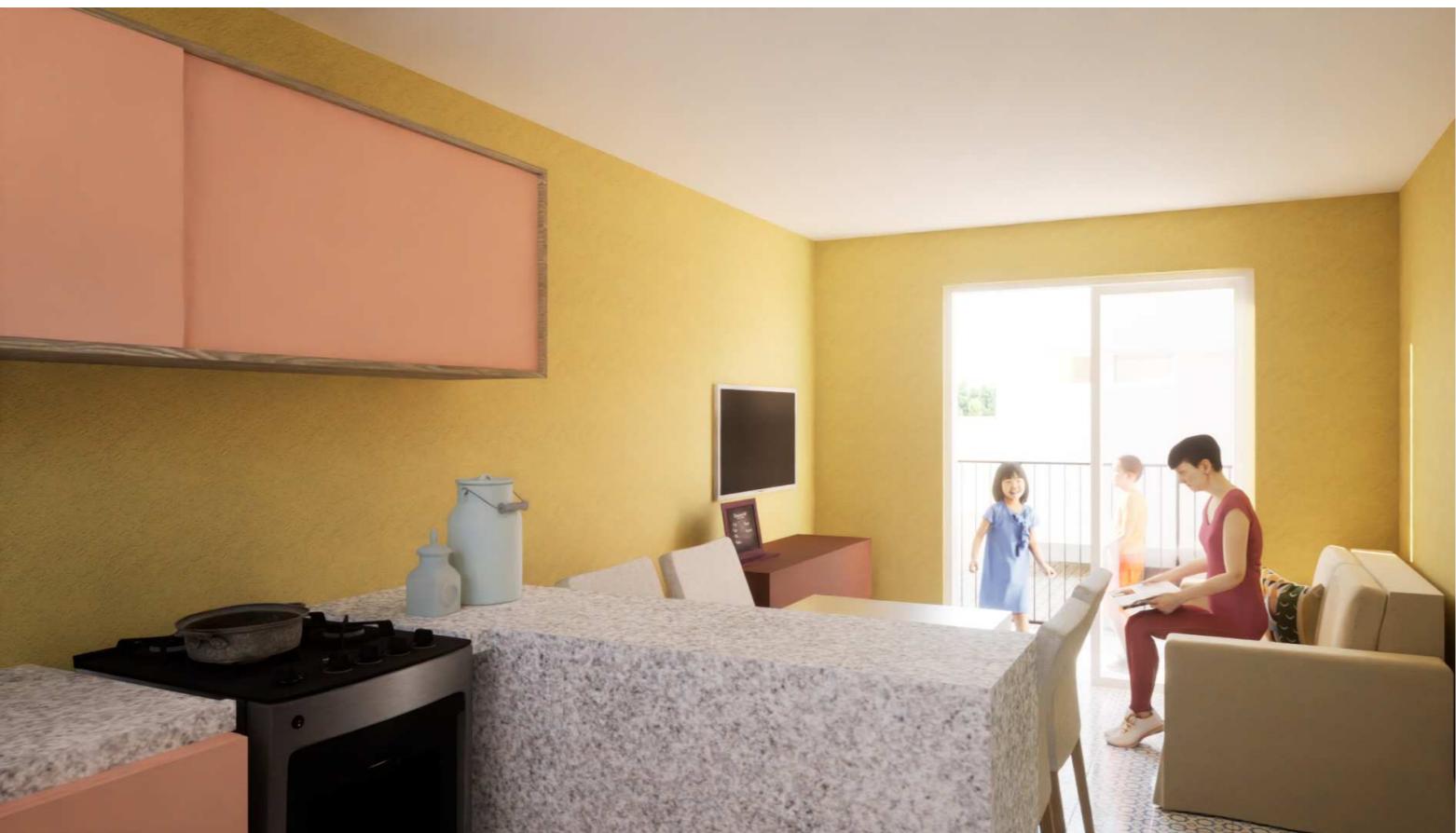


circulação vertical

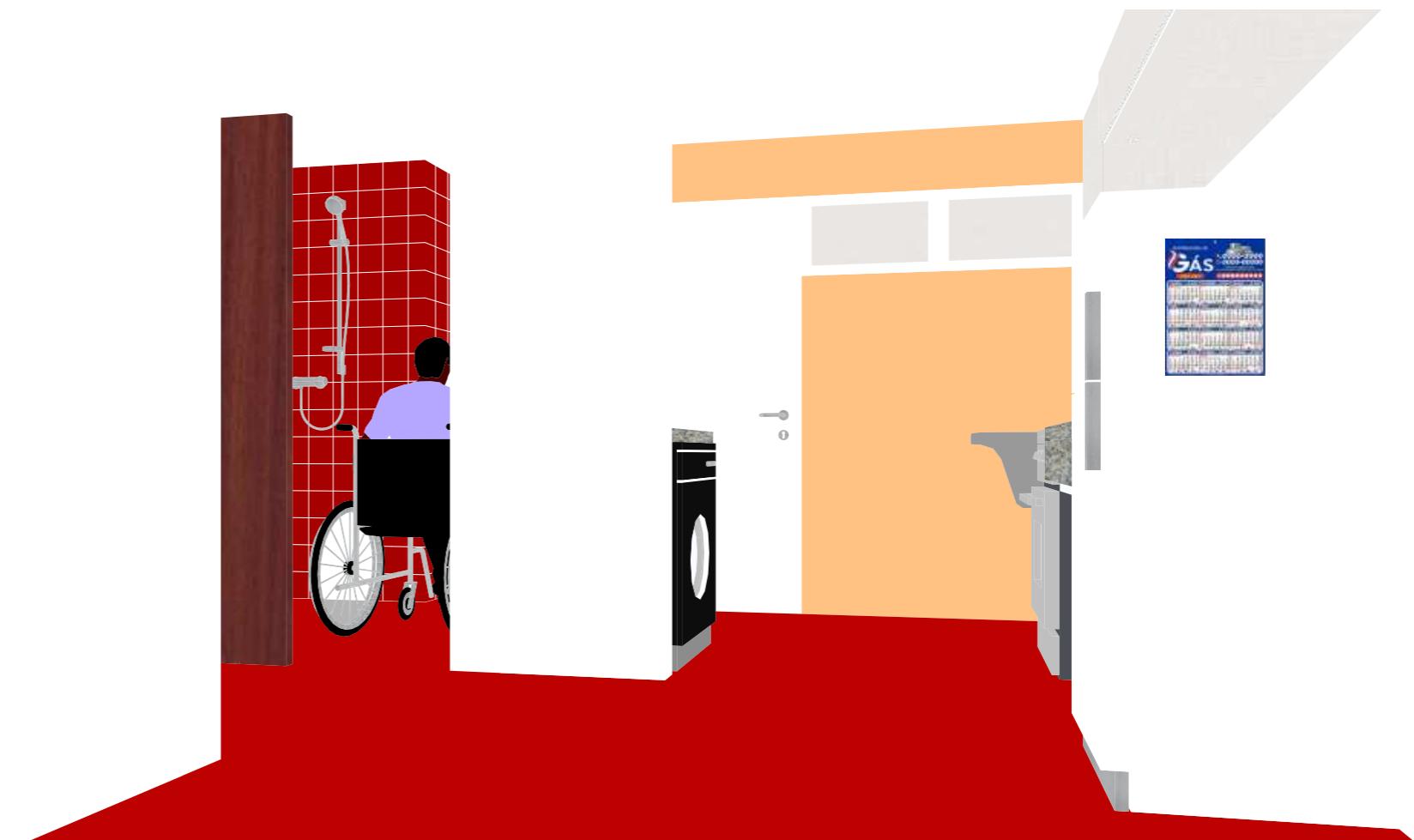


corredor externo

simulações de ocupações da unidade



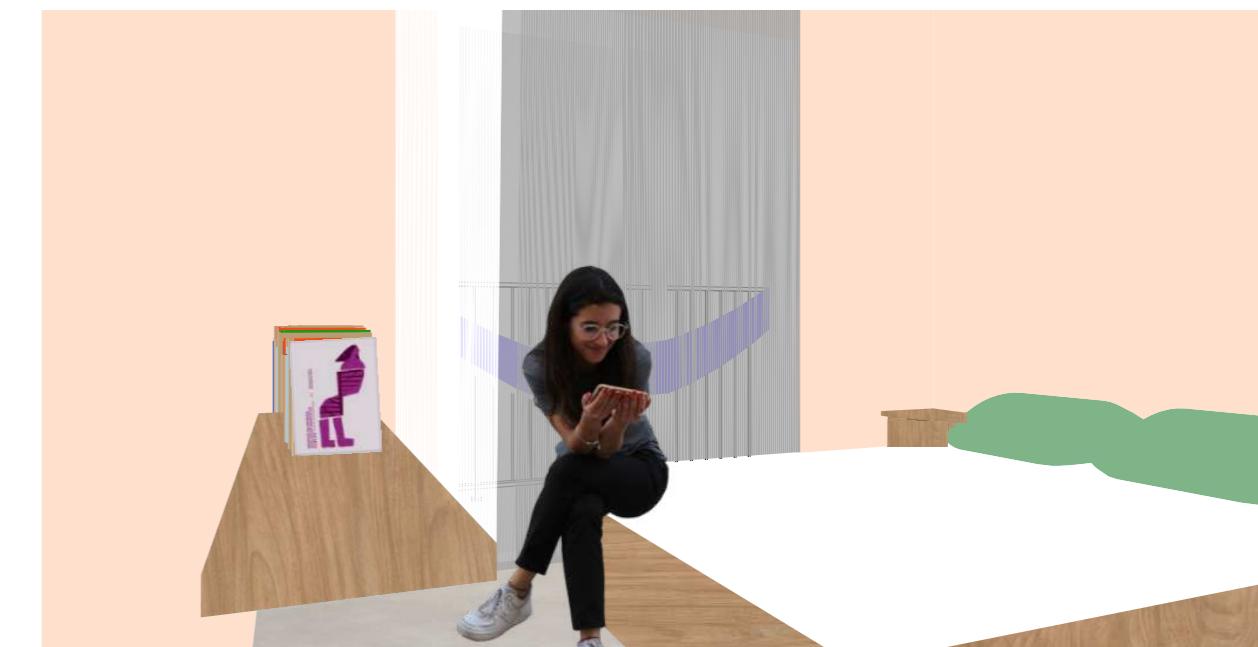
perspectivas ilustradas - simulações de ocupações da unidade



simulações de ocupações da unidade



perspectivas ilustradas - simulações de ocupações da unidade



simulações de ocupações da unidade



perspectivas ilustradas - simulações de ocupações da unidade

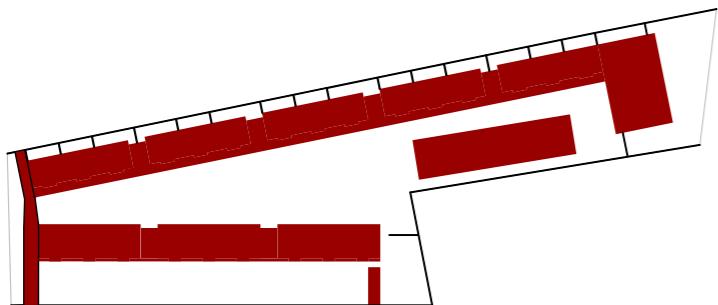


Twinfridge™

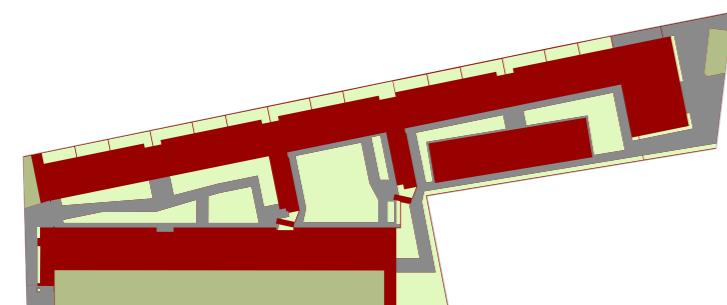




inserção no terreno - google 45°



planta de ocupação
1_2000



planta de permeabilidade
1_2000

impermeável
semipermeável
permeável

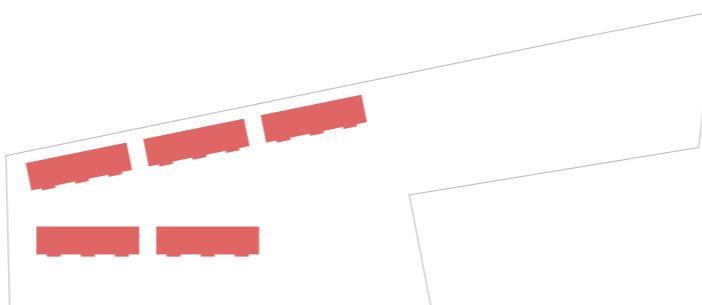
O projeto se afasta da tentativa irrefletida de atingir os valores máximos dos índices urbanísticos, pois preza pela qualidade do espaço e sabe da necessidade de promover áreas livres e de convívio.

Parecia mais correto tratar a habitação social como um investimento futuro na população, que fosse adquirindo valor com o tempo, funcionando como instrumento para promoção social dos beneficiados, em contrapartida ao modo como o fazem as políticas habitacionais atuais, que encaram a questão como gasto social, priorizando índices quantitativos aos qualitativos.

(Rede Arquitetos, 2009)



planta de área construída (nível 21)
1_2000



planta de área construída (nível 24)
1_2000

piso em grama
100% permeável
concregrama
60% permeável
piso intertravado
25% permeável

taxa de ocupação

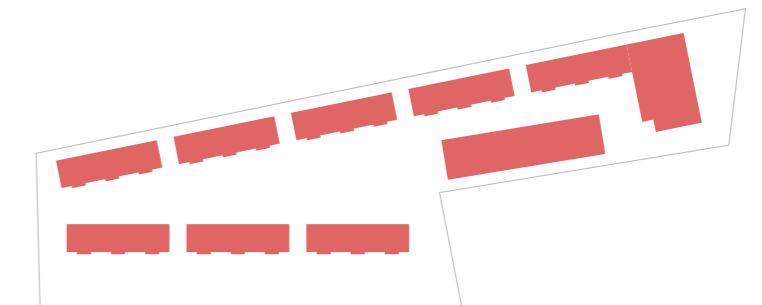
área (m ²)	tx. ocupação (%)
3.459,66	42,12

taxa de permeabilidade

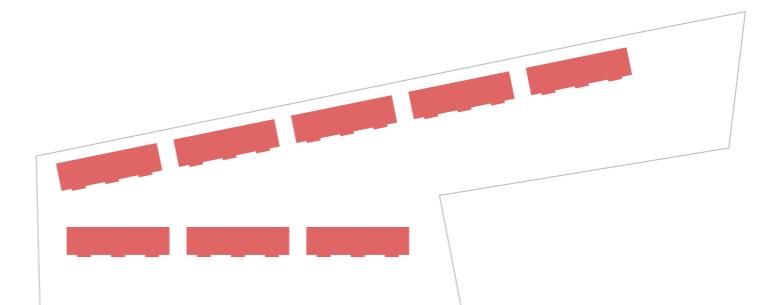
área (m ²)	permeabilidade (%)
1.970,80	24,00
984,02	7,19
1.531,85	4,67
total	35,86%

índice de aproveitamento

área (m ²)	i.a
11.779,78	1,42



planta de área construída (nível 27)
1_2000



planta de área construída (nível 30-39)
1_2000



planta de área construída (nível 42)
1_2000

Total de unidades habitacionais: 153

Área da unidade: 69,98m²

Ao longo do espaço e do tempo, o ideário patriarcal dita, entre comportamentos individuais e dinâmicas do meio público, condutas e convenções que priorizam a experiência masculina perante à feminina. A casa, espaço de formação e propagação de fatores sociais estruturantes se fez, e se faz, por isso, local de replicação de noções excludentes e de métodos de apagamento e desvalorização da trajetória de mulheres e de grupos transgressores da realidade da família nuclear abastada. A atribuição do trabalho doméstico à figura feminina e as divisões generificadas do espaço estão entre esses mecanismos.

Desde muito tempo, estudiosas e ativistas questionam o morar como desígnio de gênero e, nesse contexto, destaca-se a cozinha como ambiente muito investigado e basilar para a alteração do panorama de reafirmação das condições binárias da domesticidade. Com interesse em entender mais sobre o olhar a moradia a partir da perspectiva feminina, seu entrelaçamento com questões sociais e a produção de apartamentos populares, a presente pesquisa, primeiramente, debruçou-se sobre obras teóricas e práticas, do século XIX à contemporaneidade, para formular base teórica, a fim de, em seguida, desenvolver um projeto de habitação de interesse social que vai de encontro à mentalidade patriarcal.

Os esforços para ultrapassar a realidade da moradia como lugar de perpetuação de tendenciosas divisões de gênero convergem para o repensar do lar como espaço coletivo, livre de hierarquias e predefinições. Da unidade habitacional aos locais de uso comum e público, o projeto se preocupa em providenciar infraestruturas para melhorar a vida dos usuários, as quais condizem com demandas relacionadas ao contexto social e urbano da área de intervenção, situada na ZEIS Bom Jardim.

Por isso, ressalta decisões projetuais favoráveis à coletivização de serviços domésticos, à viabilização de mais segurança alimentar, bem como de espaços livres e neutros, que possibilitam múltiplas formas de ocupação.

Com arquitetura sóbria e comedida, o conjunto visa à flexibilidade e à simplicidade para dar destaque à vida em decorrência, viabilizar moradia digna e acessível, combatendo casos de déficit e de precariedades habitacionais, e, também, propiciar vivências livres de condições excludentes, em local repleto de áreas qualificadas e em interessante inserção urbana.



referências

- ALMEIDA, A. Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim. **Mapa Cultural do Ceará**. 25 out. 2023. Disponível em: <https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/133579/>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- ALMEIDA, C. Desigualdade nas tarefas domésticas: trabalho da mulher no lar chega a quatro vezes o do homem. **O Globo**, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/02/desigualdade-nas-tarefas-domesticas-trabalho-da-mulher-no-lar-chega-a-quatro-vezes-o-do-homem.ghtml>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- ALENCAR, L. A.; AVELLAR, L. de C.; ALMEIDA, M. das G. A cozinha como um espaço/ lugar de estratégias e códigos culturais: a questão feminina. **Vitruvius**, arquitextos, ano 23, jul. 2022. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.266/8555>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- ARCHDAILY. Solid 11/Tony Fretton. **Archdaily**, 15 fev. 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com/207521/solid-11-tony-fretton-architects>. Acesso em: 2 fev. 2025.
- ARQUICAST. Um novo modo de habitar: o conjunto do Pedregulho. **Archdaily Brasil**, 04 jun. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/982709/um-novo-modo-de-habitar-o-conjunto-do-pedregulho>. Acesso em: 11 jan. 2025.
- Arquicast 171 – Habitação de Interesse Social**. [Locução de]: Adilson Amaral; Lili Cruz; Maristela Siolari; Raphael Rodrigues]. Podcast. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UHFcw8ZE-DM&t=746s>.
- Aula 9 - A Cozinha de Frankfurt - 1926**. In: Módulo I, Notas de Aula. História e Teoria da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo I. 1 mar. 2013. Disponível em: <https://histarq.wordpress.com/2013/03/01/aula-7-a-cozinha-de-frankfurt-1926/>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- Bairro Bom Jardim. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/noticias/sobre/logradouros/bairro-bom-jardim>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- Bairro Siqueira. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/noticias/sobre/logradouros/bairro-siqueira?page=3>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- BALDWIN, E. Casas sem cozinha: co-living e novos interiores. Tradução: Camilla Sbeghen. **Archdaily Brasil**, 02 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/935151/casas-sem-cozinha-co-living-e-novos-interiores>>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BARDI, L. **A casa**. In: Enciclopédia da Mulher. 1958.
- BARREIRA et al. **Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS Bom Jardim – Caderno de Diagnóstico Socioeconômico, Físico-Ambiental, Urbanístico e Fundiário**. 2019. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentByld?id=62b3e828-75b0-4d94-ac9a-2be92d14a1f9>.
- BARREIRA et al. **Plano Integrado de Regularização Fundiária da ZEIS Bom Jardim – Plano Urbanístico**. 2019. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentByld?id=4bf038e7-6b15-48bc-9e87-84f5cad9cdd8>.
- BENÉVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. preliminar, p.13.
- BESTARD, C. Viver sem cozinha, segundo Anna Puigjaner: Sua casa não precisa ser para a vida toda. Tradução: Camilla Sbegen. **Archdaily Brasil**, set. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/795050/viver-sem-cozinha-segundo-anna-puigjaner-sua-casa-nao-precisa-ser-para-a-vida-toda>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- BRAGA et al. **Transição e sustentabilidade no projeto do Conjunto Verdes Mares: novos paradigmas em habitação social**. 2010. Disponível em: https://www.redearquitetos.com/_files/ugd/982303_3b696539f9394cb4bceffdbdc5a08fad.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.
- BROWNLOW, M. Karl-Marx-Hof public housing. **Visiting Vienna**. 04 fev. 2025. Disponível em: <https://www.visitingvienna.com/culture/karl-marx-hof/>. Acesso em: 10 fev. 2025
- CARVALHO, J.; SANTOS, G. Espaço da mulher no meio urbano e a influência da habitação social como estratégia de segurança. **Vitruvius**, urbanismo e gênero, ano 24, set. 2023. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/24.280/8909>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- Carta de Atenas**, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- Ceará sem fome. **Governo do Estado do Ceará**. Disponível em: <https://www.cearasemfome.ce.gov.br/>. Acesso em: 6 fev. 2025.
- CENTRO CULTURAL DE BELEM. **Conferências da Garagem - Anna Puigjaner | Kitchenless City**. CCB/ Garagem Sul - Exposições de Arquitectura, 2017. 1 vídeo (1h 27 min). Disponível em: <<https://youtu.be/LUavq-CTo7M?si=wvk7yB1KgFPw8hhR>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

COLOMINA, B. **Arquitetura, sexualidade e mídia**. 1. ed. São Paulo, 2023. 152 p.

CONSTANTINO, E.; MACHADO, L. B. **Reflexões sobre a habitação social contemporânea: uma proposta metodológica**. In: Risco: Revista de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, IAU-USP, 2019, pp. 64-82. Disponível em: Reflexões sobre a habitação social contemporânea: uma proposta metodológica.

CORADIN, R. **Arquitetura e gênero: três projetos em Viena**. In: Congresso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible. "I Congresso Internacional de Vivienda Colectiva Sostenible, Barcelona, 25, 26 e 27 de fevereiro de 2014". Barcelona: Mestre Laboratório de la Vivienda Sostenible del Siglo XXI, 2014, p. 156-161. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14900/156_161_Renata_Coradin.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

COSTA, S. S. F. **Modos de morar nos apartamentos duplex: rastros de modernidade**. 1 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2021. 278 p.

Dinâmicas sociais. **Humanizae**, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://humanizae.com.br/blog/dinamicas-sociais>. Acesso em: 16 mar. 2024.

DOMINGUES, M. C. C. **Arquitetura moderna e desenvolvimentismo: o morar brasileiro**. 2016. 110p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/uploads/sites/20/2019/05/Maria-Carolina-Castelano-Domingues.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FARIAS, H. L. **Para um habitar mais versátil, diversificado e inclusivo**. In: 9º Projetar 2019. Arquitetura e cidade: privilégios, conflitos e possibilidades. 2019, Curitiba.

FERRAZ, M. C.(org.) **Casa de Vidro**. Coleção Lina Bo Bardi. 2º ed. São Paulo: Edições SESC, 2015.

FORTALEZA. **Lei nº 236**, de 11 de agosto de 2017. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Fortaleza, e adota outras providências. Diário Oficial do Município.

FORTALEZA. **Lei Complementar nº 270**, de 02 de agosto de 2019. Alterada pela Lei Complementar nº 0286, de 06 de janeiro de 2020. Código da Cidade do Município de Fortaleza. Diário Oficial do Município.

FRACALOSSI, I. Clássicos da Arquitetura: Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Pedregulho)/ Affonso Eduardo Reidy. **Archdaily Brasil**, 02 dez. 2011. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-12832/classicos-da-arquitetura-conjunto-residencial-prefeito-mendes-de-moraes-pedregulho-affonso-eduardo-reidy>. Acesso em: 19 jan. 2025.

FRACALOSSI, I. Clássicos da Arquitetura: Residência Rietveld Schroder/ Gerrit Rietveld. **Archdaily Brasil**, 02 mai. 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-46426/classicos-da-arquitetura-residencia-rietveld-schroder-gerrit-rietveld>. Acesso em: 2 fev. 2025.

FRENCH, H. **Os mais importantes conjuntos habitacionais do século XX**. Tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2009.

Fundação João Pinheiro. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte, 2021. 169 p. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf.

GALLONI, F. B. **Corpos dissidentes, lares desviantes: gênero e sexualidade na configuração do lar**. 2021, 170p. TC (Trabalho de Curso) – Associação Escola da Cidade Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: https://issuu.com/fernandagalloni/docs/corpos_dissidentes_lares_desviantes.

GALLONI, F. Gênero e sexualidade na configuração do lar. **Archdaily Brasil**, 04 nov. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/990091/genero-e-sexualidade-na-configuracao-do-lar>. Acesso em: 18 jan. 2025.

GHISLENI, C. **Incorporando perspectivas de gênero por meio do processo participativo de projeto: três exemplos ao redor do mundo**. Archdaily Brasil, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1003555/incorporando-perspectivas-de-genero-por-meio-do-processo-participativo-de-projeto-tres-exemplos-ao-redor-do-mundo>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GHISLENI, B.; GHISLENI, C. Urbanismo sob perspectiva de gênero: Eva Kail e o concurso de projetos para Viena. **Archdaily Brasil**, 08 nov. 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/990510/urbanismo-sob-perspectiva-de-genero-eva-kail-e-o-concurso-de-projetos-para-viena>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Habitacional Verdes Mares. **Rede Arquitetos**, 2009. Disponível em: <https://www.redearquitetos.com/habitacional-verdes-mares>. Acesso em: 15 fev. 2025.

Habitatges socials 1737. **H Arquitectes**. Disponível em: <https://www.harquitectes.com/proyectos/gava-1737/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

HABRAKEN, N. John et al. **El diseño de soportes**. 2^a ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

HANNA et al. **Forecasting time spent in unpaid care and domestic work**. Frederick S. Pardee Center for international futures. Josef Korbel School of International Studies, University of Denver. In: Um Women. Disponível em: <https://data.unwomen.org/publications/forecasting-time-spent-unpaid-care-and-domestic-work>.

HOMEM, M. C. N. **Princípio da racionalidade e a gênese da cozinha moderna**. PosFAUUSP, São Paulo, Brasil, v. 13, p. 124–154, 2003. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v13i0p124-154. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/47751>. Acesso em: 24 mar. 2024.

ITO, C. N. **Habitação, gênero e domesticidade na Rússia soviética (1905 - 1964)**. 2021, 254 p. Trabalho final de graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://issuu.com/crisnanami/docs/habita_o_genero_e_domesticidade_na_r_ssia_sovi_ti.

JANJULIO, M. da S. **O IDORT e a taylorização da habitação operária no Brasil**. In: Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília: Editora FAU-UnB, 2014. ISBN 978-85-60762-19-4. Disponível em: <https://shcu2014.com.br/discurso%20profissional/262.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

JORGE, P. A. F. A dinâmica do espaço na habitação mínima. **Vitruvius**, arquitextos, ano 14, jun. 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.157/4804>. Acesso em: 24 mar. 2024.

JUCÁ NETO, C. R.; GONÇALVES, A. **Arquitetura como extensão do sertão**. Fundação Waldemar de Alcântara (FWA). Fortaleza, 2019.

LACERDA, L. G.; GUERREIRO, I.; SANTORO, P. F. **Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino?** Labcidade. 22 abr. 2021. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>. Acesso em: 19 jan. 2025.

LEMOS, C. **Casa Paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

LEMOS, C. **História da casa brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996. 83 p.

LOURENÇO, P. B.; BRANCO, J. M. **Dos abrigos da pré-história aos edifícios de madeira do século XXI**. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), 2012. p.201-213. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/26503>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MACHADO et al. **Mapa Participativo de Enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim**. Centro de Defesa da Vida Hebert de Souza. Fortaleza, 2022. 118 p.

MACIEL, Carlos Alberto. **Arquitetura como infraestrutura**. 2015. 378 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MARTÍNEZ, Z. M. **Mulheres, casas e cidades**. 1. Ed. São Paulo, 2024. 316 p.

MARTINO, G. A história das cozinhas: dos grandes banquetes aos móveis embutidos. **Archdaily Brasil**, mar 2022. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/976993/a-historia-das-cozinhas-dos-grandes-banquetes-aos-moveis-embutidos>. Acesso em: 16 mar. 2024.

MENESES, B. **Arquitetura em processo: por uma abordagem possível**. 2018. 262 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MENESES, B. **Arquitetura-Suporte para a moradia popular**. 2023. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/64269>.

MEYER, S. A tectônica e a sua relação com a estrutura e o sistema construtivo no projeto de arquitetura. **Janelativa**, s.d. Disponível em: <https://janelativa.com.br/tectonica-sistema-construtivo/>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MILKO, N. A cozinha e o canteiro: colonialidade na arquitetura de Lina Bo Bardi. **Archdaily Brasil**, mai. 2022. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/981346/a-cozinha-e-o-canteiro-colonialidade-na-arquitetura-de-lina-bo-bardi>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MIRA, M. C.; Oliveira, B. S. C. de. **Cozinha na sala: programas de casa e decoração na tv e estilos de vida das classes médias paulistanas**. Revista Pós Ciências Sociais, 20(1), 101–120, fev. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2236-9473v20n1.2023.5>. Acesso em: 28 mar. 2024.

MONTELLANO, A. S. Consideraciones acerca del concepto de flexibilidad: el hogar como sistema emergente. In: ARQ (Santiago). Abr. 2023.

MOREIRA, S. O que é habitação de interesse social?. **Archdaily Brasil**, 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/925932/o-que-e-habitacao-de-interesse-social>. Acesso em: 19 jan. 2025.

MOURA, R. Mulheres economistas discutiram gênero, trabalho e mobilidade ocupacional. **COFECON – Conselho Federal de Economia**, 17 out. 2019. Disponível em: <https://cofecon.org/mulheres-economistas-discutiram-genero-trabalho-e-mobilidade-ocupacional/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NASCIMENTO, T. Estudo mapeia a fome em Fortaleza, e pesquisadores investigam situação do grande Bom Jardim. **Diário do Nordeste**, 25 mai. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/estudo-mapeia-a-fome-em-fortaleza-e-pesquisadores-investigam-situacao-do-grande-bom-jardim-1.3234926>. Acesso em: 31 jan. 2025.

O POVO. Comunidades finalizam planejamento urbano popular para Zeis do Bom Jardim. **O POVO**, 26 jun. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/06/comunidades-finalizam-planejamento-urbano-popular-para-zeis-do-bom-jar.html>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Observatório das Metrópoles nas Eleições de Fortaleza. Quanto custa morar em Fortaleza? Descompasso e dificuldades no acesso à moradia em uma cidade cada vez mais desigual. **Brasil de Fato**, 24 mai. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2024/05/24/quanto-custa-morar-em-fortaleza-descompasso-e-dificuldades-no-acesso-a-moradia-em-uma-cidade-cada-vez-mais-desigual>. Acesso em: 23 fev. 2025.

PRIETO, C. Cozinhas abertas: elementos que aumentam a interação e flexibilidade. Tradução: Eduardo Souza. **Archdaily Brasil**, ago. 2022. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/986362/cozinhas-abertas-elementos-que-aumentam-a-interacao-e-flexibilidade?ad_source=search&ad_medium=search_result_articles. Acesso em: 14 jul. 2024.

PROENÇA, G. **História da arte**. 17 ed. São Paulo: Editora Ática, 2011. cap. 1, p.11.

PUIGJANER, A. B. **Ciudad sin cocina : el Waldorf Astoria, apartamentos con servicios domésticos colectivos en Nueva York, 1871-1929**. Tese de Doutorado, UPC, Departament de Projectes Arquitectònics, 2014. DOI 10.5821/dissertation-2117-95471. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/95471>.

RAMOS, F. G. V. **Exposições de arquitetura: cronologia de um fenômeno cultural moderno e algumas inquietações**. arq.Urb, n. 20, p.8-21, dez. 2017. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/131>. Acesso em: 16 mar. 2024.

ROLNIK, R.; REIS, J.; SANTOS, M. P.; IACOVINI, R. F. G. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?**. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – Guia). Disponível em: https://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2011_ONU_Direito_das_Mulheres_a_Moradia.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

SILVA, L. Primórdios da habitação social: as experiências do entreguerras na Europa e Estados Unidos (1). **Vitruvius**, ano 09, jun. 2008. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/136>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SILVA, K.-S. K. A "Viena Vermelha" – Exemplo histórico de habitação social. **A Verdade**, 15 dez. 2011. Disponível em: <https://averdade.org.br/2011/12/a-viena-vermelha-exemplo-historico-de-habitação-na-vida-social/#:~:text=Cerca%20de%20300.000%20pessoas%20n%C3%A3o,ilegais%20nos%20arredores%20da%20cidade>. Acesso em: 03 jan. 2025.

SOBREIRA, A. Em Fortaleza, conjuntos habitacionais ainda sofrem com falta de estrutura e políticas públicas. **Brasil de Fato**, 05 jun. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2023/06/05/em-fortaleza-conjuntos-habitacionais-ainda-sofrem-com-falta-de-estrutura-e-politicas-publicas>. Acesso em: 19 jan. 2025.

TAMIETTI, G. Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios. **Fundação João Pinheiro**, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domiciliros/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

TUTUNDJIAN, V. **Moma: Counter Space**. In: Projetos. Casa de Valentina, 24 mar. 2011. Disponível em: <https://www.casadevalentina.com.br/projeto/moma-counter-space-1388/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

VADA, P. Conjunto Habitacional do Jardim Edite/ MMBB Arquitetos + H+F Arquitetos. **Archdaily Brasil**, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-134091/conjunto-habitacional-do-jardim-edite-slash-mmbb-arquitetos-plus-h-plus-f-arquitetos>. Acesso em: 19 jan. 2025.

VASCONCELOS, A. C. S. B.; LIMA, Marcondes A. **Casa Cearense: lugar, identidade, sustentabilidade**. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2021.

VERÍSSIMO, F. S.; BITTAR, W. S. M. **500 anos da casa no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 141 p.

VIANA, T. "Única refeição do dia: 13 mil pessoas se alimentam por cozinhas comunitárias no Grande Bom Jardim. **Diário do Nordeste**, 02 set. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/unica-refeicao-do-dia-13-mil-pessoas-se-alimentam-por-cozinhas-comunitarias-no-grande-bom-jardim-1.3274199>. Acesso em: 30 jan. 2025.

ZABALBEASCOA, A. **Tudo sobre a casa**. 1. ed. Tradução: Maria Alzira Brum Lemos. São Paulo, Gustavo Gili, 2013, 234

Zonas Especiais Fortaleza – Bom Jardim. **Prefeitura Municipal de Fortaleza 2025 – Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza**. Disponível em:<https://zonasespeciais.fortaleza.ce.gov.br/zeis-prioritaria/bom-jardim>. Acesso em: 6 fev. 2025.

37 Social Housing Units. **MAIO**. Disponível em: <https://www.maio-architects.com/project/37-social-housing-units/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

40 Social Housing. **MAIO**. Disponível em: <https://www.maio-architects.com/project/40-social-housing/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

